

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Viviane Andrade Pereira

**Ter ou não ter filhos: desejo ou destino?
Família, subjetividade feminina e maternidade**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia .

Orientador: Prof^a Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2016



Viviane Andrade Pereira

**Ter ou não ter filhos: desejo ou destino?
Família, subjetividade feminina e maternidade**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres- Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Lucia Rocha-Coutinho

Instituto de Psicologia - UFRJ

Profa. Fernanda Travassos-Rodriguez

ATF-RJ

Profa. Rebeca Nonato Machado

PUC-Rio

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Viviane Andrade Pereira

Graduou-se em Psicologia - UNESA (2004) e em Letras - UFRJ (1991). Mestre em Psicologia Social - UERJ. Professora dos Ensinos Fundamental e Médio do Estado do Rio de Janeiro. Professora e coordenadora do curso de Psicologia da FaSF, em Volta Redonda. Atua também em consultório a partir do referencial da Psicanálise com adultos.

Ficha Catalográfica

Pereira, Viviane Andrade

Ter ou não ter filhos : desejo ou destino? : família, subjetividade feminina e maternidade / Viviane Andrade Pereira ; orientador: Terezinha Féres-Carneiro. – 2016.

149 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Feminino. 3. Subjetividade. 4. Conjugalidade. 5. Amor. 6. Filhos. I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

À minha mãe, Malu e ao meu pai, Herberto, (*in memoriam*) por terem me ensinado os fundamentos de uma família: amor, respeito e disciplina. Esta tese é dedicada a vocês dois. Terminou-se um ciclo: seus cinco filhos são doutores.

Agradecimentos

Ao longo dessa tese, deparei-me com questões que percorreram a história da minha vida e trouxeram lembranças que, por mais que buscasse o distanciamento e o controle metodológico, insistiram em ressurgir: sou mulher e percorri muito dos caminhos pelos quais refleti teoricamente como o amor, o relacionamento amoroso e as dúvidas acerca da maternidade. Ao longo das entrevistas, o convívio com esse universo feminino muito enriqueceu a minha pesquisa, mais ainda a minha dinâmica de vida. A riqueza desse tema permitiu-me adentrar num universo fascinante e forjar um novo olhar para questões que se construíram tão fortes em mim e também em relação à subjetividade feminina na atualidade.

Nesses anos de tese algumas pessoas foram fundamentais para a construção deste saber e o apoio afetivo. Sem elas seria impossível conceber este trabalho. A elas quero dirigir meus agradecimentos.

À professora Terezinha Féres-Carneiro por ter me aceito no meio do caminho do doutorado. Sempre atenta e firme, mas também carinhosa e humana;

À professora Júnia de Vilhena por ter me recebido como orientadora no Programa;

Aos professores do Programa de Psicologia Clínica da PUC; em especial à professora Andrea Seixas pelas sugestões na qualificação;

À professora Maria Lúcia Rocha-Coutinho também pelas valiosas sugestões na minha qualificação;

Aos funcionários do Programa, em especial à Marcelina de Andrade.

Às amigas que partilharam as alegrias e angústias desse tema e da tese: Janete, Eliane e Débora;

À direção do CEJA Paulo Freire, Josianne Viroti e Patrícia Lima;

Aos meus queridos irmãos Simone, Marcelo e Vinícius pelas sugestões, palavras de ânimo e leituras.

À minha irmã Aline, por seu amor incondicional, paciência, tempo ilimitado. Por ser generosa, doce, meiga e gentil. Minha dívida com você é imensa. Obrigada!

Aos meus queridos(as) cunhados (as) Paul, Roberta, Larriza e Júlio pela torcida;

Aos meus sobrinhos e afilhados Paula e Antônio que continuarão a família Andrade Pereira;

Às minhas duas queridas tias de Andrelândia, pelo amor e rezas: Maria Adélia e Maria Carmen e à minha madrinha Deceles;

Às minhas entrevistadas, por participarem da minha pesquisa narrando a história de suas vidas;

À minha mãe Malu, por me acompanhar nesta jornada e suportar os momentos mais difíceis e dramáticos desta caminhada.

Resumo

Pereira, Viviane Andrade; Féres-Carneiro, Terezinha. (orientadora). **Ter ou não ter filhos: desejo ou destino? Família, subjetividade feminina e maternidade.** Rio de Janeiro, 2016. 149p. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Partindo das postulações de teóricos que investigam a conjugalidade e a contemporaneidade, e de conceitos da teoria psicanalítica, o presente trabalho teve por objetivo investigar as representações de família e maternidade, tendo em vista as transformações da subjetividade feminina na atualidade. O contexto da pós-modernidade e da globalização aparece como pano de fundo para refletir sobre família, amor, feminino e a representação psíquica de filhos para as mulheres. A indagação principal girou em torno da questão de como mulheres casadas lidam com a ausência de filhos, no contexto das reconfigurações do papel da mulher na sociedade contemporânea. Participaram do estudo nove mulheres heterossexuais, residentes, com seus parceiros, no interior do Estado do Rio de Janeiro, com idades entre 42 e 54 anos, casadas, no mínimo há cinco anos, sem filhos. Foi utilizada uma metodologia qualitativa, a partir de entrevistas com roteiro semiestruturado, que contemplou temas relevantes visando a atingir os objetivos propostos. Para a avaliação do material coletado foi utilizado o método de análise de conteúdo, tal como proposto por Bardin (2010). Os resultados obtidos apontaram para dois principais conjuntos de questões que se entrelaçam de maneira complexa. O primeiro ressalta o fato de que, no contexto das transformações da sociedade e, conseqüentemente, do papel da mulher, não ter filhos não significa um fracasso no projeto de “ser mulher”, mas, sim, uma escolha defensável discursivamente. Por outro lado, o segundo pontua que, apesar de todas as mudanças e dos novos arranjos familiares, a questão e os dilemas de ser, ou não ser, mãe ainda compõem como centrais para a subjetividade feminina, e, muitas vezes, o sentimento amoroso ainda se atrela ao padrão

romântico, levando a perceber os filhos como essenciais para o modelo de felicidade conjugal.

Palavras-Chave

Feminino; subjetividade; conjugalidade; amor; filhos; contemporaneidade.

Abstract

Pereira, Viviane Andrade; Féres-Carneiro, Terezinha. (Advisor). **Having or not having children: desire or destiny? Family, female subjectivity and not herhood.** Rio de Janeiro, 2016. 149p. Doctorate Thesis - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Starting from the theoretical studies that address the conjugality and contemporaneity and concepts of psychoanalytic theory, this study aimed to investigate the representations of family and motherhood, in view of the transformation of the female subjectivity today. The context of postmodernity and globalization appears as a backdrop to reflect on the ideas of family, love, female world and psychic representation of children for women. The main question was to understand how married women deal with the absence of children in the context of the reconfiguration of the role of women in contemporary society. The study informants were nine heterosexual women living with their partners within the state of Rio de Janeiro, aged among 42 and 54 years old, married at least for five years and without children. A qualitative methodology, based on interviews with semi-structured questions, which included relevant issues in order to achieve the proposed objectives, was used. And for the evaluation of the collected material it was used content analysis method, as proposed by Bardin (2010). The results pointed to two main sets of issues that are intertwined in complex ways. The first highlights the fact that, in the context of changes in society and, consequently, the role of women, not having children does not mean a failure in "being a woman" project, but rather a defensible choice. On the other hand, the second points out that, despite all the changes and new family arrangements, the question and the dilemma of to be or not to be mother still attend as central to female subjectivity, and often, the feeling of love still harnessed to the romantic standard, leading to perceive children as essential to the marital bliss model.

Keywords

Female; subjectivity; conjugality; love; children; contemporaneity

Sumário

1. Introdução	11
2. Família, Conjugalidade e Amor	16
2.1. História da família no ocidente	19
2.2. Família e conjugalidade na contemporaneidade	24
2.3. A autoimagem e o sentimento amoroso	31
3. Ser Mulher	40
3.1. Breve Histórico sobre as mulheres	40
3.2. Feminino e psicanálise	45
3.3. Feminino e o trabalho	49
4. Representação do Filho	63
4.1. Visão social em relação à ausência de filhos	63
4.2. Filhos e as novas configurações familiares	70
4.3. O filho como objeto de consumo	75
5. Estudo de Campo	82
5.1. Participantes	82
5.2. Procedimentos	89
5.3 Análise e Discussão dos Resultados	90
5.3.1. O que é ser mulher	90
5.3.2. Relacionamento Conjugal	95
5.3.3. Relacionamento dos pais	108
5.3.4. Imagens de Maternidade	112
5.3.5. Relacionamento com a mãe	116
5.3.6. Ausência de filhos	120
5.3.7. Trabalho	128
5.3.8. O contraste dos desejos	131
6. Considerações Finais	136
7. Referências bibliográficas	142
Anexos I	148
Anexos II	149

1

Introdução

Esta pesquisa teve como inspiração a experiência clínica com pacientes do sexo feminino e, em particular, os discursos sobre a maternidade. Constatamos basicamente dois discursos antagônicos nessas pacientes. Em um primeiro grupo, as mulheres percebiam a maternidade como o papel mais interessante de suas vidas, sendo atribuída ao filho a ideia de completude e transbordamento do amor em relação ao parceiro. Até mesmo quando o casamento não ia bem, o filho aparecia como um aliado ou uma conquista. Um segundo grupo, uma minoria, não situava a maternidade como a experiência mais importante de suas vidas. Essa não se apresentava como ponto central de sua existência e nem como complemento. Nesse grupo uma paciente chamou-nos a atenção: ela pontuava constantemente que os dois filhos que tivera atrasaram a sua vida, pois ela renunciou à carreira e aos amigos. Muitas vezes, expressava sentimento de raiva, tristeza e privação.

A partir da experiência clínica, interessou-nos pesquisar as vivências de mulheres casadas que não tiveram filhos. Vale ressaltar que a pesquisa não se centrará na clínica, embora esta tenha sido o *start* para a investigação acerca da subjetividade feminina na atualidade, desenvolvida no mestrado e na graduação. Salientamos os trabalhos “Corpo ideal, peso normal: transformações na subjetividade feminina”, “A construção do feminino” e “Imagens de feminilidade nos anos 1950” entre outros. Nesses trabalhos investigamos as transformações da subjetividade feminina a partir da ênfase dada ao corpo e aos cuidados de si.

Sendo assim, o objetivo geral é investigar as representações de família e maternidade, tendo em vista as transformações da subjetividade feminina na atualidade. O contexto da pós-modernidade e da globalização aparece como pano de fundo para refletir sobre família, amor, feminino e a representação psíquica de filhos para as mulheres. Além da fundamentação teórica, foram realizadas entrevistas com mulheres com idades entre 42 e 54 anos, casadas há no mínimo cinco anos. A ausência de filhos foi uma opção ou uma impossibilidade? Como o casal lidou com a ausência? De que forma a ausência de filhos interfere na

dinâmica do casal? Como cada mulher constrói a sua própria versão sobre a ausência de filhos?

A investigação desta pesquisa se centrou nas vivências de mulheres casadas sem filhos, uma realidade que vem crescendo timidamente desde a segunda metade do século XX. Podemos considerar que esse novo padrão foi facilitado pelo avanço social, político e científico, a exemplo da invenção da pílula anticoncepcional, da inserção da mulher no mercado de trabalho e da possibilidade de gestar um filho em idade mais avançada. A partir desse contexto pós-moderno, a maternidade é concebida como uma opção e não como obrigação do casal.

Utilizaremos as palavras contemporaneidade e pós-modernidade como sinônimas. Desse modo, organizamos o texto a partir dos referenciais teóricos de Bauman (2001), Berman (1986), Harvey (1992) e Hall (2005), que se referem a essa época como acelerada, efêmera e descontinuada. Bauman (2001) denomina a pós-modernidade como um processo de constante liquefação à proporção que as instituições - Família, Igreja e Estado -, ao longo do século XIX e especialmente do século XX, iniciaram um processo de derretimento, se é que foram sólidas um dia. Os ideais exaltados na Revolução Francesa, como a liberdade, a igualdade e a fraternidade se mostraram restritos apenas a uma elite ou impossíveis de serem praticados. Sendo assim, a Antiga Ordem foi destruída e a nova ordem emergiu marcada pela desigualdade. Verificamos a redistribuição dos poderes que estão em constante derretimento. Os indivíduos usam a sua liberdade para encontrar o seu nicho e, a partir disso, se acomodam.

No segundo capítulo, articulamos os conceitos de casamento, conjugalidade e o sentimento amoroso. Os três estão ligados, mas guardam suas diferenças. O casamento aparece em primeiro lugar devido à exigência da legitimidade jurídica imposta ao casal. Giddens (1993) explica o quanto os casamentos em tempos remotos obedeciam aos códigos econômicos do indivíduo, pois selavam a união não só de pessoas, mas de reinos e riquezas das famílias nobres. Nas camadas mais pobres, funcionavam como uma forma de organizar o trabalho agrário. Casamento e amor se encontravam em polos antagônicos e, por vezes desviantes, pois havia a possibilidade de um atrapalhar o outro.

A conjugalidade se refere às vivências partilhadas por um casal que pode ter ou não o vínculo jurídico. A convivência do casal é um universo rico para a investigação sobre as subjetividades. Nesse contexto, a individualidade aparece como um valor contemporâneo reconhecido e respeitado. Magalhães e Féres-Carneiro (2003) explicam que as vivências conjugais estão intimamente relacionadas às identificações e às referências do passado do sujeito.

O casamento e a conjugalidade podem existir sem o amor, ou dito de outra forma, o casamento por amor é relativamente novo na história da humanidade. O sentimento amoroso não é experimentado da mesma maneira por todos em todas as épocas, por isso ressaltamos os atuais códigos de relacionamento. Se nos 1960 os casais flertavam, nos anos 1980 presenciamos o “ficar” e, atualmente, convivemos com a “azaração” ou a “pegação” que atualizam a proposta de efemeridade e volatilidade ofertada ou imposta pela sociedade de consumo. Nesse item do capítulo utilizaremos os autores Kelh (2009), Bauman (2004), Costa (1998) e May (2012).

O amor e os relacionamentos amorosos são jogos decorrentes da cultura e os discursos referentes a esse tema remetem ao universo romântico dos filmes, da literatura e das propagandas que propõem o final feliz. O sujeito percebe esse sentimento como natural. Na prática, não é esse o desenho: o encontro amoroso pode tanto gerar felicidade quanto trazer consigo a insegurança, o desamparo e a desconfiança.

Ao abordarmos a temática amorosa, podemos relacioná-la à questão da autoimagem que o sujeito possui. A partir do pressuposto de que o encontro amoroso é o reconhecimento que o sujeito tem de si e que projeta no outro, podemos considerar que a pessoa com a autoimagem fortificada terá mais poder na relação. Partiremos das postulações de Lacan (1998), André (1987) e Freud (1914) para refletirmos sobre essa questão.

No terceiro capítulo o foco é o feminino. Utilizaremos a abordagem psicanalítica articulada a outros saberes para discutir o tema. Acreditamos que o saber psicanalítico é uma importante referência de uma determinada época, porém não podemos perder de vista a dimensão cultural e o encadeamento com

diferentes campos do pensamento. Freud tratou esse tema a partir dos referenciais do século XIX. Desse modo, os possíveis caminhos traçados para a mulher foram a neurose, a homossexualidade ou a maternidade, de preferência a geração de um filho homem. Além desse autor, utilizaremos os estudos de Birman (2001), Macedo (1990), Lipovetsky (2000) dentre outros.

No quarto capítulo, a partir dos trabalhos de Bonini-Vieira (1996), Tubert (1996), Levy (2012) e outros, investigaremos o desejo por um filho. Sabemos que essa questão pode ser desenhada como um mapa complexo e dinâmico e que há uma dificuldade em especificar se a ausência de filho foi voluntária ou involuntária e se isso permanecerá. A opção pela maternidade não ocorre de forma linear. Uma mesma mulher poderá, em uma época da vida, desejar filhos e mudar de ideia, e vice-versa. Igualmente, uma mulher que não pode ter filhos poderá optar pela adoção. A demanda de filhos obedece a fatores intrínsecos e extrínsecos à dinâmica de cada mulher e, de alguma forma, há uma atualização do sujeito diante do nascimento ou da ausência de um filho.

Observamos o crescimento do número de casais sem filhos no Brasil, fenômeno este que nos remete a diversos questionamentos acerca da transformação da família na contemporaneidade. Segundo o IBGE, (2010) o crescimento dos casais sem filhos subiu de 14,9% para 20,2%, entre os anos de 2001 a 2010, devido às mudanças na estrutura da família, à maior participação da mulher no mercado de trabalho, às baixas taxas de fecundidade. A maternidade hoje se apresenta como uma opção permeada por angústias, dúvidas e indecisões, pois cabe à mulher arcar com as consequências dessa escolha, ou seja, definir o momento ideal, que deverá coincidir com estabilidade financeira e emocional, e o número adequado de filhos. Se por um lado tais escolhas parecem oferecer algum grau de liberdade; por outro, aprisionam por deixar as decisões nas mãos do casal, mais especificamente da mulher.

Ainda nesse capítulo, relacionaremos o consumo à maternidade. Além dos gastos gerados por um filho, ele também pode ser visto como um objeto de consumo emocional (Bauman, 2004): a padronização preencheria o lugar do desejo. Ariès (1981) historiciza que os filhos sempre ocuparam um lugar na vida do casal. Em tempos remotos, apareciam como força de trabalho e possibilidade

de aumentar a riqueza da família. Tubert (1996) explica o caráter simbólico de um filho à medida que é possível ser mãe sem ter ficado grávida, como também é possível ter um filho e a maternidade não operar. O uso das referências de Canclini (2005) permitirá pensar a questão do consumo na contemporaneidade.

A pesquisa propriamente dita será apresentada no quinto capítulo, no qual explicitaremos a metodologia e analisaremos o material das entrevistas, relacionando-o aos capítulos teóricos. Entrevistamos nove mulheres casadas, no mínimo há cinco anos, sem filhos, entre 42 e 54 anos, com grau universitário, da classe média e alta de uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Após a pesquisa empírica, debruçamo-nos sobre os resultados obtidos na análise qualitativa dos dados e discutimos os resultados a partir das questões suscitadas na revisão teórica. O método utilizado foi a análise de conteúdo, segundo Bardin (2010). Buscamos uma imersão no universo microsocial a partir de uma lente de aumento. As entrevistas foram não diretivas, pois acreditamos que desse modo as participantes teriam mais liberdade para expor as suas posições e representações acerca do tema proposto. A pesquisa centrou-se na ausência de filhos não importando a justificativa para tal. A dinâmica conjugal revelou-se a partir da fala da mulher.

Finalmente, no sexto capítulo serão apresentadas as considerações finais que abrangem as conclusões da pesquisa sobre a subjetividade feminina referente à ausência de filhos no caso de mulheres casadas.

2

Família, Conjugalidade e Amor

Todas as famílias felizes são parecidas entre si. As
infelizes são infelizes cada um a sua maneira.
(Tostói, Ana Karenina)

O verdadeiro amor é vão, estende-se infinito.
(Gilberto Gil)

Este capítulo tem por objetivo mapear o conceito de família no Ocidente, da modernidade à contemporaneidade, e como o amor e a conjugalidade ocuparam diferentes posições nesse processo.

Em um primeiro momento, faremos uma breve recuperação histórica do conceito de família para, em seguida, nos enveredarmos pelos conceitos de amor e conjugalidade, já que, durante boa parte da história da humanidade, esses termos não caminhavam juntos. Refletiremos sobre como a relação entre amor, conjugalidade e casamento é algo relativamente novo. Assistimos a uma mudança, ao longo do século XX, em que casamento e amor aparecem mais unidos. Lipovetsky (2000) explica que:

O superinvestimento feminino no amor traduz o amor aumentado dos ideais de felicidade e de realização íntima; por mais marcado que esteja por um laço de dependência de uma relação ao outro, nem por isso esse fenômeno deixa de ser uma expressão do universo individualista moderno (2000, p.25).

Os casamentos na Europa pré-moderna obedeciam aos códigos econômicos, de modo que nas camadas mais pobres, funcionava como uma forma de organizar o trabalho agrário; nas classes mais abastadas, como acúmulo de riquezas. Em ambas as classes, o amor e o prazer sexual trilhavam um caminho independente daquele do matrimônio. Na classe menos abastada o trabalho era árduo e incessante. Segundo Giddens (1993), há relatos de que, na França daquela época, eram raras as carícias entre os camponeses casados. Entretanto, os casos extraconjugais masculinos eram frequentes. Na classe alta, a licença ao adultério

era comum aos dois sexos. “A liberdade sexual acompanha o poder e é uma expressão do poder” (p. 49).

No início do século XIX, o amor romântico ressurgiu de forma domesticada. Os arroubos românticos e eufóricos seriam aceitos na juventude à medida que se transformassem, na vida adulta, em calma, sensatez e dedicação à família. Giddens (1993) relaciona o reaparecimento do amor romântico a um modo de narração da individualidade proposta pelo estilo literário daquela época: o romantismo. “A maior parte das civilizações parece ter criado histórias e mitos que carregam a mensagem de que aqueles que buscam criar ligações permanentes devido a um amor apaixonado são condenados” (p. 49).

Em um segundo momento, investigaremos como o amor e a conjugalidade manifestam-se para homens e para mulheres. Como nossos pais, avós e bisavós construíram suas famílias? O que vivemos na atualidade é uma resposta, ou melhor, uma atualização do que foi vivido em séculos anteriores. Escrever sobre a família, a conjugalidade e o amor é adentrar nas transformações que sucederam na humanidade ao longo dos tempos. A família aparece como o espaço de socialização e de vivências afetivas, assim como o meio no qual o sujeito constrói a sua identidade.

A família contemporânea ocidental passou por profundas transformações a partir dos anos 1960. De fato, a família tradicional - um casal juridicamente constituído e seus filhos, sendo o pai o provedor e, a mãe, a dona de casa e educadora dos filhos - teve a sua força abreviada em função de diversas mudanças históricas, sociais e médicas que serão apreciadas em outro capítulo. Porém, podemos mencionar a inserção da mulher no mercado de trabalho (ocorrida bem antes dos anos 1960), a invenção da pílula anticoncepcional, o movimento feminista e a institucionalização do divórcio como algumas dessas mudanças que foram cruciais para o conceito de família. Desse modo, deparamo-nos não com o enfraquecimento da instituição família, mas com o surgimento de novos modelos familiares derivados desses fenômenos sociais e das transformações nas relações de gênero. É possível destacar como consequências desse processo os casamentos que passam a ocorrer tardiamente e o surgimento de novos arranjos familiares, como mães solteiras, filhos que moram com um dos cônjuges, casais

homoafetivos, avós que moram com os netos, dentre outros. Essas mudanças se revelam mais claramente ao compararmos os dados do censo do IBGE de 2000 e o de 2010. O censo do IBGE (2010) explicitou algumas modificações ocorridas na configuração das famílias brasileiras: 50,1% dos lares não seguiam a formação denominada tradicional. Foi possível identificar 19 laços de parentesco contra 11 presentes no censo de 2000. Os dados de 2010 indicavam que as famílias homoafetivas chegavam a 60 mil, sendo 53,8% delas formadas por mulheres. Era 3,4 milhões o número de mulheres que viviam sozinhas, ao passo que 10,1 milhões de famílias eram formadas por mães ou pais solteiros.

Apesar desse cenário em transformação, testemunhamos o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), desarquivar recentemente o polêmico Projeto de Lei n.º 6.583/2013 (mais conhecido como Estatuto da Família), criado pelo deputado federal Anderson Ferreira (PR-PE), da chamada bancada evangélica da Câmara. Esse projeto propõe que somente seja considerada família, em termos legais, o núcleo em que conste um homem, uma mulher e filho(s)/filha(a), deixando de fora diversos arranjos como pais/mães solteiros(as), viúvas (os) que criam os filhos, casais homoafetivos que decidem adotar uma criança, bem como avós, tios ou qualquer outra configuração. A retomada desse Projeto de Lei tem causado celeuma na opinião pública, expressa nas discussões acaloradas na mídia, nas redes sociais e em outros fóruns públicos de discussão.

Em outro exemplo, vemos a TV Globo retratar na trama de duas novelas - Sete Vidas (18h) e Babilônia (21h) - diferentes configurações familiares. No primeiro caso, “sete vidas” são concebidas a partir de um denominador comum: são frutos de inseminação artificial de um doador anônimo. São, portanto, sete meio irmãos que se encontram e estabelecem relações em seu cotidiano. Na atualidade, tal procedimento é aceito tendo em vista os avanços médicos e as técnicas de inseminação assistidas. No segundo caso, um casal de lésbicas representado pelas atrizes Fernanda Montenegro e Nathália Timberg, unidas há mais de 35 anos, provocou revolta em parte dos expectadores e gerou movimentos que pediam ou a retirada da novela do ar ou a organização de um possível boicote. A relação homoafetiva entre as personagens acabou por refletir-se na baixa audiência da novela. Nesse caso, a indignação pode ser explicada não só pela relação homossexual, mas também por envolver duas mulheres de mais de setenta

anos. Tais exemplos reais e ficcionais retratam a dualidade de uma sociedade em transformação, na qual a prática de diferentes arranjos familiares coexiste com preconceitos arraigados por séculos.

Nas últimas décadas do século XX percebemos uma maior independência entre casamento e sexualidade na estrutura familiar. Um novo equilíbrio surge entre a autonomia individual e o pertencimento familiar. Isso acarreta mudanças na conjugalidade e no casamento. Se antes o casamento era uma consequência lógica atrelada necessariamente aos filhos, hoje a conjugalidade passa por outros caminhos.

2.1

História da família no ocidente

Para delinear o conceito de família tradicional (nuclear), remontaremos a dois acontecimentos fundadores da modernidade: as Revoluções Francesa e Industrial. A Revolução Francesa representou a queda do Antigo Regime e a dissolução de um mundo feudal e arcaico. No entanto, o ciclo de mudanças só se completou com a Revolução Industrial, quando o capitalismo se solidificou como sistema econômico, propagando a suposta igualdade de oportunidades para todos.

A delimitação dos marcos iniciais e finais da modernidade e dos marcos iniciais da pós-modernidade parece-nos uma tarefa de difícil execução, pois há muitas discussões e divergências entre os autores. Além disso, é um período excessivamente amplo. Berman (1986) explica a “aventura da modernidade” como uma experiência dialética e paradoxal que teve seu início, de forma incipiente, no século XV. A modernidade se caracteriza pela junção de opostos. O indivíduo percebe, ao mesmo tempo, um mundo de múltiplas opções: a união das fronteiras - geográficas, raciais, nacionais, religiosas e ideológicas - e a sua desagregação por meio de um turbilhão de mudanças, contradições e ambiguidades. Nas palavras dele:

Ser moderno é estar em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao

mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, tudo que é sólido desmancha no ar (p.15).

A Revolução Francesa é identificada como um marco da modernidade, posto que provocou o surgimento de uma “onda revolucionária” que varreu toda uma estrutura social e política arcaica. No entanto, apesar das significativas mudanças verificadas na vida do indivíduo, traços do mundo arcaico se misturam ao moderno. Berman (1986), apoiando-se nos conceitos de Marx, aponta o caráter revolucionário e autodestruidor da burguesia. A Revolução Industrial e a própria demanda do capitalismo faz com que a burguesia seja forçada, o tempo todo, a inovar e, para tanto, a revolucionar seus modos de produção, o que acabaria por ocasionar a sua queda. Portanto, a própria energia que trouxe a burguesia ao poder a alijaria do mesmo, em um movimento dialético.

A família, até o final do século XVIII, período anterior à Revolução Francesa, possuía pouca privacidade, pois os espaços da casa não eram delimitados. A casa era como um galpão, sem divisões entre quartos e salas, onde dormiam, além da família nuclear, outras pessoas. A família era mais funcional, visto que a casa estava mais próxima de um empreendimento e as crianças eram deixadas com as amas de leite até que se transformassem em força produtiva. A criação de uma nova arquitetura onde os espaços como quartos, sala e cozinha se modificaram e se individualizaram constitui parte das mudanças sociais e econômicas da Europa e, por que não dizer, da emergência de uma noção de civilidade que passou a nortear o pensamento do século XIX. A casa auxiliou na fixação do cidadão que será utilizado pelas indústrias. A emergência das vilas operárias pode ser vista como uma estratégia criada pelos patrões para a formação de uma mão de obra estável. Perrot (2009) diz que “A residência é moral e política. Nenhum eleitor sem domicílio, nenhum notável sem sua residência na cidade e castelo na província. Símbolo de disciplina e reconstruções, a casa conjura o perigo das revoluções” (p.286).

É possível fazer a equivalência entre a busca da individualidade e a mudança arquitetônica das casas que passaram a ter uma maior privacidade. As residências foram concebidas com o objetivo de dar uma maior intimidade e individualidade à família. No espaço público, criaram-se novos locais de proteção para o sujeito: clubes, gabinetes, camarotes, entre outros. Perrot (2009) explica que “Esse encerramento se opera de muitas maneiras. Por um processo de nidificação, pequenos grupos e microssociedades recortam, no espaço público, lugares destinados a seus folguedos e conciliábulos” (p.284). O espaço de sociabilidade era frequentado, sobretudo, pelos homens das classes mais abastadas, ao passo que as mulheres ainda possuíam acesso reduzido.

O século XIX impõe uma nova reconstrução política, jurídica e social devido aos ideais revolucionários: houve a valorização da família tradicional (entendida como pai, mãe e filhos) e a diferenciação dos papéis sexuais, além da demarcação das esferas pública e privada. Sennett (1988) confirma que tal demarcação está intimamente ligada ao nascimento da individualidade. Os espaços se tornaram mais fixados: a mulher e a família passaram a ocupar a esfera privada, enquanto o homem circulava entre a vida privada e a pública (a rua). Para as mulheres, o espaço público significava perder a virtude; para os homens, ganhar a liberdade. Nas palavras do autor: “Antes do século XIX, o domínio próximo ao eu não era considerado como o reino da expressão da personalidade única e distintiva: o privado e o individual ainda não havia se unido” (p.117).

O individualismo se fortificou à medida que a igualdade preconizada como um dos baluartes da Revolução Francesa desobrigou o sujeito de laços sociais atávicos que impunham restrições ao pleno exercício das individualidades. Porém, tais laços não se soltaram por completo, mas se ajustaram de diferentes formas.

A demarcação entre privado e público criou nitidamente uma nova posição do indivíduo e uma nova percepção foi moldada através da expansão de possibilidades de experiência, de destruição de barreiras morais e de compromissos pessoais. O privado que aparece como uma experiência humana é uma construção. O que anteriormente era feito sem qualquer pudor e, por isso, realizado em público, passou a ser feito discretamente e solitariamente. A maneira de morar foi modificada a partir da autoconsciência que passou pela intimidade

dos corpos. O privado recebeu inúmeros discursos teóricos, normativos e descritivos centrados na família.

A separação entre o espaço público e privado promoveu uma transformação na vida da família e em sua nuclearização. Ariès (1981) explica que antes da Revolução Francesa havia a “família extensa”, composta por avós, tios e agregados morando todos juntos, em uma enorme casa, sem separações muito rígidas entre crianças e adultos. Posteriormente, acompanhando os processos de especialização e a influência da pedagogia e da psicologia, a família se estruturou de maneira especializada e espacializada. Assim, as relações entre a família e as crianças mudaram à medida que elas não eram mais vistas como “pequenos adultos”, mas como uma categoria especial que merecia cuidados próprios e que devia ocupar certos espaços. Da mesma forma, a especialização entre tarefas masculinas e femininas passou a ser vital. A organização espacial da casa obedeceu a seguinte distinção: os filhos foram separados por sexo em quartos de meninos e de meninas. Estas vão ter uma educação específica visando à feminilidade. Esse novo modelo de família colocou o homem como o provedor da casa e a mulher como a rainha do espaço doméstico. O espaço da família passou a ser valorizado e a maternidade foi nomeada como o símbolo da completude e da feminilidade.

Costa (1999) mostra que as mudanças ocorridas na casa e na intimidade europeias, no século XIX, também tiveram lugar no Brasil. Segundo o autor, em razão da vinda da família real, em 1808, pretendeu-se higienizar as cidades e as famílias por meio do discurso médico, como havia sucedido na Europa. A privacidade, a intimidade e a demarcação do espaço doméstico passaram a ser valorizados e a mulher foi incentivada a cuidar da casa e dos filhos, tarefa antes delegada às escravas. A maternidade converteu-se, socialmente, em uma característica pertencente à natureza feminina.

A outra mudança na dinâmica familiar foi a secularização do casamento, devendo esse acontecer na presença de um funcionário municipal para ter sua legalidade atestada. O pai se tornou a figura central da família oitocentista diante da ausência do rei. Ele ocupava duplo espaço: o da esfera pública, na qual vivenciava os direitos políticos, com exclusividade, e o da esfera privada, na qual era o detentor do poder doméstico e do dinheiro. O pai se presentificou, na esfera

privada, no discurso materno à medida que a criança excedia os limites. Ele agenciava a punição da criança de forma presente ou quando aludido pela mãe. Esse lugar designado ao pai foi demarcado por Freud como o da castração, o que mais tarde Lacan chamaria de lugar da Lei na vida da criança.

Com a mulher também sucederam modificações à medida que, quando solteira, era submissa ao pai e, ao casar-se, deveria ser obediente ao marido que tinha o dever de protegê-la. Assim sendo, podemos estabelecer uma relação entre a mulher e a criança, pois ambas estavam submetidas ao poder patriarcal. Era impossível pensar que a mulher poderia ter individualidade, pois não possuía direitos civis. Quanto ao direito familiar, esse se restringia à criação dos filhos. A combinação de fraqueza muscular e intelectual e de sensibilidade emocional fez das mulheres seres aptos para a criação dos filhos. A mulher não podia ser tutora, nem testemunha e não recebia salário. Tudo isso foi legitimado pelos discursos médico e político.

Roudinesco (2003) destaca a organização familiar ocidental a partir de três períodos. Em um primeiro momento, surgiu a família tradicional que se caracterizou pela transmissão do patrimônio. Os casamentos eram arranjados pelos pais: no caso das famílias abastadas, visavam à união de riquezas; no caso das famílias desfavorecidas, à união de trabalho. A família inseria-se na ordem de um mundo feudal que era marcada pela imutabilidade. No segundo momento, final do século XVIII e início do século XIX, a família se constituiu tendo por base o amor romântico e idealizado. Nesse período, o amor foi associado à virgindade e à monogamia, pois esses eram valores caros à burguesia. A partir de meados do século XX e século XXI, a família autoritária foi sucedida pela família contemporânea, que se encontra em processo de constante transformação. Essa nova família fundamenta-se no misto de amor, prazer e individualidade. A sua duração é relativa, posto que o enlace corresponderá ao tempo do amor e do prazer. O casal se une, às vezes tardiamente, após diversas experiências, com o objetivo de ter filhos ou não. No caso de filhos, esses poderão ser concebidos fora da esfera matrimonial e haverá uma grande probabilidade de vivenciarem o divórcio dos pais e assistirem a futuros casamentos. Nas palavras da autora:

Despojados dos ornamentos de sua antiga sacralidade, o casamento, em constante declínio, tornou-se um modo de conjugalidade afetiva pelo qual os cônjuges – que às vezes escolhem ser pais - se protegem dos eventuais atos perniciosos de

suas respectivas famílias ou das desordens do mundo exterior. É tardio, reflexivo, festivo ou útil, e frequentemente precedido de um período de união livre, de concubinato ou de experiências múltiplas de vida comum ou solidária (p.197).

Os inúmeros modelos familiares, na atualidade, configuram o seu caráter mutável e evolutivo, que confirmam a decadência do casamento clássico. A família é uma célula de constante reinvenção desde que mantenha o seu princípio fundador, que se baseia no equilíbrio entre o um e o múltiplo, para que o sujeito construa a sua identidade.

2.2

Família e conjugalidade na contemporaneidade

A família burguesa - tendo a figura paterna como centro das esferas pública e privada e a mulher submissa e responsável pelas tarefas domésticas - não aparece mais como o único modelo nos dias de hoje. Concordamos com Ariès (1981) quando explica que o sentimento de família pouco se modificou desde o século XVIII. Podemos dizer, contudo, que a diversidade de modelos familiares aumentou. O que de fato se percebe é o fantasma de uma não normalidade quando outros modelos familiares são construídos.

Algumas palavras como família, conjugalidade, casamento e coabitação são utilizadas como sinônimas, mas há diferenças entre elas. Esse vocabulário remete a um universo de mudanças constantes. A família é um grupo ligado pelo sangue e/ou pelo afeto que pode ou não viver sob o mesmo teto. A conjugalidade é a partilha de vivências pelos cônjuges/parceiros que, na maioria das vezes, se situam no mesmo espaço arquitetônico. A coabitação e o casamento possuem semelhanças à medida que ambos exigem a convivência do casal, mas se diferenciam na dimensão social à medida que na coabitação inexistem vínculos legais e/ou religiosos. A coabitação apareceu com mais força por volta dos anos 1970, como um estilo alternativo de vivenciar o casamento. O casal possuía um compromisso afetivo, e até social, mas não havia a sua formalização. A coabitação se constituiu em uma resposta à impossibilidade do casamento (casais que

estavam em processo de divórcio) ou entre aqueles que não sentiam a necessidade da tradição do mesmo (FÉRES-CARNEIRO, 2009).

A conjugalidade é um espaço em que o casal compartilha vivências íntimas e de infinitas possibilidades, contudo é necessário haver espaço para a individualidade. Magalhães e Féres-Carneiro (2003) ressaltam que a subjetividade é modelada na conjugalidade por meio de um processo contínuo que opera a partir das identificações vividas pelos parceiros. Dificilmente detecta-se a matriz identificatória, pois esta se refere às vivências do sujeito e como as relações edípicas ou pré-edípicas foram vividas. A saúde ou a patologia do casal se vincula às experiências progressas e ao direcionamento da libido em referência aos objetos. “É necessário que o sujeito ultrapasse o limite do narcisismo e direcione a libido aos objetos para não adoecer. A experiência amorosa é um dos caminhos para realizar essa operação” (p. 47).

As autoras usam o termo transmutação para denominar o fenômeno de recriação dos sujeitos no encontro amoroso. O limite do “eu” em um casamento que defende o “nós” é colocado à prova constantemente. Desse modo, o exercício incessante é materializar a diferenciação e permitir a fusão ocasionalmente. É um jogo psíquico de difícil elaboração à medida que cada sujeito traz uma estrutura e os seus mecanismos de defesa. A conjugalidade dá oportunidade ao sujeito de elaborar conflitos antigos de modo criativo e inesperado e, com isso, exercer um papel estruturante ou desestruturante na vida de cada cônjuge.

O imaginário em relação à conjugalidade alude à completude e à felicidade. Entretanto, na prática, relacionar-se significa manter o equilíbrio da individualidade na conjugalidade. Os ideais de um sujeito autônomo prevalecem sobre a relação afetiva e o casal terá que criar o espaço em comum a partir de suas individualidades. A união contemporânea se sustenta na soma de duas individualidades e em uma aliança. É uma conta que foge ao rigor da matemática, mas, no casamento contemporâneo, “um e um são três” (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p. 380).

Esse imaginário pode ser analisado a partir de três tempos. Primeiramente, há uma relação entre os amantes de completude e felicidade, na qual as qualidades tornam-se amplificadas. O parceiro personifica apenas o lado bom da vida. Após

um tempo de convivência, constata-se o afloramento de defeitos que antes estavam obscuros devido à paixão. Cria-se, então, a ilusão de “curar” o que aparece inaceitável. Em um terceiro tempo, dois caminhos poderão ser trilhados. Ou os parceiros percebem que um relacionamento se constitui de qualidades e de defeitos, ou os parceiros oscilarão entre a regressão e/ou a imposição. Em outras palavras, é possível que um dos cônjuges tente fazer com que o parceiro cumpra um pacto inconsciente que seria “corresponder às fantasias idealizadas do início da relação” (LEVY e GOMES, 2011, p. 47).

Caso seja impraticável conviver com os defeitos, o casal pode chegar à separação. Assim sendo, é importante a vivência do luto para uma possível recuperação da perda de modo que o sujeito se abra para um novo encontro amoroso. Não obstante, se a união foi construída a partir da crença de que o amor é o elemento de completude de uma falta infantil, a administração da perda poderá ser vivida com ressentimento e raiva e os cônjuges poderão chegar à alienação parental.

Quando isto ocorre, vivem a dor de uma ferida narcísica e colocam em questão sua capacidade de ser amado, duvidando de seu próprio valor. O ressentimento e o ódio pela perda das ilusões depositadas no casamento ou no parceiro provocam um desejo de aniquilar o outro (LEVY e GOMES, 2011, p. 43).

O casamento é visto de forma diferente entre os gêneros em virtude de questões referentes ao feminino que serão aprofundadas no capítulo 2. A partir da análise de dados estatísticos, é possível identificar a existência de uma desproporcionalidade no comportamento masculino e feminino em relação à valorização do casamento à medida que este aparece como mais vantajoso para os homens, embora mais valorizado pelas mulheres. A pesquisa do IBGE de 2007 apontou que a dedicação das mulheres casadas às tarefas do lar era de 7 horas a mais do que a das mulheres que cuidavam sozinhas da família. Na pesquisa do IBGE de 2012, percebeu-se que as mulheres tinham participação superior ou semelhante a dos homens no mercado de trabalho. Há uma piada que aparece em adesivos de carros, em camisetas e em *memes*¹ em sites de redes sociais: a

¹ Frase, imagem ou vídeo, em geral de conteúdo cômico, que se espalha na internet de forma viral.

imagem estilizada de um casal de noivos e a frase *Game over* (Fim de jogo). Essa frase é comum entre usuários de videogame, pois surge na tela ao final de alguns jogos. Isso significa dizer que o casamento se revela como uma conquista feminina, uma vitória em um complexo jogo de forças, e uma concessão masculina, quando não se pode mais escapar.

Jablonski (2003) salienta um elevado grau de insatisfação feminina perante o casamento. Nesse estudo, a frustração das mulheres entrevistadas advém da sobrecarga de sua jornada de trabalho. De alguma forma, percebe-se que os avanços femininos - profissionais e sexuais - não foram acompanhados pelos avanços domésticos. A mulher, que até os anos 1950 transitava apenas no universo doméstico, agora acumula funções de provedora, de cuidadora dos filhos e de zeladora de sua aparência. As mulheres se inseriram no mercado de trabalho, no entanto a responsabilidade do lar ainda permanece em sua esfera de ação. Quando os maridos participam, tal atitude é vista como uma “ajuda” e não como uma divisão igualitária de tarefas. Talvez por isso haja um imaginário sobre o casamento, mas, na prática, o casamento tradicional não é mais concebido como o único destino.

A compreensão do imaginário romântico e sua repercussão poderão melhor delinear os contornos que o gênero feminino ganhou na contemporaneidade. A escolha acerca do universo das mulheres é significativa, posto que há desproporção entre os avanços femininos ocorridos - métodos contraceptivos, ampliação do mercado de trabalho, conquista de direitos que proporcionam a vivência de uma individualidade - e o modelo romântico em relação ao casamento. Féres-Carneiro (2003) pesquisa percepções diferenciadas entre os gêneros em relação ao casamento. As mulheres o compreendem como uma relação amorosa, de modo que ao experimentarem a traição ou a ausência do amor, a separação surge como único caminho. O homem vivencia o casamento principalmente como a possibilidade de construir uma família, de forma que um caso extraconjugal não precisaria necessariamente afetar a aliança construída pelos cônjuges. Nessa pesquisa, a autora assinala que o término de um casamento é vivenciado com dor, mas há uma diferenciação no comportamento e na manifestação dos sentimentos.

Enquanto as mulheres expressam a mágoa e a solidão, os homens exprimem a frustração e o fracasso no projeto de construção familiar. Ambos os gêneros se divorciam não devido à descrença no casamento, ao contrário, a separação decorre de sua valorização excessiva, de modo que os cônjuges/companheiros não suportam conviver com o fracasso e com a insatisfação. Entretanto, um ponto a ser considerado é o fato da decisão pela separação ser predominantemente feminina. Apesar das transformações sociais, a naturalização do modelo romântico permanece universal em muitos discursos existentes.

Levy e Gomes (2011) investigaram os caminhos trilhados pelo casal após o término do relacionamento. Tal estudo se orientou principalmente pelo viés feminino e sublinhou a possibilidade da transmutação da paixão em perversão do amor. A perda do objeto amado pode ser vivenciada como uma perda de si mesmo, o que dificulta a elaboração da dor. O sujeito reedita no objeto de amor o encontro mítico ocorrido outrora com o objeto primordial. No caso do término, a convivência conjugal se transforma em um campo de ressentimentos que, muitas vezes, pode estar associado às primeiras elaborações infantis. Segundo as autoras, a relação conjugal reencena o mundo interno de cada um no qual:

necessidades e ansiedades se expressam na expectativa de respostas e soluções. Fantasias inconscientes de cada membro do casal a respeito do funcionamento da conjugalidade e defesas compartilhadas possibilitam a tessitura de um laço através do qual pretendem responder às necessidades do outro, assim como ter as suas igualmente atendidas (p.46).

Na conjugalidade, os sujeitos envolvidos carregam identificações, projeções, história, valores e educação. Algumas fantasias referentes ao casamento são criadas e outras são reafirmadas. Nicolò (1995) utiliza a imagem do casal envolvido em uma membrana maleável e frágil que delimita o seu espaço interno face ao mundo externo. Essa membrana poderá ser mudada, adaptada e até mesmo rompida diante de algum acontecimento externo - nascimento do filho, morte de algum membro da família, mudança de casa ou de emprego - ou interno - ciúme, identificação e transferência. O relacionamento do casal é um exercício constante para o não rompimento dessa membrana.

A questão que se coloca em relação ao não rompimento dessa frágil membrana é a seguinte: como é possível o casal e os filhos conviverem preservando o individualismo, tão valorizado na atual sociedade? Observamos a redução do comunismo familiar e o crescimento e a valorização do individualismo. Cada membro constrói a sua maneira de ser, não precisa ser comum ao outro e todos continuam vivendo na mesma casa. A conjugalidade converteu-se em um domínio relativamente autônomo da família e o exercício da atividade sexual deixou de estar circunscrito à esfera do matrimônio. A família se tornou mais do que nunca relacional, ainda que inscrita em um processo de individualização e autonomização dos seus membros. O individualismo não é percebido negativamente. A mudança descrita não resulta no enfraquecimento da instituição família, mas no surgimento de novos modelos e transformações nas relações de gênero (SINGLY, 2007).

O início da relação conjugal é muitas vezes atrapalhado pela visão romântica de perfeição. Os cônjuges criam expectativas de que nada pode dar errado e se esquecem de que o convívio conjugal é construído no dia a dia, a partir dos enfrentamentos das diferenças. É importante diferenciar algo que, às vezes, é confundido pelo casal: intimidade e fusão. Enquanto a intimidade se dá quando há a partilha de sentimentos, desejos e aceitação da diferenciação, a fusão se dá quando o outro é tomado para si como um objeto de posse. Willi (1985) sinaliza que a conjugalidade se configura através de um acordo inconsciente denominado por ele de colusão. A partir de idealizações criadas pelos cônjuges em relação à rotina matrimonial, cria-se um quadro de frustração, visto que o ideal é sempre o ideal, não a realidade. A frustração na maioria das vezes remete-se a questões da ordem do infantil e, dessa forma, os conflitos conjugais se iniciam.

Willi (1978) desenvolve o conceito de colusão para explicar um jogo mútuo, e na maioria das vezes não confessado, entre os parceiros devido a um conflito não superado. É um processo invariavelmente inconsciente e visa à libertação de um conflito vivido por um ou pelos dois cônjuges. Os tipos de colusão são: narcísica, oral, sadio-anal e fálico edípica. Os quatro tipos de colusão são dinâmicos e não se estruturam como uma patologia. A conjugalidade pode ser afetada por um tipo apenas ou pelos quatro tipos.

A colusão narcísica se refere ao estágio narcisista do desenvolvimento humano por volta dos seis meses de idade. Nessa fase, os limites entre o ego e o não ego não estão definidos à medida que o bebê se sente como parte da mãe, pois ainda não obteve a sua autonomia. O importante é demarcar a questão fundamental que se revela aos parceiros: até que ponto é possível ocorrer a entrega sem a perda dos seus próprios limites?

Essa colusão encerra uma característica básica: o ego não foi bem configurado. Dessa maneira, o sujeito narcisista precisa encontrar um parceiro que valorize o seu ego. O parceiro - o narcisista complementar - necessita possuir um ego que idealiza as relações.

Na colusão oral, o casal precisa cumprir a seguinte dinâmica: um dos cônjuges tem grande disponibilidade e, o outro, a necessidade de ser cuidado e ajudado. A base da relação conjugal, nessa colusão, é o amor como preocupação, posto que o casal reviverá a fase do desenvolvimento infantil em que as necessidades do bebê precisam ser satisfeitas pela mãe ou por sua substituta.

A colusão sádico-anal se define a partir do amor como pertencente ao outro. É uma alusão à fase anal-sádica do desenvolvimento infantil que perdura do primeiro ao terceiro ano de vida. É quando o sujeito desenvolve o ego e, de forma ainda inicial, conquista alguma autonomia. Criam-se possíveis polarizações: dominante-dominado, ativo-passivo, construção-destruição. Os cônjuges cumprem a seguinte dinâmica: enquanto um é dominante, autônomo e ativo, o outro é dominado, dependente e passivo. Pode, nesse tipo de colusão, haver um desconhecimento das suas possibilidades: o parceiro ativo não percebe nem a sua dependência do passivo e nem os temores de uma possível separação.

A colusão fálico-edípica apresenta o amor como afirmação masculina. Os parceiros podem confundir os papéis sexuais. Desse modo, problematiza-se o masculino identificado como atividade e o feminino como passividade. Essa colusão baseia-se em atitudes neuróticas errôneas com respeito aos papéis sexuais nos quais a mulher só pode aparecer sob a aparência da feminilidade e, o homem, sob uma aparente masculinidade. É uma referência à fase edípica e apresenta um tipo de histeria conjugal. Os parceiros defendem-se de suas fraquezas a partir de atitudes polarizadas ativas e passivas.

Os relacionamentos amorosos, na atualidade, obedecem aos valores da “líquida” sociedade capitalista, de sorte que há a valorização da individualidade, da quantidade e da versatilidade dos parceiros. Bauman (2001) apresenta a contemporaneidade como uma época de contínua “fluidez” e “liquidez”. Vários de seus livros possuem em seus títulos o adjetivo “líquido”², inspirado na famosa frase do Manifesto Comunista de Marx: “Tudo que é sólido desmancha no ar”. O autor explica que a característica de um líquido é não ter forma prévia e se adaptar ao recipiente. Da mesma maneira, os tempos atuais se caracterizariam pela fluidez e maleabilidade, o que se refletiria no sentimento amoroso.

2.3

A autoimagem e o sentimento amoroso

A partir da premissa de que o encontro amoroso é um reconhecimento do sujeito através do outro, investigaremos a relação entre o sentimento amoroso e a construção da autoimagem do sujeito.

Propomos contextualizar o amor a partir da sua dimensão social, pois ele não é percebido de maneira uniforme: no Oriente, aparece como uma vertente oriunda da tradição religiosa; no Ocidente, como um vetor filosófico e erotizado.

No texto “O Banquete”, de Platão, o amor é descrito como poderoso, mas também como faltoso e desassossegado. Destacamos duas falas do diálogo platônico. A primeira é a de Aristófanes, na qual ele descreve a espécie humana como possuidora de três gêneros: o masculino, o feminino e o andrógino. Esses seres eram inteiros e completos. Zeus, temendo pela sua potência e inteireza, divide-os ao meio para garantir o seu enfraquecimento. A partir daí, as metades buscam sua parte faltante e quando (ou se) isso ocorrer, o êxtase será único. O amor para Aristófanes é a procura da completude perdida. O encontro com a “alma gêmea” situa-se em um primitivo mítico que só existe de forma lendária. A segunda fala é a de Sócrates que define o amor como algo que não se tem. O amor se constitui na falta e, na mais remota certeza de ter sido encontrado, ele desaparece. Dito de outra forma, o sujeito busca o objeto do amor que estará

² Modernidade Líquida (2001), Amor Líquido (2004), Vida Líquida (2005), Tempos Líquidos (2007).

sempre ausente. Até o amor narcísico aparece como faltante à medida que se ama (ou deseja) aquilo que não se é ou não se tem. É disso que trataria o amor: um sentimento nascido da falta e daí a busca constante e a impossibilidade do encontro amoroso.

Com efeito, parece-me os homens absolutamente não terem percebido o poder do amor, que se o percebessem, os maiores templos e altares lhe preparariam, e os maiores sacrifícios lhe fariam, não como agora que nada disso há em sua honra, quando mais que tudo deve haver. É ele com efeito o deus mais amigo do homem, protetor e médico desses males, de cuja cura dependeria sem dúvida a maior felicidade para o gênero humano (PLATÃO, Diálogos - O Banquete, 1973: 27).

Rougemont (2003) investiga o amor no Ocidente a partir de diversas obras da literatura mundial. Ele e outros autores (HAUSER, 2000; AUERBACH, 1972) precisam o nascimento do amor romântico no Ocidente no século XII, com o romance cortês. O amor adquiriu, naquela época, um acentuado caráter feminino devido à mudança de paradigma da cultura cortesã, especificamente a partir das “cantigas de amor” e dos romances bretões que tinham como tema o amor e a adoração da mulher. Na criação poética, a mulher é elevada a posição de independência, a um patamar acima do homem. Elaborar-se a ilusão de que no encontro amoroso se obterá a felicidade.

Um exemplo que utilizaremos retirado desse livro é a história de “Tristão e Isolda”. Nela, o sentimento amoroso possui uma excessiva valorização: os amantes amam mais o ato de amar do que o próprio objeto. Isto é, a exaltação do amor é mais importante do que a união dos amantes à medida que eles “precisam mais da ausência do que da presença do outro” (p.58). É na falta que o amor é alimentado. O amor cortês tem um discurso associado ao inacessível, à falta e à dor, sem necessariamente precisar da consumação.

No cenário atual, devido a mudanças na sociedade contemporânea caracterizada por transformações socioculturais aceleradas, esboça-se um complexo mapa amoroso. Diversos autores (BERMAN, 1986; HARVEY, 1992, e HALL, 2005) problematizam essa época dialética, paradoxal, efêmera e fragmentada. A transitoriedade inscreve o sujeito na falta de continuidade histórica e de desamparo ideológico. O sujeito não possui mais os sustentáculos

que o amparavam: a Família, a Igreja e mesmo o Estado vêm sofrendo uma diminuição do seu papel. Em seu lugar, outras referências são concebidas: a Razão, a Ciência e, posteriormente, a explosão da cultura de massa e as novas tecnologias. Configura-se um cenário de pluralidade, flexibilidade e descentralização do sujeito que afeta os sistemas públicos, o mercado de trabalho, os estilos de vida e os relacionamentos amorosos. Não existe apenas um modelo de se relacionar e de perceber o sentimento amoroso, daí vivenciarmos as reconfigurações e as construções constantes de novas práticas.

Na investigação das práticas amorosas, torna-se necessário demarcar também os valores que as permeiam. Na contemporaneidade, a liberdade se fortalece como um predicado significativo e é perseguida, no plano individual, por meio do esforço e do desejo de cada um. Desenvolve-se uma maior elasticidade nas regras amorosas e sexuais e na construção de estratégias para lidar com as expectativas e necessidades do outro; isso pode, entretanto, resultar em menos segurança. O indivíduo, mesmo ávido pela liberdade, precisará aprender a negociá-la ou criará um mundo cada vez mais solitário. “Liberdade sem segurança não assegura mais firmemente uma provisão de felicidade do que segurança sem liberdade” (BAUMAN, 2004:10). A proposta de individualidade na contemporaneidade contrasta com a proposta romântica que é o casal transformar-se em um.

A liberdade pode resultar na indeterminação da relação que assumirá um caráter frustrante e ameaçador, pois o indivíduo idealiza a relação amorosa permanente; há, todavia, uma transitoriedade - os laços são frouxamente atados para poderem ser modificados quando necessário. Diante da insegurança e das pressões sociais ou pessoais de se constituir uma família, gera-se a falsa ideia de que a habilidade de amar é adquirida com a prática e assiduidade. O parceiro é idealizado e considerado responsável pela felicidade e completude; caso isso não ocorra, não se tenta melhorar a relação, mas se procura outro parceiro.

O amor é uma invenção social e é modelado a partir das referências infantis e dos jogos culturais do sujeito: histórias românticas, novelas, filmes, publicidade. Embora se saiba que na vida adulta os pares românticos evocados nas lendas e nas histórias não existam, a idealização do modelo romântico e de possível unidade persiste. Costa (1998) acrescenta que esse sentimento está com

os dias contados: “Apesar do enorme prestígio cultural, o amor deixou de ser um puro momento de encanto para se tornar uma corvéia. Quando é bom, não dura e quando dura já não entusiasma” (p. 11).

Costa (1998) também questiona a premissa de o amor ser visto como um sentimento surdo e cego à razão, no qual o sujeito não possui vontade própria. O sujeito é tomado pelo amor como uma febre ou uma doença. Essa idealização do amor se apresenta como esperança de autorrealização. O sujeito oscila entre a descrença na possibilidade de amar e o culto ao romantismo.

Freud (1914) identifica a escolha amorosa a partir de traços de igualdade ou de diferença advindas das referências infantis. Distinguem-se dois tipos de escolha de objeto - o tipo anaclítico e o tipo narcísico - que não são diferenciados e fechados à medida que existiria um narcisismo primário em ambos. No tipo anaclítico, o sujeito ama a partir dos referenciais da mulher que o alimentou ou do homem que o protegeu. No tipo narcísico, a escolha ocorrerá a partir do que se é, do que se foi, do que se queria ser e do que foi parte do seu ser. Essas escolhas atuam a partir dos objetos parentais e das identificações vivenciadas pelo sujeito.

Freud (1912) ressalta o quanto a supervalorização do objeto sexual é um traço comum do estado de apaixonamento, principalmente nos homens. A escolha objetual advém da fixação que a criança teve pela mãe, de modo que, em alguns sujeitos, o amor se relacionaria a uma ânsia de salvar o outro. O salvar decorre do fato de não abandonar o objeto de amor em detrimento de outros, posto que a mulher amada apresenta-se com um traço infantil, algo como um “derivativo independente do complexo materno” (p.178). Isto é, a criança escuta que possui uma dívida com a mãe por ela ter-lhe dado a vida. De alguma maneira, o sujeito possui um amontoado de sentimentos que se misturam - a ternura, os impulsos que lutam pelo poder e o desejo de retribuição - e que, na vida adulta, refletirão no modo de relacionar-se com o objeto de amor.

Na maneira que o sujeito tem de amar, é importante ressaltar o papel da idealização. É um processo psíquico em que o sujeito utiliza a energia libidinal para realçar e intensificar um objeto. O objeto utilizado na idealização é tratado como o próprio eu pelo sujeito, daí um transbordamento de libido narcísica em relação ao objeto. Isto é, o eu se empobrece e o objeto se valoriza. Freud (1921) compara os sujeitos apaixonados aos hipnotizados. Nas duas situações ocorre a

fascinação e a sujeição em relação ao objeto. A idealização utiliza o objeto como o ideal do eu. Trata-se de uma forma de satisfação narcísica. Na base dessas relações, busca-se a satisfação sexual a partir de um investimento objetal que se extingue à medida que o seu objetivo é atingido.

Na vida adulta, o sujeito não quer renunciar à perfeição narcísica da infância, de modo que projeta diante de si o ideal do eu que é o substituto do narcisismo perdido. A partir daí, só é possível experimentar-se através do outro. Freud (1929-30), no texto “O mal estar na civilização”, ressalta que a cultura produz mal-estar nos seres humanos, visto que existe um antagonismo intransponível entre as exigências da pulsão e da civilização. Para o equilíbrio da sociedade, o sujeito renuncia a algumas satisfações pulsionais. Para o autor, o sofrimento humano provém de três fatores: do corpo, do mundo externo e dos relacionamentos. Ele mostra algumas maneiras existentes para aliviar o sofrimento e buscar a felicidade, mesmo que parcial. O amor aparece como um desses métodos descritos. O encontro amoroso é um bom método para superar frustrações e atender aos impulsos instintivos básicos, no entanto não é definitivo à medida que o sentimento amoroso pode transformar-se em dor devido à perda do objeto.

É que nunca nos achamos tão indefesos contra o sofrimento como quando amamos, nunca desamparadamente infelizes como quando perdemos o nosso objeto amado ou o seu amor. Isso, porém, não liquida com a técnica de viver baseada no valor do amor como meio de obter felicidade (p. 90).

Buscamos traçar um paralelo entre a unidade do sujeito e a maneira de amar, desse modo o sujeito mais identificado consigo mesmo necessitará menos do outro. Lacan (1998) explica a construção da autoimagem a partir da formação do eu, no estágio do espelho. Isso ocorre por volta dos seis meses de idade, quando a criança se depara consigo mesma diante do espelho sob o olhar do outro. A criança só se reconhece como pessoa singular no mundo através do apontamento materno, ou da pessoa que ocupa tal lugar. O processo identificatório se constitui na relação com o outro à medida que o desejo humano passa pelo desejo do seu par. É por isso, também, que o objeto amoroso se aproxima da mãe/pai daquele que autoriza o reconhecimento de si próprio, singular e autônomo. É uma imagem que aparece como uma Gestalt, uma

antecipação; essa união só virá no devir do sujeito. É algo que vem de fora, mas é tomado para si pelo sujeito. “Ela é mais constituinte do que constituída, mas em que acima de tudo, ela lhe parece num elevo de estatura que a congela e numa simetria que a inverte, em oposição de à turbulência de movimentos com que ele experimenta animá-la” (p. 98).

Laplanche e Pontalis (1998) explicam que, na fase do espelho, a criança constituirá imaginariamente uma unidade corporal a partir da imagem do seu semelhante ou da sua própria. A percepção de “corpo fragmentado” começa a ser substituída por um esboço de ego. Essa primeira experiência da criança está na base do caráter imaginário do ego que comporá o “eu ideal” e a “origem das identificações secundárias”.

A formação da autoimagem é complexa e, na mulher, a complexidade se intensifica por ela não possuir um traço que a distinga. O sujeito busca a aproximação de uma imagem que mostre a singularidade, a identidade e a contemporaneidade de si mesmo. O desejo de ao se olhar no espelho ou no outro ter como resposta uma imagem externa que corresponda à imagem interna é algo que se persegue, mas que dificilmente se atinge. Dito de outra forma, a consolidação da identidade ocorre através do ambiente (que inclui o outro). É o ambiente que dirá e comprovará os atributos de masculinidade ou de feminilidade, de potência ou de eficiência, de beleza ou de feiura que cada um pensa ou espera ter. André (1987) explica que a imagem oscila entre a insatisfação, o prazer e o estranhamento. Dificilmente a imagem que o sujeito tem de si coincide com aquela que o outro tem dele. A imagem tem uma importante função, pois ela “...veste o corpo real cuja desordem é solidária da prematuração do ser humano”(1987, p. 111).

O sujeito que possui uma fragilidade narcísica percebe o parceiro como indispensável à dinâmica de sua vida. Ou ele existe ao seu lado ou não poderá existir. Levy e Gomes (2011) analisam esse modo de se relacionar sob o viés do descontrole que poderá chegar a crimes passionais. É uma forma patológica de amar. O objeto de amor é algo que precisa ser possuído ou destruído. No caso de perda do objeto, no qual o sujeito investiu libidinalmente, não há a vivência do

luto, mas sim do sentimento de fúria. As conquistas do ex-parceiro (a) são vistas de forma ofensiva pelo sujeito apaixonado. As autoras explicam que:

A irracionalidade da atitude vingativa deixa entrever uma agressividade arcaica. As contrariedades vividas na relação e após sua dissolução são sentidas como feridas ao narcisismo do sujeito e não apenas como diferenças e frustrações existentes em qualquer relação humana (2011: 46).

O amor reedita os primórdios das relações infantis do sujeito com os seus pais ou substitutos como se fosse possível a fusão com o objeto amado. O amor à primeira vista nada mais é do que um reconhecimento, posto que a cada encontro com o objeto da paixão novos ângulos e novas descobertas confirmam evidências que já haviam sido sentidas. Na vivência amorosa, o sujeito intenta restaurar o narcisismo primário e o encontro com a completude. No início de um relacionamento apaixonado isso é mais complexo, pois há uma dificuldade de perceber o outro, já que há uma projeção das fantasias. O outro se mistura ao próprio sujeito e espera-se insanamente um desejo único e o resgate da condição humana que é a falta. Quando passa o momento inicial de êxtase, o sujeito recupera a consciência e a felicidade plena (ou angústia) cede ao momento da decepção como o pequeno infante que perde a condição de único desejo de amor da mãe. As regras que se estabelecem são as de que o amante não está à disposição do amado e vice-versa.

A verdade é que as fantasias do início de uma relação apaixonada não concedem existência própria ao outro, que se torna um depósito das fantasias mais arcaicas, um representante da possibilidade de restauração do narcisismo ferido, um outro eu mesmo que deseja as mesmas coisas que eu e me resgata para sempre da condição da falta que me encontro (que é a própria condição humana) para me elevar à condição dos deuses: a recuperação da onipotência (KEHL, 2009, p. 549).

Isso é uma ilusão à medida que a experiência amorosa não é uma experiência de entrega ao outro, mas uma entrega a si mesmo. Amar é reconhecer-se. Revelar a si mesmo o que se tem de mais belo, atraente, potente. O problema é que na experiência de enamoramento - dentro do amor romântico - precisamos do outro para obter essa revelação.

o amor, se é verdade que ele tem união com o Um, não faz ninguém sair de si mesmo. Se é isto, só isto, nada mais do que isto, que Freud disse ao introduzir a função do amor narcísico, todo mundo sente, sentiu que o problema é como é que pode haver um amor por um outro (LACAN, 1975, pp.64-65).

Nesse sentido, o amor é realmente um jogo no qual aquele que se reconhece como (mais) detentor da (auto) imagem do outro se sente mais potente e, assim, menos dependente daquele. Porque o outro, o amado, está minimamente envolvido em uma relação e também está em busca da sua autoimagem fortalecida e potente, que aquele que o ama (e que também é amado) poderá revelar. A lógica amorosa seria, então, mais ou menos a seguinte: quem anseia de modo mais desesperado pela autoimagem (em todos os seus atributos corpóreos, psíquicos e morais), busca mais obsessivamente o outro. Aquele que se reconhece como mais potente nesse jogo, ou seja, capaz de ser menos ansioso na busca da autoimagem através do outro (amado), consegue se comportar de maneira aparentemente menos dependente do objeto amoroso. Daí a incongruência e incompletude do amor. Em última instância, ninguém se dá ao outro na experiência amorosa, mas a si mesmo.

Kehl (2009) diz ser possível que, no encontro amoroso, sejam ultrapassadas as primeiras demandas da paixão que suplica pela fusão total. A paixão é um estado doentio, uma patologia da qual se cura cedo ou tarde. “É possível que os apaixonados ultrapassem suas fantasias narcísicas apaixonadas e se encontrem em um outro plano” (p.555). Ao se compreender tudo isso é possível viver a experiência amorosa como algo profundamente raro e dotado de uma capacidade transformadora única.

Como explicar, ainda, a permanência do superinvestimento no amor como marca da identidade feminina? Acreditamos que tal fato decorre de questões ligadas à autoimagem e de um narcisismo mal construído, gerando um estranhamento que se prolonga através de posições tradicionais de dependência feminina em relação ao homem. Lipovetsky (2000) frisa o desejo de reconhecimento feminino como uma marca subjetiva insubstituível que aparece através de duas tendências antagônica, mas complementares. De um lado, a mulher ainda se percebe inscrita em uma continuidade do imaginário tradicional que a destina à dependência do outro e, por isso, à renúncia de si mesma. De outro

lado, a mulher busca o reconhecimento acerca da autonomia e da posse de si mesma. Nas palavras do autor:

De um lado, teve continuidade uma lógica milenar de renúncia de si; do outro, exprimiu-se uma exigência moderna de reconhecimento individual, de valorização de si, de intensificação da vida subjetiva e intersubjetiva. O culto feminino do amor deve ser interpretado como um impulso aos valores modernos, fiel, porém, à lógica da divisão tradicional dos sexos (p.47).

Acreditamos na particularidade feminina em lidar com o sentimento amoroso de forma mais amplificada e, para isso, faz-se necessário pensar nesse conceito historicamente e socialmente. O objetivo do capítulo 3 será, portanto, refletir sobre as formas de ser mulher e como isso reflete nas vivências conjugais na contemporaneidade.

3

Ser Mulher

“O que é ser mulher para você?” Esta pergunta foi o ponto de partida de nossa pesquisa de campo e é neste ponto que nos deteremos. O nosso objetivo aqui é combinar conceitos psicanalíticos aos trabalhos de autores das Ciências Sociais a fim de analisarmos esta questão que, longe de estar esgotada, poderá lançar luz sobre nossa investigação.

Este capítulo busca refletir acerca do modo de ser mulher. Cada mulher vive a construção singular acerca do feminino, o qual não significa apenas a mera repetição de valores sociais, mas sim um conjunto de representações intransferível.

3.1

Breve histórico sobre as mulheres

Desde a Grécia Antiga, a organização da sociedade já promovia a desigualdade entre os gêneros e a submissão da mulher no lar, no trabalho, nas relações sociais e amorosas. Birman (2001) registra o início dessa tradição, no Ocidente, com Aristóteles, que fundamentou o seu discurso na teoria das quatro causas - material, formal, eficiente e final - para explicar os sexos. O homem era regido pelo poder formal e, a mulher, pelo material. O poder formal possuía superioridade à medida que era a essência, o ato, a perfeição, a transmissão do divino e, portanto, o ativo. Enquanto isso, o feminino era a matéria que aguardava passivamente para ser fabricada. O masculino se fortaleceu como modelo e agente regulador da ordem vigente, posto que representava o ativo, a presença, a plenitude e a luz, ao passo que o feminino representava o passivo, a ausência, o vazio e a escuridão. “Enfim, o macho seria o artesão, que a forma engendra o ser, enquanto a fêmea ofereceria apenas a matéria sobre a qual o macho trabalharia a sua artefaria divina” (p.38).

Esse paradigma de sexo único perdurou até o século XVII. Nos livros de medicina, o corpo masculino era estudado como modelo de perfeição. No Renascimento, à medida que as descobertas anatômicas evoluíam, iniciou-se a diferenciação entre os sexos e se desfez a crença de que o masculino poderia se transformar em feminino. Novos ideais de masculinidade e feminilidade foram construídos. Birman (2001) explica a incorporação das ideias aristotélicas a partir do trabalho de Galeano, que utiliza a teoria dos humores para delinear a morfologia genital dos sexos. Dessa forma, presença, luminosidade e dominância seriam qualidades do humor quente e elementos do sexo masculino; de forma oposta, obscuridade, interioridade e ausência comporiam o sexo feminino. O humor quente seria o responsável pela distribuição morfológica dos corpos. A mulher seria como um homem; o diferencial seria os órgãos sexuais invertidos devido à menor quantidade de calor existente no corpo feminino. Havia uma correspondência entre o sexo masculino e feminino, mas com a superioridade do masculino.

a equivalência virtual entre o masculino e o feminino possibilitaria, pois, a transformação do segundo no primeiro, mas masculino não poderia jamais se tornar feminino. Isso porque o imperfeito poderia ser transformado no perfeito, desde que a presença do humor quente pudesse ser o operador da transformação, de acordo com os pressupostos valorativos presentes na lógica hierárquica (BIRMAN: 2001. p. 40-41).

O discurso acerca do masculino permaneceu muito tempo como o único. Bourdieu (2003) corrobora essa questão ao descrever o discurso masculino reinante e reproduzido nas instituições – família, igreja, escola e trabalho. Para ele, a construção dos gêneros ocorre a partir de esquemas dicotômicos: grande/pequeno, forte/ fraco, alto/ baixo. O lado feminino se circunscreve ao espaço íntimo e se caracteriza pela “arte de se fazer pequena”. Bourdieu demonstra que as mulheres se revelam como objetos simbólicos que existem pelo e para o olhar do outro e, por isso, deveriam mostrar-se receptivas, atraentes e disponíveis. Muitas vezes, isso as coloca em permanente estado de insegurança corporal, pois experimentam a distância entre o corpo real e o ideal. “Delas se espera que sejam femininas, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou mesmo apagadas” (p. 82).

Macedo (1990) explica as condições das mulheres em civilizações da Idade Média investigando os hábitos e costumes dos romanos, celtas e germânicos. Na civilização romana, a mulher era inferior ao homem e ficava limitada ao ambiente doméstico, sendo comandada por um membro do sexo masculino. Situação semelhante ocorreu em Bizâncio, entre os séculos IV e XV, quando as mulheres ficavam restritas ao lar por determinações da lei. Todavia, nem todas as civilizações colocavam as mulheres em posição de inferioridade. Os celtas, na Europa Ocidental, promoviam a equiparação jurídica entre os dois sexos e concediam às mulheres a independência para a escolha do parceiro, assim como a manutenção de diversos direitos após o casamento. Na Irlanda, durante a Alta Idade Média, o relacionamento entre os cônjuges dependia da condição social anterior de cada um: quem tivesse a proveniência social superior seria o chefe ou a chefe da família; em casos de famílias igualmente abastadas os direitos seriam igualitários.

Entre os povos germânicos, antecessores aos reinos que se estabeleceram na Alta Idade Média, as mulheres gozavam de relativo prestígio na sociedade, posto que compartilhavam com os maridos os trabalhos e os perigos, “na paz e na guerra” (op. cit, p. 16). Tal situação modificou-se à medida que os povos germânicos foram incorporados ao Império Romano, entre os séculos III e V. Naquela época, a indenização pela morte de um homem ou mulher era de 200 soldos. Se a mulher estivesse em idade reprodutiva, o valor aumentava para 600 soldos e, caso estivesse grávida, para 800. Ou seja, a capacidade de gerar filhos valorizava a mulher, chegando, inclusive, a colocá-la acima dos homens.

Assim como ocorria em outras culturas desse período, o lar ficava sob o domínio da figura masculina, e à mulher não era concedida personalidade jurídica. “Se fossem vítimas de um crime, era a família que deveria ser indenizada; sendo acusadas, a família deveria responder por seus atos” (op. cit, p. 17). Elas nem sequer podiam administrar os próprios bens, não importando o valor. Os bens recebidos por herança eram imediatamente passados ao marido e, a ele, cabia apenas um dote por ocasião do casamento. Na Europa feudal, os laços de afeto e conjugais eram elementos estranhos entre si, apesar dos esforços da Igreja Católica para transformar o casamento em “uma instituição sólida e um

sacramento religioso” (p. 14). As mulheres eram, à época, reféns das relações familiares, independentemente de sua condição (filhas, esposas ou viúvas).

O cerceamento dos direitos das mulheres pode ser exemplificado no Edito de Rotário (código de leis do povo Lombardo, escrito no século VII), que proibia as mulheres de viverem de acordo com suas vontades. Elas estavam ininterruptamente sob o poder de um homem: do pai, do marido ou do rei. A venda de suas posses só poderia ser feita com a autorização masculina. Um dos artigos do Edito determinava que a mulher livre perderia sua liberdade caso contraísse matrimônio com um de seus servos.

Dessa forma, observamos que as regras escritas tinham por objetivo manter as mulheres em uma posição periférica e subserviente ao patriarcado existente. Tal paradigma não se alterou nem mesmo quando, entre os séculos IX e X, a sociedade feudal abandonou paulatinamente as leis escritas em favor da tradição oral. As relações de parentesco, até então horizontalizadas, tornaram-se verticalizadas, beneficiando o sexo masculino no que diz respeito à sucessão e à partilha de heranças. Às filhas, excluídas do benefício da herança, restava apenas o dote destinado ao marido por ocasião do casamento e todos os bens seriam administrados por ele. As mulheres prosseguiram, dessa forma, como objeto a ser negociado nas relações de interesse das famílias.

As estratégias matrimoniais organizavam e sustentavam as relações sociais. O casamento era antes de tudo um pacto entre famílias. Nesse ato, a mulher era ao mesmo tempo doada e recebida, como um ser passivo. Sua principal virtude, dentro e fora do casamento, deveria ser a obediência, a submissão. Solteira, era identificada sempre como *filia de*, *soror de*. Casada, passava a ser personificada como *uxor de*. Filha, irmã, esposa: os homens deveriam ser sua referência (op. cit, p. 20).

O casamento aristocrático era um evento privado e o seu objetivo era garantir a continuidade de linhagens e o estabelecimento de pactos entre famílias. Qualquer interesse particular deveria ser subtraído. Devido à intervenção da Igreja Católica, o casamento ganhou um caráter religioso. Inicialmente de caráter privado, migrou paulatinamente para as portas das igrejas até ocupar seu lugar definitivo nos altares. No século IX, o matrimônio obteve um traço divino e sua realização tinha como propósito a procriação.

Por intermédio do casamento esperava-se controlar a sexualidade dos fiéis e lutar contra a fornicção. Transformada em sacramento, sacralizada, a união conjugal tornar-se-ia veículo de controle do comportamento da sociedade por parte da Igreja (op. cit, p. 21).

A intromissão da Igreja Católica nos assuntos privados não alterou a posição da mulher dentro da sociedade feudal vigente na Europa da Idade Média. O discurso religioso continuou a privilegiar o sexo masculino em contraponto à fragilidade do sexo feminino. A posição da mulher frente aos homens - pais ou maridos - era tão subserviente que a eles era permitido infligir a elas castigos como se fossem crianças, escravos ou servos. É preciso ressaltar, todavia, que as mulheres podiam ser consideradas juridicamente dependentes, mas nem todas recebiam o mesmo tratamento, pois havia distinção entre as integrantes da sociedade burguesa: “na sociedade medieval, as distinções sociais foram sempre tão fortes quanto às sexuais” (op. cit, p.31).

Algumas mulheres poderosas reproduziam o *modus operandi* masculino em relação às suas dependentes, a exemplo das empregadas e das noras que estavam sob o seu jugo. Ao mesmo tempo, essa concessão permitia que as mulheres atuassem em diversas esferas da sociedade medieval, resguardadas as devidas diferenças entre a vida rural e a das cidades “determinadas cada vez mais por uma economia mercantil e monetária, por novas formas de poder e cultura, diferentes das senhoriais e clericais” (op. cit, p. 32).

Apesar de ser o grupo mais numeroso durante a Idade Média, não se tem conhecimento sobre as condições impostas às camponesas. Sabemos que a mulher, ao casar, deveria repartir com o marido as responsabilidades sobre a parcela da propriedade feudal que competia a ele, além de eventualmente servir ao senhor feudal em sua residência. O trabalho na parte de terra que cabia a eles poderia envolver a pesca, a plantação, a colheita, a ordenha de vacas, a lavagem da roupa, etc. Já as donas de casa tinham uma série de atividades sob sua responsabilidade como a economia doméstica, a manutenção do suprimento de alimentos e vestuário, a administração do trabalho das domésticas, o acompanhamento da fabricação de tecidos, dentre outros afazeres. As senhoras da alta nobreza e as castelãs (integrantes da pequena nobreza rural) assumiam

algumas das tarefas masculinas na administração das posses quando seus maridos viajavam em peregrinações, cruzadas e guerras. Mas havia, ainda, segundo Macedo (1990), mulheres da nobreza que exerciam os direitos de um senhor feudal em tempo integral, muitas vezes viúvas ou tutoras de filhos menores, e seus poderes variavam de acordo com a extensão de terra que ficava sob sua administração.

No final do século XVIII e o início do XIX, a noção de diferença sexual foi construída a partir dos ideais de igualdade anunciados pela Revolução Francesa. Birman (2001) afirma que seria impossível manter a hierarquia entre o homem e a mulher perante os apelos de igualdade daquela época. A hierarquia entre os sexos permaneceu, entretanto, autorizada pelo discurso científico. As diferenças existentes foram “legitimadas agora pelo determinismo natural dos corpos, que delineavam então horizontes diversos e bem discriminados para o macho e fêmea” (p.36).

3.2

Feminino e psicanálise

No século XIX, dois fenômenos podem ser observados: um físico, as altas taxas da mortalidade infantil, e outro social, a preocupação com a formação moral da criança. Os discursos médico e social propunham a normatização e higienização da sociedade e, dessa forma, os cuidados maternos tornaram-se imprescindíveis ao infante. Como justificativa da dominação masculina e a inscrição feminina no universo privado, criou-se uma nova interpretação do feminino dotado do instinto materno (BIRMAN, 2001).

Na escuta clínica predominantemente de mulheres histéricas, Freud observou o quanto a histeria era a denúncia do mal estar feminino daquela época. A histérica proclamava o desejo de desvincular uma suposta natureza feminina relacionada apenas à reprodução. A histeria não era uma doença, mas sim a denúncia da relação de submissão feminina ao outro. Kehl (2001) descreve a identidade sexual como uma certeza imaginária. Desse modo, no século XIX, as mulheres existiam a partir do significante da maternidade e do casamento. Freud

absorveu esses dois apêndices feminino-burgueses e os entrelaçou à teoria psicanalítica. Assim sendo, a completude da mulher se consolidaria no amor (casamento) e no nascimento de um filho (de preferência homem). Esse modelo burguês impunha à mulher os cuidados com o lar, ao mesmo tempo em que a proibia de se inserir no espaço público. “As mulheres praticamente não existiam como seres de cultura, como sujeitos da ação na polis, e o único significante que as identificava era o significante mãe” (p.33).

Freud, nos textos *Sexualidade Feminina* (1931) e *Feminilidade* (1933), indaga-se sobre a impossibilidade de solucionar o enigma do desejo feminino devido a sua estrutura complexa. Embora ele não tenha respondido a essa pergunta, ele aponta para supostas respostas concernentes ao quanto o desejo feminino é múltiplo e não se relaciona apenas à maternidade e ao casamento.

O masculino e o feminino não se formam no biológico, mas a partir de posições do sujeito em relação ao Complexo de Édipo. Os dois sexos atravessam o início do desenvolvimento libidinal de maneira similar, pois menino e menina obtêm sensações prazerosas do seu pênis/clitóris. É através da ausência do Outro (da mãe) que o desejo emergirá. A diferenciação sexual ocorrerá na vivência do Complexo de Édipo. No feminino, a menina terá duas fases. A primeira mudança de objeto ocorre quando há a renúncia da sexualidade ativa para a sexualidade passiva (do clitóris para a vagina). É uma mudança na satisfação pulsional, no entanto a menina pode não se desligar totalmente da mãe e continuar endereçando movimento pulsionais ativos. A segunda mudança é a do objeto de amor. A mãe, que também é o primeiro objeto de amor da menina, deverá ser deixada de lado e a menina deverá voltar-se para o pai. O tornar-se mulher é construído na relação mãe e filha e a saída mais saudável é a ruptura (Freud, 1933).

No texto *Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos* (1924-25), Freud explica a diferenciação entre o Complexo de Édipo feminino e o masculino. No feminino, ele aparece como uma formação secundária, pois há o complexo de castração que o precede e o prepara. A menina entra na castração através de um “desapontamento penoso”, uma total “impossibilidade interna”, ou porque chegou o momento de seu término. “.....a

menina aceita a castração como um fato consumado, ao passo que o menino teme a possibilidade de sua ocorrência” (p. 286).

A menina, ao abandonar a ligação com a mãe devido à inveja do pênis, tem a entrada no Édipo como um refúgio. A realização do Édipo representa uma perda narcísica, a qual o sujeito não está disposto a enfrentar. Dito de outra forma: o Édipo feminino não é demolido pela angústia de castração.

As catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações. A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição quanto ao incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal (FREUD, 1924, p. 221).

Admitindo esses parâmetros psicanalíticos, percebemos a falta da mãe em relação à filha de forma dupla: a falta de identidade e a falta do falo, que é experimentada pela menina como um dano. Na menina, o complexo de castração adquire uma conotação hostil para com a mãe. “O afastar da mãe, na menina, é um passo que se acompanha de hostilidade; a vinculação à mãe termina em ódio” (Freud, 1933, p.122).

No menino, há o medo de perder o signo de sua identidade sexuada e o de não poder mais ser homem. A menina não vê a ausência do pênis como algo que falta à sua anatomia sexual, pois imagina que outrora teve o órgão sexual como o do menino, mas que foi castrada. Ao aceitar a castração como fato consumado, ela terá dificuldade em superar tal complexo. Esse só será superado tardiamente e de forma incompleta. O Complexo de Édipo, na menina, se desenvolve de forma enigmática e sob o signo da ameaça, da inveja e do ciúme. Freud explica que a menina, ao se deparar com a angústia de castração, escolherá uma das três vias para que o seu desenvolvimento: aceitar a falta de identidade (via da masculinidade), recusar a falta de identidade tornando-se neurótica, substituir o gozo ativo por passivo. A superação da inveja do pênis poderá ser alcançada a partir da geração de um filho.

Freud, em seu texto *Análise Terminável e Interminável* (1937), retoma o tema da diferença sexual no contexto da conclusão da análise e expõe que, para além da distinção sexual, há algo em comum entre os dois sexos. Trata-se do

complexo da castração, que na mulher se caracteriza pela inveja do pênis e, no homem, pela luta contra uma posição passiva em relação a outro homem. Os destinos possíveis para a mulher seriam a inibição sexual (a histeria), a virilização ou a maternidade. A mais saudável seria a última: tornar-se mulher se equivaleria a torna-se mãe. A mulher só seria completa a partir de um filho (se possível homem).

Birman (2001) inverte essa equação ao considerar que o discurso freudiano é construído a partir da presença e da ausência do falo, ao passo que o feminino possuiria uma inscrição anterior ao falo. Desse modo, o feminino estaria no início e o horror ao feminino se deveria ao fato desse sentimento denunciar essa origem como imperfeita e ligada à falta:

A ordem humana seria, portanto, imperfeita como origem, pretendendo recusar sua imperfeição pela recusa da feminilidade. Além disso, reconhecer a imperfeição e a feminilidade como origem seria, em contrapartida, afastar definitivamente nossa fundação em Deus e no Cosmos, que estaria representada na inscrição anterior da masculinidade como o originário (BIRMAN, 2001, p. 227).

Para Birman (2001), a valorização da ordem fálica indica a suposta pretensão humana de se mostrar perfeita na sua formação à medida que a tradição patriarcal, nos primórdios da experiência humana, era percebida como o início de tudo. Esse discurso inverte a lógica e estabelece o feminino como o lugar inicial da subjetividade.

Maurano (2006) explica a subjetividade como um resultado do que se ouve do outro e que se torna uma questão para o sujeito. A autora lembra que Freud dizia que a constituição do inconsciente se dá a partir de restos de palavras escutadas pelo sujeito. Cada um responde às questões à sua maneira e daí ocorre a emergência do sujeito do inconsciente. Maurano explica “a pulsão invocante, ou seja, a força que aciona o advento do sujeito do inconsciente, tem na invocação que lhe vem do Outro sua matriz fundamental” (p. 48).

Como lidar com a diversidade dos modos de ser mulher se há padrões em relação à maternidade e à feminilidade que são constantemente reafirmados? Lipovetsky (2000) atualiza essa discussão ao ressaltar que o reconhecimento social da mulher ocorreu à medida que ela acessou territórios que outrora eram

destinados apenas aos homens. Desse modo, é possível assinalar a invenção da pílula como um marco importante na mudança da subjetividade feminina à medida que a mulher pôde ter maior domínio da procriação. Como consequência, deu-se a transformação da família, o estabelecimento de uma maior igualdade entre os casais e a transfiguração do universo feminino sem precedentes.

3.3

Feminino e o trabalho

Quando a mulher estava circunscrita apenas ao universo privado, a vinda de um filho ocupava um *continuum*, visto que poucas transformações ocorriam na vida do casal. Atualmente, a mulher busca conciliar o trabalho, a vida doméstica e a vinda de filhos.

O trabalho feminino, em tempos remotos, relacionava-se necessariamente a uma situação de pobreza, pois a mulher da classe alta não trabalhava. Na Idade Média, as mulheres com condições financeiras escassas ocupavam o papel de domésticas. Segundo Macedo (1990), as criadas eram menores de 13 anos e provenientes de famílias pobres. O trabalho era por um período indeterminado de acordo com contratos firmados diante da presença de alguma autoridade municipal. Era uma situação de submissão. Às domésticas cabia limpar a casa, cuidar das crianças e acompanhar seus senhores. Devido à baixa condição social das famílias, a saída da filha para o trabalho servil era interessante, pois se tratava de uma pessoa a menos a ser alimentada em casa, assim como concedia alguma garantia de futuro para as jovens.

As escravas eram tratadas como uma mercadoria. Em geral eram muçulmanas, gregas ou eslavas e executavam qualquer tipo de trabalho. Elas eram presenteadas às senhoras por ocasião do casamento ou então as acompanhavam do lar original na condição de dote. Deveriam realizar as tarefas do lar, cuidar dos filhos e servir de acompanhantes. “a escravidão feminina esteve sob domínio, orientação e condução de mulheres livres, para satisfação e lucro dos mercadores de escravas” (Macedo,1990. p. 39).

Apesar da submissão aos homens e da alienação no que diz respeito às questões jurídicas, o trabalho feminino tinha papel importante na vida urbana medieval, especialmente nas atividades de artesanato. As jovens auxiliavam os pais e, as casadas, os maridos; quanto às viúvas, era uma questão de sobrevivência. O trabalho era realizado no ambiente doméstico e nas oficinas pertencentes à família. A mulher supervisionava o serviço de outras que aprendiam o ofício de fiação de lã e de tecidos e a confecção de chapéus, o que garantiria o seu sustento. Havia também o serviço fora da área têxtil, a exemplo da metalurgia e da construção civil, mas que eram pesados e cansativos. Mesmo que as mulheres constituíssem a maioria em algumas áreas de atuação, a elas eram relegadas as funções menos importantes, como as de aprendizes e de companheiras, com salários inferiores aos dos homens.

No século XV, as cidades alemãs de Nuremberg, Colônia e Frankfurt, eram encontradas caldeireiras ferreiras, fabricantes de cutelos, facas, arame, latas e canecas e, em Basiléia, havia pedreiras e carpinteiras. As mulheres atuavam ainda nas profissões ligadas à alimentação, como açougueiras, salsicheiras, padeiras, leiteiras, peixeiras, forneiras, queijeiras. Na Inglaterra, havia as cervejeiras, e, nas cidades francesas, cabeleireiras, barbeiras e boticárias (MACEDO, 1990, p. 40).

Havia, por fim, a categoria das negociantes, que atuavam em atividades comerciais de pequeno porte ou, em alguns casos, em operações que envolviam valores mais altos. Essas auxiliavam os homens ou assumiam suas posições devido a determinadas circunstâncias. “As esposas colaboravam com seus maridos, as filhas ajudavam seus pais, as viúvas davam continuidade aos negócios dos falecidos” (op. cit, p. 42).

Apesar da importância e da participação nas atividades econômicas, o emprego de mulheres, principalmente das casadas, passou a ser desaconselhado no final da Idade Média, limitando progressivamente a participação do sexo feminino fora do ambiente doméstico. Vale lembrar que, mesmo durante e após o final da Idade Média, as leis ainda determinavam que elas permanecessem sob a custódia masculina.

Quanto à questão do trabalho feminino no Brasil, é importante destacar o fato de tratar-se de uma nação relativamente nova, colonizada a partir do século XVI e independente há menos de 200 anos. A presença portuguesa no Brasil

efetivou-se com a chegada da família real em 1808, e a internalização dos costumes europeus acelerou-se em nossa sociedade ao longo do século XVIII. Nessa época, notamos a emergência do processo de higienização e da instauração da família burguesa. Logo, é possível dizer que a relação entre o feminino e o trabalho é recente no Brasil quando comparada às nações europeias. D’Incao (2004) explica as transformações da sociedade brasileira burguesa em resposta à consolidação do capitalismo que abandonou o estilo de vida eminentemente rural. A valorização da intimidade situou a mulher no espaço doméstico tendo como principal objetivo cuidar do marido e criar os filhos. A participação feminina no mercado de trabalho era tímida, pois isso se contrapunha ao ambiente familiar, considerado ideal pela sociedade.

A industrialização brasileira se iniciou em meados do século XIX e produziu um quadro que transformou a vida da mulher, anteriormente restrita à esfera privada, tendo como ideais o amor romântico e o casamento. O governo brasileiro incentivou, por meio da propaganda, a possibilidade de uma vida melhor no país. Entre 1880 e 1930, cerca de 3,5 milhões (como se trata de um dado quantitativo, você deve colocar a referência) de estrangeiros entraram no Brasil, dentre os quais uma parcela significativa era de mulheres. Elas trabalhavam na indústria, nas lavouras ou nas fazendas de café. Infelizmente, eram vistas como cidadãs de segunda classe, mesmo sendo um grupo numericamente maior do que o os homens. “Elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto e sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal” (RAGO, 2004: 579).

A força de trabalho feminina contava com uma quantidade expressiva de trabalhadoras alemãs, portuguesas, espanholas, italianas, judias, portuguesas dentre outras, em geral dedicadas às fábricas de fiação e de tecelagem. Havia, porém, uma lacuna nessa nova forma de trabalho, qual seja: a ausência de mulheres negras. Elas haviam sido abolidas recentemente e ocupavam trabalhos desqualificados como o de empregada doméstica e de cozinheira. Esses fatos podem ser observados nos jornais da época, posto que não havia imagens dessas trabalhadoras.

As mulheres negras, por sua vez, após a Abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. (...) Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas (RAGO, 2004, p. 582).

Havia o preconceito contra o trabalho braçal ou manual, pois era associado à incapacidade de desenvolver as faculdades intelectuais. Desse modo, as profissões de costureira, lavadeira, doceira dentre outras, eram desqualificadas no espaço público e no privado. Conforme já mencionado, o trabalho feminino era mais bem aceito para mulheres pobres. Existia um discurso articulado para que as mulheres se sentissem coibidas a enfrentar o mercado de trabalho. “...enquanto o mundo do trabalho era representado pelo mundo do cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a ‘rainha do lar’ e o ‘reizinho da família” (RAGO, 2004:588).

O número de trabalhadoras estrangeiras nas indústrias fabris era alto até a virada do século XX. Nessa época, a força feminina de trabalho foi substituída pela masculina devido a barreiras como a intimidação física, a desqualificação salarial e o assédio sexual. A questão do assédio sexual é um ponto que merece destaque em razão de sua gravidade. Muitas mulheres eram obrigadas a ceder às investidas de seus superiores sob o risco de perderem o emprego. Para conseguir seus intentos, os chefes chegavam a aplicar punições àquelas que resistiam. Ainda, o desprezo pelo trabalho feminino começava em casa à medida que as famílias preparavam as mulheres para o casamento e para a maternidade. O trabalho destruiria a tranquilidade do lar, pois a mulher não teria tempo para dar a atenção necessária ao marido e aos filhos. A mulher trabalhadora poderia ter a honra questionada e o marido poderia ser ridicularizado ou ter sua masculinidade questionada. Caso trabalhassem, suas atividades laborais, após o casamento ou com a chegada do primeiro filho, seriam interrompidas ou conciliadas com as tarefas domésticas. O próprio mercado de trabalho era discriminante, posto que reproduzia os padrões da sociedade em relação à remuneração da mulheres, mas baixas do que a dos homens, e aos diversos tipo de assédio. Esse discurso encontrava eco na fala dos médicos e higienistas que viam o trabalho fora do lar como desagregador da família e dos bons costumes.

Quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho (RAGO, 1985, p. 63).

Quando conseguiam a colocação no mercado de trabalho, os problemas das mulheres não se resumiam à reprovação da sociedade e às desvantagens de função e salários. Assim como os homens, era preciso se sujeitar às longas jornadas de trabalho, que em média duravam 12 horas, podendo estender-se até 16 horas diárias. Essa era uma condição desumana a qual até mesmo as crianças estavam sujeitas. Com tanto tempo dedicado ao ofício, era impossível assumir plenamente os compromissos domésticos e, mais uma vez, o trabalho fora do lar era recriminado. As trabalhadoras estrangeiras eram criticadas por adentrarem um meio exclusivamente masculino à medida que era um ambiente nocivo à maternidade e ao matrimônio. A vida operária era cruel para as mulheres em razão dos salários mais baixos, das funções menos especializadas, da jornada de trabalho desumana, do preconceito e do assédio sexual. As perspectivas profissionais foram sendo desestimuladas e a educação das mulheres deveria servir a carreira doméstica. De acordo com a Rago, “os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem” (RAGO, 1985, p. 63).

O movimento operário, comandado essencialmente por homens, também era contra a participação feminina nas fábricas, pois esse trabalho era definido como uma antítese do lar. Eles não permitiam o ingresso delas nas entidades de classe, nos sindicatos e nas fábricas para forçar o enfraquecimento dessa nova classe. O modelo defendido desvalorizava a mulher em suas características profissionais, intelectuais e políticas. A mulher deveria ignorar a si mesma e ter a realização pessoal como o resultado do sucesso obtido não por ela, mas pelo marido ou pelos filhos.

Ao exigir o confinamento da mulher à esfera privada da vida doméstica, alienante e redentora, os militantes e trabalhadores em geral contribuíram para firmar sua própria posição social no processo produtivo, valorizando a força de trabalho masculina, qualificada ou não (RAGO, 1985, p. 64).

Rago (1985) explica que essa posição também era observada na Inglaterra do século XIX, através do pensamento e dos discursos proferidos por Engels. Para ele, o trabalho feminino “desorganiza inevitavelmente a família, e esta desorganização tem, no estado atual desta sociedade assenta na família, as consequências mais desmoralizantes, tanto para os pais quanto para os filhos” (p. 67). Nesse ponto, até mesmo os anarquistas julgavam ter o direito à liderança sobre as mulheres que, segundo eles, não possuíam a capacidade de combater em igualdade de condições. Basicamente havia uma repetição do modelo de convívio doméstico em que a mulher deveria ser obediente e liderada pelo pai, marido ou líder, em virtude da incapacidade de assumirem por si as responsabilidades do seu destino.

Apesar disso, a imprensa anarquista no Brasil ainda era uma das vozes que defendia o sexo feminino à medida que alertava para a sua libertação do contexto social vigente da sociedade machista e opressora. Salientava-se que elas deveriam ter os mesmos direitos dos homens, ter a capacidade de definir questões acerca da maternidade e até mesmo de discutir sobre a eliminação da prostituição. A presença das mulheres anarquistas pode ser observada em alguns dos jornais do movimento publicados no início do século XX, entre eles A Terra Livre, A Lanterna, A Plebe, A Voz do Trabalhador, nos quais publicavam artigos sobre a emancipação feminina. Elas eram usadas como argumento para os que defendiam o distanciamento das mulheres das fábricas quando participavam ativamente de ações contrárias aos interesses dos patrões como greves, sabotagens e boicotes. As anarquistas poderiam ser vistas, ainda, como peças manipuláveis pelos pares, que as usariam para atrair a simpatia de outros operários para a deflagração de greves (RAGO, 2004, p. 599).

No século XX, os anarquistas se posicionaram contra a situação descrita à medida que defendiam uma nova forma de relacionamento mais igualitária e que contemplasse o desenvolvimento do potencial de cada indivíduo, independente do sexo. A imprensa anarquista, ainda de acordo com Rago (1985), tinha como principal foco a conscientização do trabalhador frente à exploração imposta pelos empresários e donos de fábrica, mas também reservava espaço para defender essa nova moral e maneira de viver, tendo como lemas a igualdade, a liberdade e a

felicidade que deveriam ser seguidos e defendidos por todos, e isso só poderia ser alcançado se a mulher desempenhasse um novo papel no mundo.

A mulher deveria ter seus direitos não apenas reconhecidos, mas ampliados: o direito à maternidade consciente, isto é, a possibilidade de optar pela atividade materna ou pelo direito ao prazer sexual, dentre outros. As anarquistas reivindicavam ainda o fim da valorização burguesa da virgindade (RAGO, 2004, p. 599).

Vale ressaltar, todavia, que a mulher das classes sociais mais baixas não trabalhava apenas no chão da fábrica. Ela também marcava presença nas residências como empregada doméstica, cozinheira, governanta e lavadeira, assim como nas escolas, asilos, hospitais, e mesmo nas ruas como doceira, vendedora, florista ou prostituta. As mulheres das classes média e alta trabalhavam como professoras, médicas, jornalistas. No campo, porém, a mulher tinha apenas a opção de trabalhar nas fazendas e em outras propriedades rurais.

O espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhe eram abertos (RAGO, 2004, p. 603).

A presença de mulheres brasileiras nas fábricas, no início do século XX, não foi necessariamente uma conquista. As mulheres foram incorporadas às linhas de produção em decorrência das duas grandes guerras do século que levaram parte dos homens economicamente ativos para o fronte ou para a morte, e de uma estratégia patronal que visava o enfraquecimento do movimento operário que lutava por direitos igualitários e contra abusos cometidos pelos empregadores. Intransigentes em relação às greves, os donos das indústrias abarrotavam suas instalações com mulheres e crianças, todas alocadas nos setores de menor qualificação. Esperava-se, assim, “reduzir a capacidade de pressão e intervenção dos operários contra a crescente exploração do capital” (RAGO, 1985, p. 55). Além disso, eles se valiam das inovações tecnológicas e da criação de órgãos que agissem em defesa de seus interesses. Os operários procuravam se articular contra a nova configuração que desqualificava as suas funções, tendo em vista que seus postos foram ocupados pelo trabalho feminino e infantil. Os trabalhadores engajados e a imprensa anarquista buscavam desmistificar a idílica imagem das

fábricas propagandeada pelos patrões, ao mesmo tempo em que buscavam acabar com a sistemática de punições severas e injustas que costumavam ser aplicadas,

Ameaçadora para a sexualidade feminina, a fábrica é recusada por esta geração operária como lugar da degeneração moral, como antro da perdição e da prostituição, em consequência da aglomeração promíscua e estreita dos dois sexos no trabalho (RAGO, 1985, p. 22).

O que poderia ser um salto para o estabelecimento da igualdade entre os sexos no mercado de trabalho, e posteriormente na sociedade, não se sustentou. As mulheres progressivamente perderam espaço nas fábricas de tecido para os homens. Independente da classe social a qual pertenciam, elas enfrentavam obstáculos para manterem suas posições, indo “da variação de salarial (verificar o original) à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual” (p. 581). Em um meio considerado de natureza masculina, que monopolizava os cargos considerados mais importantes, como os de direção, mestre, contramestre e assistente, às mulheres restavam apenas as funções menos qualificadas e remuneradas.

Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões (RAGO, 2004, p. 582).

A reprovação do trabalho feminino fora da esfera domiciliar não era restrita à família. Diversos setores da sociedade entendiam a participação no mercado de trabalho como uma ameaça à honra das mulheres, em uma tentativa de mantê-las restritas à vida privada. Além de operários homens, jornalistas, médicos e juristas, algumas feministas descreviam a fábrica como “‘antro da perdição’, ‘bordel’ ou ‘lupanar’” (RAGO, 2004, p. 585). Na opinião de muitos, o trabalho da mulher fora de casa a faria desinteressar-se pelo matrimônio e pela maternidade, considerados à época como a razão de ser do sexo feminino. O trabalho poderia destruir a família tornando as esposas menos dedicadas ao cuidado para com os filhos. Nesse caso, o resultado poderia ser o afrouxamento dos sólidos laços familiares que tinham a mulher como alicerce. Entretanto, grupos feministas defendiam a presença da mulher no trabalho além dos muros do

lar em revistas como A Mensageira e Revista Feminina, mas seu discurso ainda era ambíguo: para elas, “uma mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais, certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno” (p. 590).

As mulheres pertencentes às classes sociais abastadas percebiam que a substituição da vida rural pela urbana poderia ser a possibilidade de participar de novas atividades no espaço público, como as idas aos teatros e à ópera, sem precisar de uma companhia masculina, algo impensável no século XIX. Apesar dessa licença concedida às mulheres dessa classe, é importante ressaltar que ainda prevalecia um forte senso de moralismo. Já no início do namoro, os pais cobravam do namorado uma definição quanto às suas intenções (casamento), pois a mulher era destinada ao matrimônio e maternidade. Uma coisa era permitir que as moças desfrutassem do convívio social, mesmo que desacompanhadas, outra era permitir o ingresso no mercado trabalho. O trabalho era associado ao cabaré, enquanto que o lar era o local sagrado. O fato de a mulher estar mais presente no meio urbano não teve como efeito a flexibilização de valores morais arraigados como a preservação da virgindade. Como lembra Rago (2004), o mundo público era considerado um espaço que ameaçava não apenas a moralidade das mulheres, mas também a das crianças.

Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição (RAGO, 2004, 589).

Conforme destaca Rocha-Coutinho (1996), apesar do discurso de ideologia igualitária, “os membros das minorias étnicas, raciais, sociais e sexuais continuam a ser vistos e a ser tratados como cidadãos de segunda classe” (p. 28). O papel feminino se resumia ao amor familiar, ao cuidado com os maridos e com os filhos e aos compromissos sociais. Fosse por meio da imprensa, da medicina ou da educação, essas eram características valorizadas pela sociedade. Em seu combate ao ócio, considerado então um malefício, a medicina defendia abertamente que as mulheres tratassem com afincos dos afazeres domésticos. Essa condição era fruto de uma sociedade patriarcal que subordinava a mulher aos afazeres do lar. Essa

visão estreita foi questionada por feministas provocando um confronto de ideias com o liberalismo então vigente.

A noção liberal do “privado” abrange o que tem sido denominado “esfera feminina” como “propriedade masculina”, e inclui não apenas a preservação deste espaço da interferência do público, como também o afastamento daqueles que estão confinados a ele – basicamente as mulheres – da vida do mundo público (ROCHA-COUTINHO, 1996, p. 31).

O discurso social e médico buscava reforçar a maternidade como principal missão da mulher em uma tentativa de reforçar os limites entre a esfera pública, que deveria ficar a cargo dos homens, e a esfera privada, que caberia às mulheres. A dona de casa era a responsável pela criação dos filhos. Nas décadas de 1920 e 1930, criou-se a “mãe cívica”, responsável por preparar os futuros cidadãos brasileiros nas questões físicas, morais e intelectuais. Esse discurso, todavia, embutia outros objetivos que iam além da questão feminina.

Fora da fábrica, a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexuada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social (Rago, 1985: 26).

A promoção de um novo modelo de feminilidade exigiu que a mulher assumisse em tempo integral os papéis de mãe, de esposa e de dona de casa. A justificativa para esse novo modelo seria a valorização da infância como potencial da nação. Desse modo, o papel da mulher seria “atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou do desvio” (RAGO, 1985, p. 62).

As residências burguesas receberam influência desse estilo de época, tornando-se mais imponentes e se abrindo para festas e saraus. Os salões de festas tornaram-se “espaços intermediários entre o lar e a rua” (D’INCAO, 2004, p. 228). Dessa forma, o espaço íntimo tornou-se mais exposto, assim como as mulheres ficaram submetidas à apreciação e à avaliação dos convidados. Criou-se uma falsa aparência de que uma maior liberdade fora concedida à mulher de elite

à medida que pôde frequentar cafés, teatros e bailes; sua conduta, entretanto, era constantemente vigiada por pais ou maridos.

O costume da vigilância e do controle exercido sobre as mulheres e o seu posterior afrouxamento no decorrer do século XIX, com a ascensão dos valores burgueses, estavam condicionados ao sistema de casamento por interesse. O afrouxamento da vigilância e do controle sobre os movimentos femininos foi possível porque as próprias pessoas, especialmente as mulheres, passaram a se autovigiar. Aprenderam a se comportar (D'INCAO, 2004, p.236).

As situações descritas colocavam as mulheres solteiras em um estado de idealização acerca do casamento, pois através dele poderiam garantir a manutenção do seu *status* ou a ascensão social, viver com mais plenitude e, finalmente, sair da tutela dos pais. O amor e o casamento eram alimentados pelas novelas da época. O casamento era o sustentáculo da nova família burguesa e higienizada nas quais as mulheres tinham a importante função de ajudar na manutenção ou na ascensão social. D'Incao (2004) afirma que as mulheres tinham a função fundamental de “empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima” (p. 229). O homem ocupava o centro da autoridade familiar, entretanto era clara a dependência da mulher, pois ela era o sustentáculo do homem público aparentemente autônomo.

Observando por esse prisma, percebemos o quanto era importante para a manutenção da família burguesa que o homem desposasse a mulher que tivesse qualificações para esposa, mãe e administradora dos afazeres domésticos, para acompanhante nos eventos sociais, e que possuísse postura, talento e educação adequada ao trato com os integrantes do seu meio. A dependência do homem em relação à esposa modelo era imensa, pois ela era o capital simbólico que poderia valorizar o marido dentro do seu círculo burguês.

Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima (D'INCAO, 2004, p.229).

A figura da mulher pública começou a ter o mesmo significado de homem público a partir da década de 1960, quando deixou de estar associada a da

prostituta. Mesmo assim, pensava-se, na época, que a mulher fora feita para a maternidade e, por isso, não poderia adotar hábitos masculinos como o de fumar em público, de comparecer a bares desacompanhada ou de discutir política. A despeito desses avanços, Rocha-Coutinho (1996) salienta que as conquistas femininas e sua maior participação na esfera pública foram resultados da luta pela ampliação de seus direitos. Mas isso não é suficiente para eliminar as desigualdades sociais sutilmente reproduzidas para ocultar o preconceito ainda existente e arraigado em relação ao sexo feminino. “A mulher no Brasil, apesar de algumas conquistas alcançadas através dos movimentos feministas iniciados no século passado, continua a ser vista como cidadã de segunda classe” (ROCHA-COUTINHO, 1996, p. 36).

Em um trabalho Rocha-Coutinho (1996) identifica, a partir de discursos, o que condiciona a experiência de cidadania das mulheres brasileiras. A autora explica que, não obstante a tese igualitária que vem ganhando espaço desde o século XIX, ainda não há, na prática, condições de igualdade. Conforme destaca a autora, muito se deve ao fato de convivermos até hoje com dois códigos diferentes de conduta: um para a casa e para a família, com a predominância de uma hierarquia resiliente às mudanças, e outro existente na rua, baseado na igualdade de direitos. Para Rocha-Coutinho, “a negação da cidadania às mulheres é, portanto, um traço histórico e não contemporâneo” (p. 32).

Mesmo décadas depois, a visão da mulher associada exclusivamente a questões como a maternidade e os cuidados com o lar continua presente na sociedade, a exemplo do que se observa na publicidade. De acordo com Rocha-Coutinho (1995), a publicidade trabalha a questão do feminino e do masculino por meio de uma linguagem que reforça posições e opiniões existentes em determinado período histórico: “ao agir como princípio ordenador das diferenças em uma organização social determinada, atribui significados e organiza diferenças biológicas entre os sexos, dando-lhes um sentido que é social, e não natural” (p. 52).

Ainda que a mulher tenha conquistado avanços na sociedade, persiste um discurso social que coloca em campos opostos a mulher do lar, santificada, e a mulher sedutora, aquela que não teria o lar e a constituição da família como

objetivos de vida. Para a propaganda haveria também a “mulher liberada”, que luta pelos direitos propagandeados pelo feminismo, e a “super-mulher”, capaz de ser dona de casa e, ao mesmo tempo, uma profissional bem-sucedida e sensual. Desse modo, ela conseguiria viver de forma desenvolta e sem conflitos entre esses dois mundos. A sobrecarga e o sentimento de culpa por não conseguir cumprir os dois papéis de forma ideal não são levados em conta. Conforme Rocha-Coutinho (1995) “A propaganda continua a opor a *vamp*, a boazuda que destila sensualidade, seduz e arrasa corações, à boazinha, que faz de tudo em casa para agradar aos seus e, mais do que isto, vive para eles” (p. 60).

Mesmo que o apelo à maternidade como destino seja questionável atualmente, ele ainda permanece. Há três décadas, o casamento constituía um “pacote” que incluía o desejo de filhos. Na atualidade, o destino feminino não é necessariamente a maternidade, contudo a mulher ainda carrega tal conflito em paralelo ao desejo de realização profissional. Em outra pesquisa, Rocha-Coutinho (2005) ressalta o quanto a mulher que trabalha e tem filhos vive uma sobrecarga devido à crença de que a unidade mãe-filho é primordial ao desenvolvimento da criança. Existe a participação paterna, mas ainda de maneira tímida. Percebe-se que, na teoria, os movimentos femininos “libertaram” as mulheres do destino materno demarcado; na prática o que se percebe é a surpresa do interlocutor quando a mulher diz não a maternidade.

Rocha-Coutinho (2010) pesquisou mulheres bem sucedidas profissionalmente e que, após o nascimento do filho, largaram o emprego ou diminuíram a carga horária para ficarem mais próximas de seus filhos. Parece que o tempo da licença maternidade é necessário para a mãe cuidar do bebê, mas também para refletir sobre o trabalho e o seu novo papel. A pesquisa apontou que as mulheres entrevistadas colocaram o afastamento do emprego como um último recurso e que a sua pretensão era voltar ao trabalho quando fosse possível.

Nessa pesquisa percebe-se que, assim como socialmente a maternidade é exigida das mulheres casadas, há também a cobrança de uma mulher produtiva e independente. Os companheiros das mulheres entrevistadas apoiaram a decisão da volta ao lar, mas com desapontamento. As entrevistadas narraram o quanto seus maridos admiram a mulher que trabalha, mas ainda a percebe como a responsável

pelo lar. A conciliação entre carreira profissional e a vida pessoal traz conflitos. A mulher ainda se vê como uma mulher maravilha que deveria desempenhar papéis diferenciados.

A história das mulheres no mercado de trabalho, no Brasil, desde o século XIX e começo do XX, foi de menosprezo e injustiças, embora elas tenham feito parte da construção do país. O trabalho das mulheres para desmontar essas armadilhas foi e é intenso, recusando e alterando muitos dos significados que os homens tentaram impor ao mundo do trabalho. Elas buscaram e buscam a construção de redes e histórias tentando desvincular-se dos homens e exercer cada vez mais a sua fala.

4

Representação do filho

Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado de
nossa miséria.
(Machado de Assis)

A representação do filho é múltipla e não é possível circunscrevê-la a um aspecto apenas. É uma discussão marcada pela incerteza à medida que o desejo de ser mãe não ocorre de forma linear e associa-se à disponibilidade interna e externa de cada sujeito. Há um intrincado caminho que é percorrido pela mulher com uma data limite para a tomada de decisão. Assim sendo, o emblemático da contemporaneidade é a indagação acerca desse desejo.

A dinâmica do casal é influenciada pela presença ou ausência de filhos, levando a questionamentos sobre possíveis patologias físicas ou psíquicas de um dos cônjuges. Compara-se essa estranheza com aquela referente a casais que, há um quarto de século, optavam por um único filho. Procuraremos, neste capítulo, investigar as representações conscientes e inconscientes do filho para a mulher e, conseqüentemente, para a dinâmica do casal.

4.1

Visão social em relação à ausência de filhos

Ter filhos possui diferentes significações e depende do contexto social. Entre as camadas populares (especificamente em áreas rurais) o filho se configurava como um capital econômico, posto que funcionava como força de trabalho e sustento para a família (BONINI-VIEIRA, 1996).

Para os antigos povos, a sobrevivência humana dependia da fertilidade da terra e das mulheres. Desse modo, a esterilidade ou o não desejo por filhos continham significados maléficis que se equiparavam à doença do corpo ou da alma. Conforme foi discutido no capítulo anterior, a naturalização da maternidade foi uma construção que serviu a uma época em que se buscava restringir a

participação da mulher ao espaço doméstico, assim como o matrimônio se completaria com o nascimento de um filho. A mulher casada e sadia e que não desejava filhos poderia ser vista como uma pessoa má e que poderia fazer mal às crianças (TUBERT, 1996).

Ariès (1981) analisa o nascimento de filhos, em épocas remotas, como o aumento da força de trabalho de uma família. As crianças eram pequenos adultos que podiam ser tratados com dureza. O seu nascimento não era aguardado com alegria, mas como um investimento. A expectativa de vida era pequena e os filhos deveriam viver pelo menos o suficiente para contribuir na renda familiar. O filho era o que determinava a família. Um casal sem filhos não tinha cumprido as suas obrigações, pois eles eram o elo entre a mortalidade e a imortalidade em um mundo no qual a expectativa de vida era pequena. De qualquer forma, a ausência de uma prole ainda permanece sendo vista como algo fora do padrão social em relação ao conceito de família (marido, esposa, filho ou filhos).

Para a sociedade - principalmente para os grupos mais fortemente ligados às crenças religiosas - o casamento e suas derivações deveriam ter como continuidade o nascimento dos filhos. Seria possível afirmar que há uma crença massificada de que o resultado óbvio da união por amor são os filhos. Bauman (2004) cita um trecho da Bíblia em que Deus diz a Abraão: “Vossa semente haverá de multiplicar-se como as estrelas no céu e a areia sobre as praias do oceano” (p.28).

Dessa forma, a procriação seria, pela lógica religiosa, uma bênção consequente do amor entre dois indivíduos. O filho significava a imortalização do nome de uma família – em particular das mais abastadas - impedindo que a existência breve e finita do membro proeminente do núcleo familiar representasse seu fim, ainda mais quando se tratava do filho do sexo masculino. A ausência era vista como um castigo ou condenação.

Morrer sem filhos significava nunca ter construído uma ponte como essa. A morte de um homem sem filhos (embora o mesmo não ocorresse, necessariamente com a de uma mulher sem filhos, a menos que se tratasse de uma rainha ou algo semelhante) significava a morte da família – negligenciar o mais importante dos deveres, descumprir a mais imperativa das tarefas (BAUMAN, 2004: 28).

Todavia, mesmo que os filhos carreguem a ideia de imortalidade, na atualidade é possível que homens e mulheres optem por abrir mão dessa opção. Entre aqueles que desejam filhos poderá haver diversos elementos que serão levados em consideração antes da decisão de aumentar o núcleo familiar: a efemeridade, a volatilidade e a fragilidade dos relacionamentos pós-modernos, a busca por novas e melhores interações afetivas, as questões profissionais, econômicas e individuais como o desejo de aproveitar mais intensamente a vida a dois. Desse modo, a decisão de ter filhos é postergada.

Desses elementos, a fragilidade das estruturas familiares pode ser vista como um dos pontos mais influentes no novo paradigma, pois não é surpreendente observar, em nossa época, uma união perecer antes de seus integrantes. Bauman (2004) explica que o filho pode ser percebido como “uma ponte” para algo duradouro, indefinível ou imprevisível. Ter filhos seria um ato de total insegurança e, para ilustrar essa afirmativa, faz uso de metáforas como “súbita rajada” ou “grande neblina de uma rajada de vento”.

se uma súbita rajada de vento viesse a afastar a neblina, ninguém sabe ao certo que tipo de margem iria se revelar, nem se da névoa emergiria uma terra suficientemente firme para sustentar um lar permanente. (...) Quem perderia seu tempo e seu bom dinheiro para planejá-las e construí-las? (p.28)

Alguns questionamentos aparecem quando se planeja ampliar a família, pois, ao contrário de outras épocas, o filho deixou de ser um investimento lucrativo para se tornar um investimento caro, tendo em vista que impõe gastos com educação, saúde, cultura, nutrição. Nas novas configurações em que o consumo aparece como a grande bandeira da pós-modernidade, o filho é uma aquisição cara e sem nenhuma garantia de lucro futuro.

Os filhos estão entre as aquisições mais caras que o consumidor médio pode fazer ao longo de toda a sua vida. Em termos puramente monetários, eles custam mais do que um carro luxuoso do ano, uma volta ao mundo em um cruzeiro ou até mesmo uma mansão. Pior ainda, o custo total tende a crescer com o tempo, e seu volume não pode ser fixado de antemão nem estimado com algum grau de certeza. Num mundo que não oferece mais planos de carreira e empregos estáveis, assinar contrato de hipoteca com prestações de valor desconhecido, a serem pagas por um tempo indefinido, significa, para pessoas que saem de um projeto para o outro e ganham a vida nessas mudanças, expor-se a um nível de risco atipicamente elevado e a uma fonte prolífica de ansiedade e medo (BAUMAN, 2004:29).

Deixando de lado a questão financeira, podemos pensar também que um filho possui outros tipos de necessidades para as quais nem todas as pessoas estão preparadas. Mesmo aquelas que já tenham passado pela experiência – e que afirmam que viveriam tudo de novo - sabem o outro preço a ser pago com a maternidade e paternidade. Bauman (2004) mais uma vez se utiliza de metáforas e compara o ato de formar uma família ao ato de “pular de cabeça em águas inexploradas” e de “profundidade insondável” e aponta algumas de suas consequências, como “cancelar ou adiar outras sedutoras alegrias consumistas de uma atração ainda não experimentada, desconhecida e imprevisível” (p.29).

Vale destacar, ainda, no âmbito econômico-profissional, a necessidade de sacrificar a carreira em prol dos filhos, seja por ter que dividir sua lealdade entre a empresa que trabalha e o bem-estar dos dependentes, seja por ter que abrir mão definitivamente de uma atividade remunerada. Isto é algo que costuma ser incentivado socialmente, em especial no que diz respeito ao sexo feminino.

Ter filhos significa avaliar o bem-estar de outro ser, mais fraco e dependente, em relação ao nosso próprio conforto. A autonomia de nossas preferências tende a ser comprometida, e continuamente: ano após ano, dia após dia. (...) Tomar consciência de tal compromisso pode ser uma experiência traumática. A depressão e as crises conjugais pós-parto parecem enfermidades específicas de nossa “modernidade líquida”, da mesma forma que a anorexia, a bulimia e incontáveis formas de alergia (BAUMAN, 2004: 29).

Na atual sociedade pós-moderna, em que há uma cobrança maior do funcionário devido à troca de informações e às mensagens instantâneas, há profissionais que precisam estar conectados 24 horas ao seu trabalho para responder a solicitações e demandas através do celular, de e-mails e de mensagens do *WhatsApp*. Se antes as empresas já cobravam dedicação dos funcionários, tal pressão se tornou mais acirrada nos dias atuais. O nascimento de um filho poderia desviar o foco da profissão e ser mal visto, ou ser objeto de cobrança indireta de patrões e chefes.

Bauman (2007) aprofunda essa questão ao usar como exemplo os funcionários que trabalham na região do Vale do Silício, nos Estados Unidos. Para definir os tipos de funcionários, os empregadores cunharam o termo “chateação zero”, que definia dois tipos de trabalhadores. O primeiro tipo era caracterizado por funcionário que demonstravam maior comprometimento com as empresas de informática e, por isso, o nível de problemas era baixo. Eram funcionários que não

criavam empecilhos em casos de jornadas extras de trabalho, realocações, novas atribuições ou se houvesse necessidade de responder a chamados de emergência. O segundo tipo era formado por funcionários que trocavam facilmente de emprego evitando qualquer desgosto. Esses trabalhadores moravam distante das empresas e tinham esposas e/ou filhos, que representavam fontes geradoras de “chateação” para as empresas por serem também prioridades para o empregado. Isso diminuía as suas chances de obter emprego.

O empregado ideal seria uma pessoa sem vínculos, compromissos ou ligações emocionais anteriores, e que evite estabelecê-los agora; uma pessoa pronta a assumir qualquer tarefa que lhe apareça e preparada para se reajustar e refocalizar de imediato suas próprias inclinações, abraçando novas prioridades e abandonando as adquiridas anteriormente; uma pessoa acostumada a um ambiente em que “acostumar-se” em si – a um emprego, habilidade ou modo de fazer as coisas – é algo malvisto e, portanto, imprudente; além de tudo, uma pessoa que deixará a empresa quando não for mais necessária, sem queixa nem processo (BAUMAN, 2007: 18-19).

Entretanto, por mais que as mudanças sociais, econômicas, culturais e religiosas entre outras tenham se propagado nas últimas décadas - ainda mais com a globalização e a velocidade com que a informação é compartilhada -, as obrigações para com determinadas parcelas da sociedade ainda impõem a maternidade/paternidade como elemento indissociável do casamento, inclusive no caso do casamento religioso. Nos Estados Unidos, os *Amish* são extremamente conservadores e o casamento e a procriação são elementos fundamentais para as suas pequenas comunidades espalhadas pelo país.

Outro exemplo válido, até mesmo pela sua incrível variedade de etnias, castas, religiões e grupos segmentados, é a Índia, com mais de um bilhão de habitantes. Nessa sociedade há hindus, muçulmanos, budistas, sikhs e jainistas, citando as principais religiões. Lá, os traços religiosos são muito fortes e de grande influência na vida da comunidade sob vários aspectos, incluindo o vínculo entre casamento e filhos.

Nela, a religião desempenha um papel importante nos tipos de alimentos que podem ser consumidos, nos critérios de poluição que estruturam as diferentes práticas de preparação e ingestão dos mesmos e na escolha dos cônjuges, uma tarefa deixada a cargo dos pais na ausência de uma ideologia de amor romântico, que relacione diretamente a casamento e vida em comum (BARBOSA, 2004: 9).

Uma maneira de observarmos as mudanças na sociedade e em seus costumes (ou a sua imutabilidade) seria pela análise da cultura de massa, pois ela serve de reflexo para novos paradigmas de comportamento. No livro “Alta fidelidade”, escrito pelo inglês Nick Hornby e lançado em 1995, temos um enredo que aborda como a questão dos filhos é encarada a partir das novas configurações afetivas do século XX. A história se desenrola a partir do casal Rob e Laura. Eles estão entre os 30 e 40 anos e vivem um relacionamento marcado pelas incertezas: ela é advogada de um escritório respeitado, ele é proprietário de uma loja de LPs em franca decadência, acomodado e satisfeito em levar a mesma vida com poucas preocupações desde quando eram mais jovens.

Após viverem vários anos juntos, sem oficializar a união, passam meses separados. Quando reatam, uma das questões discutidas é ter ou não um filho, sendo que Laura já havia feito um aborto. Ela deixa claro o desejo, naquele momento, de ser mãe, enquanto Rob deixa a questão em aberto.

Você tem trinta e seis anos e não tem filhos. Então quando é que você vai tê-los? Quando tiver quarenta? Cinquenta? (...) Pouco me importa se você quer filhos ou não. Eu quero, disso eu sei, mas não sei se quero tê-los com você, e não sei nem se você quer tê-los. Isso eu vou ter que descobrir eu mesma” (HORNBY, 1995, p. 216- 217).

Alguns casais pensam em filhos diante da estabilidade financeira e ou afetiva. Nesses casos, está presente a questão do sacrifício para os filhos. A rotina do casal é mudada e, por isso, alguns compromissos sociais diminuem ou são definitivamente descartados. Eventualmente, para suprir a necessidade de ampliar a família, tem-se tornado comum a adoção de cães e gatos como filhos. Além de preencher a carência afetiva de ter algum ente que dependa da pessoa, os cães, por mais gastos que possam produzir, ainda são mais baratos que os filhos. Em sua edição 2429 - 10 de junho de 2015, a revista Veja trouxe a matéria de capa – “Ok, Vocês venceram!” destacando que, atualmente, há mais cães que crianças nos lares brasileiros. A descoberta foi feita por meio de uma pergunta incluída na Pesquisa Nacional de Saúde, feita pelo IBGE, em 2013.

De acordo com esse levantamento, 44% dos lares no Brasil têm cães (52 milhões no total), contra 36% com alguma criança de até 14 anos (45 milhões). A publicação aponta que é uma tendência observada em países desenvolvidos como

os Estados Unidos (48 milhões de lares com cães contra 38 milhões com crianças) e Japão (22 milhões de cães contra 16 milhões de crianças). Esta mudança seria, segundo a revista, de ordem demográfica, pois:

além de entreterem as famílias que têm filhos, os bichinhos são frequentemente a alternativa escolhida para preencher o vazio em lares com pouca gente - e esses lares têm se tornado cada vez mais numerosos. Isso porque, na maioria dos países desenvolvidos, as mulheres vêm tendo menos bebês, e, quando os têm, decidem fazê-lo mais tarde. Ao mesmo tempo, há o aumento da população idosa, cujos filhos já saíram de casa. Ninho e berços vazios reunidos, sobram espaço, tempo e dinheiro para os bebês de quatro patas (VEJA, Edição 2429,p.71).

A opção por animais de estimação como filhos por questões financeiras, utilitaristas, práticas ou emocionais já se tornou uma nova realidade, apesar de diversos setores ainda considerarem a opção absurda, descabida, pois acreditam ser impossível ter por um animal o amor, o carinho e atenção que poderiam ser dispensados a um ser humano. Muito disso se deve, ainda, ao fato de parte da sociedade encarar os animais de forma utilitarista (vigilância) ou como força de trabalho.

O Porta dos Fundos³ satiriza em um de seus quadros a realidade da substituição dos filhos por cães e gatos. A história se passa em um consultório médico, enquanto um casal faz uma consulta de rotina. Após a mulher fazer uma ultrassonografia, eles perguntam ao médico se é menino ou menina. Ele responde que é um gato. O casal se espanta e o médico indaga se há algum problema. Eles explicam que estavam esperando uma criança. O médico os tranquiliza ao dizer que um gato, por ser independente, limpo e viver no máximo 15 anos, se mostrava como a melhor opção. Ressalta, ainda, que custo com o animal será menor, já que eles não precisarão pagar a faculdade. Aos poucos, o casal vai aceitando e gostando da situação a ponto de discutirem com o médico qual seria o nome do gato, pois eles haviam pensado somente em um nome para a uma criança.

Podemos concluir o quanto está arraigado na sociedade o conceito tradicional de família, na qual duas pessoas de sexos opostos unem-se a partir do

³ Porta dos Fundos é uma produtora de vídeo de comédia criada em 2012 veiculados à internet - YouTube. O primeiro programa foi lançado em agosto de 2012. Em seis meses, foi alcançada a marca de 30 milhões de visualizações no site de compartilhamento.

afeto. O casamento seria o passo anterior à constituição do modelo de família que inclui os filhos. Todavia, vivemos em uma sociedade consumista, imediatista e individualista, em que diversos fatores contribuem para que seus entes tenham outras prioridades além do casamento e/ou filhos. Dentre os diversos fatores que provocam essa ruptura de paradigma estão uma visão diferente quanto à religião, à necessidade de aperfeiçoamento e crescimento profissional, aos estudos, à necessidade de satisfazer prazeres individuais e de solucionar questões financeiras em geral, sem esquecer de que, para muitos, ter um filho não é mais sinônimo de sucesso como indivíduo, em especial no caso das mulheres.

4.2

Filhos e as novas configurações familiares

A discussão acerca do desejo ou não de ter filhos só pode ser pensada a partir dos novos arranjos familiares e de relacionamentos. Se antigamente os relacionamentos eram restritos a pessoas de círculos próximos, atualmente o leque aumentou, tanto para homens quanto para mulheres, devido à transposição dos limites geográficos e profissionais. Entrementes, não podemos esquecer-nos de um dos terrenos férteis para possíveis arranjos familiares: o mundo virtual da internet. Desde a década de 1990, a porcentagem de pessoas conectadas ao mundo da Web cresceu vertiginosamente, e com eles as opções de interações sociais. Inicialmente, havia as salas de bate-papo de sites e portais como o UOL que permitiam a aproximação de pessoas de lugares longínquos a partir da identificação de interesses em comum. A interação virtual poderia eventualmente se transformar em um relacionamento pessoal.

Já no século XXI, as possibilidades de encontros aumentaram com o surgimento das redes sociais, com os sites Orkut e Facebook, que serviram de ponte para novos relacionamentos. A forma mais radical de efemeridade pode ser observada em um aplicativo para celulares, o Tinde, no qual pessoas cadastradas indicam seus interesses e, em caso de reciprocidade (o chamado *match*), começam a conversar, primeiramente virtualmente e, caso queiram, poucos minutos depois podem propor um encontro real. Nesse cenário virtual, temos uma miríade de relacionamentos fugazes ou que podem ser descartados a qualquer momento como

algo normal. As pessoas vivenciam uma libertação dos postulados morais e sociais outrora vigentes que tratavam o amor como algo único.

Neste contexto de relacionamentos, investigaremos acerca da diminuição, ausência, terceirização da maternidade/paternidade ou a produção independente de filhos. Um filho ganha novas conotações. Tubert (1996) ressalta o duplo caráter da maternidade, pois ela se apresenta no corpóreo e no simbólico. Dessa forma, faz diferença quem opta por não ter filhos, quem não pode ou ainda quem escolhe a adoção. Nesse ponto, a opção, na pesquisa, por mulheres que não têm filhos, não importando a causa, ganha relevo à medida que novas questões poderão se descortinar: houve o desejo e não foi possível? O desejo não existiu? O desejo existia e ainda existe, mas mesmo assim nada foi feito? A representação simbólica da gravidez muito nos importa, posto que socialmente a infertilidade da mulher remete a uma possível anomalia ou doença.

Na nossa cultura, a falta de filhos parece remeter a uma sexualidade feminina que se considera descontrolada, onipotente, avassaladora. Representa-se a mulher mãe como diferente e oposta à mulher sexual; a pecadora Eva só pode ser redimida por Maria, a virgem-mãe, que alcança a maternidade sem passar pela sexualidade (TURBERT, 1996, p.19).

A educação dos filhos tornou-se uma tarefa de difícil à medida que os pais não possuem mais referenciais de orientação e educação, além de terem sua autoridade enfraquecida. Hustel (2006) explica a dificuldade vivida pelos pais em transmitir o que Lacan chamou de “dívida simbólica” e o que Bydlovsky Krammerer denominou “dívida de vida”. É o que permite ao filho o acesso à Lei do incesto, que é a Lei do Desejo. Segundo o autor:

ela implica que, dando-se a uma criança a vida biológica, os que a deram se engajaram a lhe oferecer solicitude e limitações e proibições suficientes para que ela se humanize. A dívida de vida se abre ao que os psicanalistas chamam de segundo nascimento. Primeiro nascimento: biológico, a criança é uma massa de carne e pulsões desorganizadas. Segundo nascimento: a criança é inscrita como sujeito no mundo simbólico humano da linguagem e da cultura. De um nascimento a outro: a imposição de uma lei, o interdito do incesto (p. 168).

O discurso romântico propaga o filho como fruto do amor do casal. O pequeno ser é esperado como alguém em que se depositam as esperanças e se projetam os sonhos não realizados pelo adulto. Nesse caso, a maternidade se

revela de forma narcísica e o filho representa aquilo que a mulher não pôde ter e ser e agora tenta alcançar por meio da criança. A mãe (ou os pais) não busca transmitir elementos educacionais, morais e éticos, pois há uma dívida em relação ao filho. Na verdade, a dívida é com ela mesma. Isso resulta em uma relação na qual a educação não opera, pois a mãe (ou os pais) não consegue dizer não ao filho, pois o não seria para si mesma. Esse tipo de educação reflete uma “impossibilidade de manter o lugar genealógico dos pais, diferenciando do lugar da criança” (HUSTEL: 2006, p.165).

A autoridade dos pais em relação aos filhos não se limita necessariamente ao que se fala, pois não é o enunciado que conta. O que define a autoridade são os lugares ocupados pelo pai e pela mãe no enredo familiar e a sua relação com os filhos. Os pais transmitirão o que foi recebido dos seus pais e, às vezes, o que eles gostariam de ter ouvido.

O lugar que confere autoridade aos pais é o lugar genealógico; e o único lugar de onde os pais podem se fazer ouvir é esse lugar particular, o de passante, no sentido de que o que conta são menos as pessoas do que as funções: lugar que é um, um cargo, uma obrigação, e que eles assumem porque foram filhos. O pai é o que está encarregado de instituir o limite em relação a cada criança(...). Os pais aparecem, assim, como os mediadores de uma transmissão da qual eles foram, enquanto filhos, os beneficiários. Eles transmitem o que receberam de seus próprios pais, e que lhes permitiu, por sua vez, assumir a função de pais (HUSTEL: 2006, p.167).

O que significa desejar ou não filhos na atual sociedade? O que ocorre quando uma mulher deseja filhos e, mesmo sem apresentar problemas fisiológicos, não consegue engravidar? A medicina responde o apelo da maternidade com técnicas de inseminação assistidas, mas dificilmente está atenta às particularidades do sujeito. Tubert (1996) nos instiga a diferenciarmos os tratamentos que objetivam apenas os aspectos biológicos dos tratamentos de ordem psíquica. Enquanto o biológico ratifica a normatização do sujeito, o psicanalítico segue o caminho contrário. Ao não satisfazer a demanda por filhos, o analista propõe encontrar (junto ao analisante) através do inconsciente um possível significado para essa demanda.

A demanda de um filho a qualquer preço, o desejo de ser mãe, pode responder a carência de uma metáfora que nomeie o sujeito como mulher, a ausência de um significante capaz de manter a conjugação do real, o imaginário e o simbólico (TUBERT, 1996:214).

As palavras demanda e desejo aparecem quase como sinônimas, entretanto há uma diferença a partir do referencial psicanalítico. O desejo se refere à falta que não será realizada e assim o sujeito se construirá. A análise poderá possibilitar o percurso de caminhos e a descoberta da impossibilidade da satisfação total à medida que cada escolha realizada pelo sujeito revela um novo desejo. O desejo é propulsor do aparelho psíquico.

A demanda aparece como algo que o sujeito traz e que não precisa necessariamente ser dele, pode ser do outro. A demanda por filhos pode integrar o pacote que a mulher se sente obrigada a comprar. Esse pacote é fruto da massificação de gostos e de desejos impostos pela sociedade consumista. Desse modo, a aquisição de um filho funciona como uma etapa de uma maratona na qual a mulher se vê inscrita devido ao mundo em que vive. O filho aparece como um grande feito do casal, que se sente incluído no mundo dos casais com filhos. Na verdade, eles se sentem tão pouco envolvidos na maternidade/paternidade que terceirizam a educação do pequeno ser e o lança em um turbilhão de aulas, festas e cursos. A demanda é a anúnciação do sujeito ao Outro. Quinet (2000) diz que a demanda não visa a um objeto, e sim ao Outro a quem o sujeito dirige a sua fala.

Na demanda há sempre pedido de restituição de um *status quo ante*, de um estado anterior de complementação que o sujeito supõe existir ou ter existido. E o desejo? O desejo é justamente a busca, a procura daquele objeto suposto da primeira experiência de satisfação, que nunca existiu mas é um postulado necessário a Freud para constituir o objeto como faltante e sua consequente busca da parte do sujeito. O desejo é a busca do objeto perdido, a demanda é o pedido de satisfação do *status quo ante* (p.88).

A demanda por filhos pode ocorrer em razão da dívida que o sujeito pensa ter em relação aos pais, à sociedade ou até ao universo. O sujeito percebe elementos tão gratificantes na sua criação que precisa transmitir a gerações vindouras. Entretanto, a representação psíquica pode ser contrária à medida que o não desejo de filhos indica o quanto não há retribuições a serem feitas. Hurstel (2006) explica isso como a dívida simbólica que as gerações possuem e a importância da transmissão ou legado. Os filhos seriam o pagamento aos progenitores (ou ao universo) do que se recebeu. É uma dívida simbólica na qual o sujeito promove os ensinamentos pertinentes à sua educação e que poderiam ser passados, corrigindo o que houve de errado na sua educação.

Transmitir a dívida de vida é transmitir aos filhos as leis que regulam o parentesco e o lugar de cada um. É permitir-lhes responder às questões fundamentais da vida: quem sou eu? De onde venho, o que é ser um rapaz, uma moça, o que é ser pequeno, depois crescer, para onde vou? (p.170).

A ausência de filhos pode ser lida como um modo que o sujeito cria para não romper as primeiras relações familiares à medida que um filho representa uma traição à família nuclear. É a maneira que o sujeito tem de manter-se no infantil e não ultrapassar algumas barreiras impostas. A mulher que tem um filho, por exemplo, deixaria de ser apenas a filha para ser mãe, e assim trairia a sua família. Levy (2012), no contexto da conjugalidade, ressalta a traição como um traço inerente à condição humana. É importante que se possa aceitar a traição e saber que “somos inevitavelmente traidores nem que seja de nós mesmos” (p.155).

Indo além, a família é o palco das primeiras traições: o triângulo edípico, a escola, os coleguinhas, o primeiro amor, a entrada na universidade, o casamento, o nascimento do filho. O sujeito precisa ser infiel às suas primeiras relações para criar a sua identidade. É uma via de mão dupla na qual pais e filhos podem sentir-se culpados e traidores. A saída da casa dos pais e a construção de novos vínculos ganham cores de traição. O sujeito poderá inconscientemente fazer um pacto consigo mesmo, resistir em sair desse lugar e permanecer como filho, pois não sustentará ser infiel aos progenitores. Na verdade, o nascimento de um filho anuncia a passagem do tempo e, conseqüentemente, o envelhecimento. Não ter filhos significa que o sujeito permanece no lugar que sempre teve em sua família e, com isso, evita a passagem do tempo e o envelhecimento.

Levy (2012), ao mostrar a fragilidade da manutenção do amor e da conjugalidade na contemporaneidade, quando os laços são feitos e refeitos constantemente, pontua o quanto um filho pode ser utilizado para a domesticação do casamento. Os cônjuges podem terminar o casamento, mas permanece um vínculo vitalício entre eles: seu filho.

A ausência de filhos pode também ser o resultado do amor do casal. O casal está tão inteiro na relação que não abre espaço para um filho. É difícil ou não é necessário repartir o amor. O casal teria uma relação mais livre: estão juntos devido ao amor deles e não a terceiros.

Lacan (1995) observa a questão da inteireza que o amor pode constituir para o casal e elabora esse tema a partir do ponto de vista feminino. O mito de

Medeia exemplifica a significação da completude do amor. O autor a definiu como o significante da verdadeira mulher. Medéia é uma figura mítica que sacrifica tudo para obter o amor de um homem. Na história de Eurípedes, o amor de Medeia por Jasão é maior do que o desejo de ter filhos. Tudo vale a pena, desde que se esteja ao lado do amado. Os filhos são apenas o elemento de comunicação desse amor. Quando Jasão se apaixona por Gláucia e abandona Medeia, ela promove uma vingança e penetra em um mundo transgressor que inclui a morte dos filhos. Nada mais, além do amor de Jasão, a interessa. Lacan designa Medeia como a “verdadeira mulher em sua inteireza de mulher” (p.772) à medida que sua identidade é marcada pelo amor ao homem e não pela maternidade. O autor explica que a verdadeira mulher coloca a maternidade em segundo plano e escolhe ser mulher.

A partir dessa linha de pesquisa, aprofundaremos a questão contemporânea do que um filho pode representar na sociedade encharcada pelo consumo.

4.3

O filho como objeto de consumo

No dia 02 de abril de 2011⁴, o G1 noticiou a história de três meninas nascidas por inseminação artificial, sendo uma delas rejeitada pelo pai que esperava apenas duas. O médico que acompanhou o casal nesse tratamento, Karan Abou Saab, explicou que desde o início os pais já sabiam que seriam três bebês, mas foi só no nascimento que recusaram levar a terceira criança. Além de não aceitarem a criança, o casal optou pelas filhas mais saudáveis, deixando para trás a que apresentava uma pequena complicação pulmonar. O hospital impediu que o casal levasse as duas crianças, acionou o Ministério Público e uma liminar determinou que elas fossem levadas para o Conselho Tutelar.

Os avanços da biotecnologia ajudaram casais que não podiam engravidar a realizar o seu sonho. Todos os anos, no Brasil, pelo menos 25 mil mulheres

⁴<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2011/04/pais-fazem-inseminacao-artificial-e-rejeitam-um-dos-bebes-diz-medico.html>

recorrem à fertilização *in vitro* e um número ainda maior, mas não especificado pelas entidades médicas, faz inseminação artificial. O processo de ter filhos deixou de ser natural e há constantemente a polêmica sobre os efeitos desses procedimentos que não serão discutidos nesse trabalho. Na essência, as duas coisas - fertilização *in vitro* e inseminação – não apresentam diferença, pois decorrem do desejo da maternidade e da paternidade. Infelizmente, algumas pessoas têm dificuldades para atingir esse propósito de forma natural e precisam recorrer a métodos artificiais. O problema é quando se esquecem dos riscos e implicações, incluindo a probabilidade de uma gravidez múltipla.

O caso das trigêmeas ilustra a questão do quanto o filho aparece na atualidade como um objeto de consumo para o casal. A procriação, ato biológico e/ou afetivo, se atualiza de forma massificada e fortemente ligada ao consumo. Bauman (2004) destaca o desejo por filhos como objeto de consumo que alimenta as necessidades do consumidor, e como uma maneira de se apresentar ao mundo. Nas palavras do autor:

Objetos de consumo servem a necessidades, desejos ou impulsos do consumidor. Assim também os filhos. Eles não são desejados pelas alegrias do prazer paternal ou maternal que espere que proporcionem - alegrias de uma espécie que nenhum objeto de consumo, por mais engenhoso e sofisticado que seja, pode proporcionar. Para a tristeza dos comerciantes, o mercado de bens de consumo não é capaz de fornecer substitutos à altura, embora essa tristeza de alguma forma seja compensada pelo espaço cada vez maior que o mundo do comércio vem ganhando na produção e manutenção desses bens (BAUMAN, 2004:59).

O consumo é uma atividade das sociedades humanas, pois através dele são satisfeitas as necessidades básicas, e é também o espaço onde o sujeito explicita suas necessidades de identificação, *status*, pertencimento e gratificação individual. Bauman (2001) explica o ato de comprar como uma atividade prazerosa e fugaz, mas reveladora da promessa de segurança e também a satisfação de um desejo narcísico.

Os consumidores podem estar correndo atrás de sensações - táteis, visuais ou olfativas - agradáveis, ou atrás das delícias do paladar prometidas pelos objetos coloridos e brilhantes expostos nas prateleiras dos supermercados, ou atrás de sensações mais profundas e reconfortantes prometidas por um conselheiro especializado (BAUMAN, 2001: 96).

O consumo será pensado na atualidade a partir do processo multifacetado da globalização. Dentre seus diversos aspectos, a globalização pode ser entendida

como um processo de integração que opera em diversos setores - política, economia, mercados nacional e internacional, ideias, pessoas. Compreende, além do fluxo monetário e de mercadorias, a interdependência dos países e dos indivíduos e a uniformização de padrões no espaço político, econômico, social e cultural. Na verdade, ela expressa “um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modelo de produção e processo civilizatório de alcance mundial” (IANNI, 2002: 11).

A sociedade globalizada tem a vida organizada pelo consumo. Não foi sempre assim, pois, até o advento da modernidade, a produção de objetos era feita de forma artesanal. O produto era confeccionado de forma exclusiva e o consumo decorria da necessidade de sobrevivência. O espaço para os pequenos luxos era raro, exceto na elite. A partir da segunda metade do século XX, houve um maior desenvolvimento do capitalismo e da produção de mercadorias. A sociedade de consumo passou a necessitar de um indivíduo cada vez mais seduzido e direcionado para o consumo. As promessas de satisfação precediam a geração das necessidades do sujeito e deveriam ser mais intensas e atraentes do que as demandas reais.

Não tanto a avidez de adquirir, de possuir, não o acúmulo de riqueza no seu sentido material, palpável, mas a excitação de uma sensação nova, ainda não experimentada - este é o jogo do consumidor. Os consumidores são primeiro e acima de tudo acumuladores de sensações, são colecionadores de coisas apenas num sentido secundário e derivativo (BAUMAN, 2001: 91).

O ritual de comprar, quando relacionado à compulsão, seria a forma pela qual o sujeito busca exorcizar algo que precisa ser resignificado na sua vida. Em um primeiro momento, o não comprar leva à insegurança e ao medo e o ritual do consumo precisa ser retomado e continuamente repetido. De modo que:

Ainda que possa ser algo mais, o comprar compulsivo é também um ritual feito à luz do dia para exorcizar as horrendas aparições da incerteza e da insegurança que assombram as noites. É de fato, um ritual *diário*: os exorcismos precisam ser repetidos diariamente, porque quase nada é posto nas prateleiras dos supermercados sem um carimbo como ‘melhor consumir antes de’ e porque o tipo de certeza à venda nas lojas pouco adianta para cortar as raízes da insegurança, que foram o que levou o comprador a visitar as lojas (BAUMAN, 2001: 96).

Na sociedade capitalista, associa-se constantemente o ato de consumir à

obtenção da felicidade, portanto a angústia e a frustração são sentimentos que deverão ser dizimados. O casal que deseja filhos pode se tornar um elemento da lógica do consumo ao escolher e comprar as muitas possibilidades existentes no mercado. O ato de consumir é interpretado como uma maneira de evitar a passagem do tempo, por mais que isso seja inexorável. O consumidor percebe o caráter volátil das mercadorias, por isso estas precisam estar constantemente sujeitas à mudança a fim de gerar mais consumo.

A efemeridade das mercadorias e o desejo dos consumidores podem ser exemplificados na constante troca dos aparelhos celulares. Não são poucos os indivíduos que trocam seu celular novo pelos lançamentos que, muitas vezes, apresentam poucas modificações em relação à versão anterior. Muito disso decorre da multiplicação de funções e aplicativos para esses aparelhos, como a máquina fotográfica acoplada e o acesso à internet, e, tempos depois, o desenvolvimento de sistemas operacionais como o Android e o Windows Phone.

Com o tempo, as menores mudanças já fazem com que o consumidor adquira o novo modelo de celular mesmo que o aparelho atual tenha menos de um ano de uso. Basta que a tela seja meia polegada maior, tenha uma câmera mais potente ou o dobro da capacidade de memória para que o produto seja visto como obsoleto, fora de linha, e o novo seja o objeto de desejo. Para muitos, a felicidade se revela no mais novo celular, o mais potente e rápido, não importando o seu valor.

O consumismo, em oposição às formas de vida precedentes, associa a felicidade não tanto à satisfação de necessidades (como suas “versões oficiais” tendem a deixar explícito), mas a um volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a fazê-la (BAUMAN, 2007: 44).

O consumidor não deseja apenas satisfazer a necessidade de possuir o bem de consumo desejado, ele busca estar atento ao novo, isto é, àquele objeto que o coloque tecnológica e esteticamente à frente dos seus pares. Não importa, nesse caso, se esse avanço é irrelevante às necessidades práticas do cotidiano. A busca para preencher a necessidade de pertencimento, mas também a constante insatisfação gerada pelo consumo pós-moderno, colocam o indivíduo em uma posição desfavorável frente àqueles que têm como função criar desejos

descartáveis.

Na hierarquia herdada de valores reconhecidos, a síndrome consumista degradou a duração e elevou a efemeridade. Ela ergue o valor da novidade acima do valor da permanência. Reduziu drasticamente o espaço de tempo que separa não apenas a vontade de sua realização (como muitos observadores, inspirados ou enganados por agências de crédito, já sugeriram), mas o momento de nascimento da vontade do momento de sua morte, assim como a percepção da utilidade e vantagem das posses de sua compreensão como inúteis e precisando de rejeição (BAUMAN, 2007: 111).

Considerando tais situações, podemos afirmar, conforme Bauman (2007), o quanto a sociedade de consumo é marcada pelo excesso e pela extravagância à medida que é preciso alimentar constantemente o consumo por novos quereres em um processo infinito que sucede gerações. De acordo com o autor:

As vidas dos consumidores tendem a continuar sendo sucessões infinitas de tentativas e erros. São uma experimentação contínua - mas que oferecem poucas esperanças de ser um *experimentum crucis* que pudesse guiar os experimentadores a uma terra de certeza mapeada e sinalizada de modo confiável (p.112-113).

Buscamos elencar a problemática do consumo relacionada à questão da maternidade/paternidade, à medida que alguns cônjuges postergam a possibilidade de filhos, ao passo que outros enxergam a perpetuação genética como a satisfação de desejos que em muito se compara à aquisição de bens de consumo em geral. Mesmo que esses últimos possam ser descartados sem maiores complicações a partir do momento em que não tenham conserto, estejam obsoletos, saiam de moda ou sofram a concorrência de produtos mais modernos. Mais que objeto de afetos, de educação, de amor e de atenção, o filho pode se tornar o próximo “objeto” gerador de felicidade na sociedade consumista pós-moderna.

A despeito dos infinitos gastos resultantes da maternidade/paternidade, o filho é o produto que agrega uma série de desejos adjacentes. Antes do nascimento, o casal pode fazer um álbum da gravidez, compartilhar fotos da ultrassonografia nas redes sociais, realizar os chás de bebê/fralda. O nascimento é registrado em foto, em vídeo, e então compartilhado. Nascido o filho, são as novas fotos e os novos vídeos que demonstrarão e disseminarão a felicidade do novo bem.

Nas adoções, a questão do consumo aparece nas escolhas indiretas feitas

pelos adotantes em relação à idade, à aparência e à cor da pele. Peiter (2009) discorre acerca da adoção de bebês a partir das características físicas que sejam próximas às da família adotante. É proibido fazer essa escolha abertamente, mas ela ocorre devido “à necessidade de um filho que possa atender a desejos que podemos considerar de ordem narcísica” (p.163). Quanto às crianças que são adotadas em idade mais avançada, não são os critérios físicos que contam, mas a sensibilidade do adulto em relação à situação da criança.

O desejo de adotar um filho obedece aos códigos do consumo de uma sociedade branca. Levy (2010) pesquisou crianças que estão em abrigos aguardando adoção. Elas são colocadas no Cadastro de Adoção Internacional, posto que, muitas vezes, fogem ao padrão procurado por casais que não podem ter filhos. Essas crianças podem ser discriminadas por sua idade (não são mais bebês), por alguma necessidade especial ou por terem irmãos que também deverão ser adotados. Nesses casos, cria-se a possibilidade da adoção ser consumada por uma família estrangeira e a criança deverá elaborar a mudança de país, de língua e de cultura.

Bauman (2007) argumenta que a sociedade de consumo promete satisfazer os desejos humanos como nunca foi feito em qualquer outra época, porém tal promessa só mantém seu caráter sedutor enquanto o indivíduo permanecer insatisfeito. O autor considera que a principal arma da sociedade de consumo para manter-se não apenas em atividade, mas também aumentando seus rendimentos, é fazer o consumidor acreditar que nunca se encontra plenamente satisfeito e tornar perpétua a sua infelicidade.

O autor aponta, ainda, que outra forma encontrada pela sociedade de consumo para atingir seus fins é inculcar no indivíduo consumista, após a satisfação de seus desejos/vontades/necessidades, o impulso por novos desejos/vontades/necessidades, produzindo assim um círculo infinito de desejo/satisfação/insatisfação.

O que começa como um esforço para satisfazer uma necessidade deve se transformar em compulsão ou vício. E assim ocorre, desde que o impulso para buscar soluções de problemas e alívio para dores e ansiedade nas lojas, e apenas nelas, continue sendo um aspecto do comportamento não apenas destinado, mas encorajado com avidez, a se condensar num hábito ou estratégia sem objetivo aparente (BAUMAN, 2007: 64).

Já Barbosa (2004) lembra que, para alguns críticos, o que é considerado cultura nas sociedades capitalistas estaria, na verdade, servindo a interesses econômicos dos mais poderosos, para os quais o valor econômico dos bens é maior do que o seu valor cultural.

Sem se dar conta dessas questões, o indivíduo consumidor acaba por desenvolver uma compulsão pela insatisfação que o faz, muitas vezes, acreditar que é tudo uma questão de inserção no grupo ou na tribo com a qual tenham interesses ou gostos em comuns. Na verdade, todos estão ávidos apenas para satisfazer desejos que nem sequer imaginavam existir e que geram a sensação efêmera de pertencimento e de felicidade. É o caso dos pais que convivem com outros pais em círculos escolares, religiosos e comunitários, e que com eles dividem experiências de consumo e satisfação que, a princípio, seriam para suprir as necessidades básicas dos filhos, mas que podemos apontar como necessidades emocionais deles mesmos.

A configuração da atual sociedade vai de encontro ao antigo perfil do consumidor, cuja satisfação parecia residir na promessa de segurança a longo prazo, e não na satisfação imediata dos tempos atuais. Como aponta Bauman:

Um ambiente líquido-moderno é inóspito ao planejamento, investimento e armazenamento de longo prazo. De fato, ele tira do adiamento da satisfação seu antigo sentido de prudência, circunspeção e, acima de tudo, razoabilidade. A maioria dos bens valiosos perde seu brilho e sua atração com rapidez, e se houver atraso eles podem se tornar adequados apenas para o depósito de lixo, antes mesmo de terem sido desfrutados (2008, p. 45).

Canclini (2005) apresenta o consumo como uma maneira de pensar o indivíduo e a sociedade, embora o consumo seja associado a gastos inúteis e compulsões irracionais. É a partir dessa perspectiva, que concebe a produção de subjetividade como um processo que não está centrado nas “profundezas do sujeito”, que as entrevistas serão analisadas.

5

Estudo de campo

Eu sempre associei ser mulher, ser independente (Wanda, 54 anos).

Ser mulher é um conjunto que a gente aprende desde muito cedo que ser mulher está muito ligado à maternidade (Taís, 50 anos).

5.1

Participantes

Participaram da pesquisa 9 mulheres das camadas médias urbanas, com idades entre 44 e 54 anos, com formação superior, casadas há no mínimo 5 anos, que não tiveram filhos. Dessa forma, privilegiamos mulheres que se encontravam em seus últimos anos de fertilidade e que, diante do limite biológico que se avizinhava, tiveram mais tempo para refletir sobre a opção de ter ou não filhos.

O discurso de não ter filhos ganha nuances diferentes a partir da idade. Por exemplo, mulheres com 25 anos que não desejam ter filhos possuem, em média, pouco mais de uma década para mudar de opinião. Uma mulher que aos 45 anos ainda não tenha filhos estaria, teoricamente, com sua decisão mais consolidada, principalmente levando-se em conta as questões biológicas. A escolha por mulheres casadas há cinco anos se deu por acreditarmos ser esse o momento em que o casal desfruta de um pouco mais de intimidade e de certa estabilidade no casamento, o que propiciaria um terreno fértil para o desejo da maternidade. Uma mesma mulher poderá, em uma época da vida, desejar filhos e mudar de ideia e vice-versa. Assim como uma mulher que não pode ter filhos tem a chance de optar pela adoção, estendendo dessa forma o limite imposto pela natureza ao seu sistema reprodutor.

A opção por mulheres com nível superior de escolaridade se deu porque a diminuição ou ausência de filhos se relaciona a um maior nível de escolaridade. Em relação ao número de mulheres entrevistadas, supomos que a amostra seja expressiva já que se trata de uma pesquisa qualitativa. Segundo Turato (2004), o aumento da amostra não significa um estudo melhor e mais elaborado.

Segue-se uma breve caracterização das entrevistadas com os nomes alterados para que se preserve a sua identidade, assim como outros dados que pudessem facilitar a sua identificação. Vale lembrar que, neste estudo, não há distinção entre o casamento tradicional, a união estável e a coabitação.

Wanda tem 54 anos e é casada com Heitor há 10 anos. Eles se conhecem há 30 anos. Ela trabalha como Técnica do Judiciário e possui duas graduações: Biologia e Direito. Eles vivem em união estável. Wanda tem um irmão mais velho, pai de dois filhos, e uma irmã mais nova, mãe de um filho. Durante a semana, Wanda e Heitor moram em cidades diferentes, no interior do Estado do Rio de Janeiro, e se encontram nos finais de semana. Desde o início do casamento, o casal mora na casa da mãe de Wanda. A entrevistada diz ter uma forte relação com a mãe e não pretende deixar de morar com ela. A relação das duas já foi bastante conturbada. Wanda disse ter sido rebelde na juventude. Além disso, um romance com o marido de uma tia colocou a família toda contra ela. O pai era alcoólico e isso influenciou para que ela não se casasse. Heitor também é alcoólico, mas Wanda só o aceitou quando ele parou de beber. Atualmente, ela está construindo uma casa em cima da casa da mãe para que Heitor tenha mais espaço. Wanda se queixa da acomodação de Heitor. O grau de instrução dos dois chama a atenção: enquanto Wanda possui duas graduações, Heitor não terminou o Ensino Fundamental.

Wanda relata um forte desejo de ter filhos, tendo feito algumas tentativas de inseminação artificial. De um relacionamento com um homem casado, Wanda engravidou ainda muito nova, mas fez um aborto. O rapaz demonstrou estar disposto a apoiá-la caso ela quisesse ter o filho, mas Wanda priorizava a carreira. No entanto, ao longo da entrevista, ela se refere ao episódio com frases do tipo “não tive coragem de assumir”, “aconteceu o aborto”, “não consegui” e ainda “tive um aborto que foi praticado”. Em nenhum momento ela se assume como autora do aborto, apesar de ter partido dela a decisão de interromper a gravidez. O adiamento da maternidade ocorreu, dentre outros fatores, ao observar que as mulheres casadas e mães da família eram extremamente dependentes dos maridos, e Wanda não queria isso para sua vida. Portanto, a ausência de filhos está atrelada a uma ideia de independência.

O discurso de Wanda é carregado de uma forte autocobrança, senso de retidão e dever, culpas e arrependimentos. A religião católica comparece como um fator que em alguns momentos agrava essa condição, a exemplo de quando se afastou das tarefas que desempenhava na igreja em função do aborto que praticou, e que, em outros, ajuda, como foi o caso do padre da igreja que frequentava ter sido o responsável por fazê-la aceitar o pai alcoólico como alguém doente. O relacionamento com o marido também é descrito como bastante insatisfatório. Na verdade, Wanda acredita que o casamento ainda persista porque ambos moram em cidades distintas durante a semana. Também confessa sentir um grande medo de ficar sozinha caso a sua mãe morra e, talvez por isso, não consiga se separar do marido.

Formada em Comunicação Social e funcionária pública, Rita tem 50 anos e é casada há 13 com Pedro, que tem 63 anos. Eles se conhecem há 22 anos. Pedro foi chefe de Rita. Na época, brigavam muito. Segundo Rita, Pedro era um péssimo chefe e ela uma funcionária insubordinada. A união ocorreu há 13 anos de uma forma natural, segundo descreve a entrevistada. Rita diz que foi uma série de circunstâncias convenientes para ambos. Ela estava desempregada e morava com o pai e a irmã, Lilian, com quem brigava muito. Pedro estava se separando da primeira mulher, com quem tinha duas filhas no final da adolescência. A filha mais velha já era mãe solteira. Pedro tinha uma vida financeira instável e Rita teve grande influência na organização da mesma após a união. Rita afirma nunca ter querido ser mãe, mas se Pedro tivesse insistido, ela teria aberto uma exceção. Vivem em coabitação.

Rita identifica ser mulher a atitudes culturalmente consideradas masculinas. Quando indagada mais especificamente, demonstra que essas atitudes masculinas estão todas ligadas ao que considera independência. Para a entrevistada, a maternidade significa privação, em função do que vivenciou em casa com a irmã que engravidou muito cedo. O casamento dos pais é descrito como amoroso, assim como sua relação com a mãe, que faleceu muito cedo. Apesar de contar que nunca quis ter filhos, Rita se contradiz ao dizer que caso o marido tivesse insistido, poderia ter tido assim que eles se juntaram. O mesmo acontece em relação à pressão social por filhos: apesar de não sentir, relata que há uma colega em seu novo trabalho que pergunta com insistência se ela tem filhos.

Camila e Sandro são casados há 20 anos. O casal tem uma união estável, registrada em cartório. Camila tem 46 anos, é graduada em Pedagogia e trabalha em uma creche. Relata que nunca quis ter filhos porque, dentre outros fatores, tem medo de fazer uma operação. Sandro tem 62 anos e teve dois filhos de relacionamentos anteriores. Nenhum dos dois desejava ter filhos no momento da união. Camila não fez nenhuma tentativa para engravidar. Assim como Wanda, Camila tem um pai alcoólico, mas, diferente da primeira, o de Camila está em recuperação há 30 anos. O relacionamento entre Camila e a mãe é descrito como harmonioso. Camila é evangélica, mas seu marido não; isso não interfere na sua convivência. Ressalta como ponto positivo para a relação do casal o marido não ser dado a festas e a saídas noturnas. Diz não ter queixas de Sandro. Pensa que no futuro pode vir a se arrepender por não ter tido filhos, mas isso ainda não aconteceu. Por trabalhar com bebês em uma creche, sente-se de alguma forma próxima ao universo infantil e gosta muito do que faz. Outro ponto destacado na entrevista é o ótimo relacionamento entre Camila e Sandro, cheio de cuidados e ternura. Além disso, Camila considera excelente a sua relação com as enteadas e mesmo com a ex-mulher de Sandro, em cuja casa costuma se hospedar quando vai a São Paulo. O encontro entre Camila e Sandro é descrito por sua ex-mulher como uma “coisa de Deus”, algo predestinado a acontecer.

Para Taís, de 51 anos, ainda é muito difícil o fato de não ter filhos. Formada em Pedagogia e Letras, com mais de uma pós-graduação, é casada com André, de 61 anos, oficialmente há 13, mas estão juntos há 26. Taís relata que a união deles ocorreu em uma fase de muita fragilidade de ambos. Ele estava se separando e ela estava sozinha. A união veio como um fortalecimento para suas vidas. Ela sempre quis ter filhos e fez diversos tratamentos, apesar de não ter nenhum problema detectado pela medicina. Foi a entrevistada que mais demonstrou o desejo por filhos. Taís mostrou-se emocionada ao falar sobre o assunto. É de uma família de 6 irmãos, todos com filhos. Já está vivendo o nascimento de sobrinhos netos.

A relação com a mãe é descrita como muito respeitosa, porém não tão próxima. A adoção não é uma opção porque Taís não vê o marido entusiasmado com a ideia. Diz que se fosse solteira adotaria, mas acha que, estando casada, o marido precisaria demonstrar mais ânimo com essa alternativa, o que não é o

caso. Evangélica, Taís atribui sentidos espirituais para explicar a impossibilidade de engravidar, mesmo com todos os tratamentos. A paixão pelo trabalho com adolescentes ajuda a superar a ausência de filhos. Da mesma forma, possui uma relação próxima com os enteados que a tratam como uma segunda mãe.

Apesar de um ótimo relacionamento com o marido, Taís se queixa do desnível intelectual entre ambos e da acomodação deste que, após a aposentadoria, não procurou fazer mais nada, exceto cuidar da casa, enquanto ela, que além de ter duas graduações, ainda cursou cursos de pós-graduação e trabalha em diferentes setores dentro da educação. O marido não terminou o Ensino Médio.

Sueli apresenta uma das entrevistas mais curiosas. Seu discurso é marcado pela contradição. Sueli tem 47 anos. É casada com Jurandir, de 54, há 5 anos. Fez graduação em Letras. É professora da rede Estadual do Rio de Janeiro. Ficou grávida e sofreu um aborto aos 4 meses. O uso de adjetivos valorativos chamou-nos atenção, assim como o constante uso da palavra normal. Tudo se mostra previsível e normal em sua vida.

Não usa métodos anticoncepcionais, porém não engravida. Um dos motivos é a existência de um mioma, que também pode ter sido a causa da perda do bebê. Quando o médico sugere um determinado tratamento para o mioma, ela desiste após pesquisar sobre o procedimento e seus efeitos. Ao mesmo tempo, relata que o médico a alertou que pode engravidar de uma hora para outra. O discurso torna-se bastante confuso em alguns trechos, como veremos. Quando indagamos se a opção final por ter ou não filhos teria partido dela, Sueli responde que acha que “foi mais pela natureza”. Relata ter um “desejo igual, do mesmo tamanho” ao do marido em relação a filhos. O relacionamento é descrito como de muita parceria. Por um lado, diz que onde um está o outro também está, por outro, conta que eles têm vidas independentes. Ao perder o bebê de 4 meses, diz que o médico ficou preocupado com a sua reação, mas que ela reagiu de forma normal. Ao mesmo tempo, fala que o trabalho foi determinante para superar a perda. Por ter trabalhado com menores infratores, não gostaria de adotar uma criança maior, porém poderia adotar um bebê. Ao ser indagada sobre o porquê de não entrar em uma fila de adoção, diz já estar com 47 anos, mas, ao mesmo tempo, declara não ter problemas com isso. Seu discurso é o tempo todo deslizando: quando assume uma posição, logo diz algo para relativizar, ou mesmo contradizer, o que foi dito.

Percebe-se que Sueli não quer se implicar com a ausência de filhos. Foi a natureza, mas, ao mesmo tempo, não se tratou, não tomou injeções, não optou pela adoção, mesmo considerando que um bebê poderia ser uma boa ideia.

Elisa tem 42 anos e é casada com João, de 75, há 15 anos. Elisa é formada em Administração e é funcionária pública. Engravidou uma vez aos 38 anos, mas perdeu devido a um deslocamento de placenta. Nunca evitou filhos. Não tem nenhum problema físico diagnosticado que a impossibilite de engravidar. Perdeu a mãe quando tinha 12 anos e criou o irmão que tinha 2 anos. Diz que exerceu a maternidade com esse irmão e não sente falta de filhos. O fato de o marido ser bem mais velho - 33 anos de diferença - fez com que ela questionasse se seria bom ter tido filhos. Essa questão pesa, inclusive, na hora de pensar em adoção, apesar de Elisa relatar que o marido nem parece ter a idade que tem. Diz ter casado mais tarde (com 28 anos) e considera que isso influenciou o fato de não ter tido filhos ou de ter desanimado com a possibilidade da adoção. O marido é quase da idade do pai, de 78 anos. Elisa teve uma péssima relação com o pai, que considera muito sovina, severo, duro, teimoso e rancoroso. Com a mãe teve uma boa relação, mas a fragilidade de sua saúde fez com que ela e os irmãos sempre ajudassem em casa. É católica e afirma colocar “Deus em primeiro lugar na vida da gente”. Descreve o relacionamento com o marido como harmonioso, mas diz que ele tem a tendência de transformar pequenas coisas em grandes problemas, cabendo a ela a tarefa de ser a base do casal.

Tatiana tem 53 anos. É casada com Roberto, de 56 anos, há 30 anos. Antes do casamento, namoraram 7 anos. Tatiana é formada em Comunicação Social e trabalha na prefeitura da cidade. Atualmente faz graduação em Psicologia. Para ela o casamento funciona com muita parceria. Ambos dividem as tarefas domésticas como se morassem em uma república de estudantes, não havendo tarefas femininas ou masculinas. Nesse espaço, o nascimento de uma criança seria algo complexo. Quando se casaram eram jovens, com pouco dinheiro, por isso priorizaram o trabalho e os estudos. Um filho seria um empreendimento para o futuro. Não fica muito claro se Tatiana tem ou não um problema de saúde que a impeça de ter filhos. Os próprios médicos parecem não entrar em um consenso, dando diferentes diagnósticos. Nesse processo, Tatiana desistiu de tentar engravidar. Ao conviver com amigos que tiveram filhos,

percebeu que não gostaria de mudar a sua dinâmica familiar. Tatiana gosta do modo como ela e o marido construíram o relacionamento, pois se sentem independentes, mas ao mesmo tempo unidos. Ela diz que o casal é tido como um exemplo de felicidade e equilíbrio para os amigos. Não vê pontos negativos no relacionamento.

Ana Hilda tem 52 anos. É casada com Antônio há 20 anos. Graduada em Educação Física, é dona de uma academia há 28 anos. Antônio morava em outro Estado. Uma ex-aluna da academia foi morar na mesma cidade que Antônio e convidou Ana para conhecê-lo, pois achava que eles tinham muito em comum. Ana estava descrente nos relacionamentos, visto que tivera experiências que sugaram a sua vida. Com Antônio foi diferente desde o primeiro momento. Ana Hilda diz ter sido um encontro para a vida toda. Na entrevista, cita o encontro como “algo de Deus” e afirma que teve a felicidade de dois encontros: o relacionamento e o trabalho. Ela ama o que faz e ama o marido.

Lídia tem 45 anos e é casada com Miguel, que tem 53 anos. Os dois são professores. É casada oficialmente há 7 anos, mas já moravam juntos, totalizando 25 anos de convívio. Ela trabalha na rede de ensino estadual e municipal. Lídia é uma das entrevistadas que diz que nunca quis ter filhos e nem tentou. Ao contrário, deixou sua posição clara para o marido antes de se casarem; o marido até gostaria, mas abriu mão. Para Lídia, ser mulher é ser cidadã e ver o mundo com mais sensibilidade. Queixou-se da pressão da sociedade sobre a questão da maternidade e disse que as pessoas associam maternidade à bondade, daí, quando ela diz não querer ter filhos, as pessoas tendem a ver isso como um traço de maldade, como se ela não tivesse carinho para dar. Ao destacar os pontos positivos do seu amor, chegou a se emocionar. Descreve o amor de ambos como um “encontro de almas” e afirma estar apaixonada pelo marido. Diz que um filho traria uma grande demanda de tempo que eles não possuem. Não os vê como uma forma de melhorar o casamento. Diz que a vontade de ter filhos deve nascer com a pessoa.

5.2

Procedimentos

O primeiro passo foi o recrutamento das participantes. Isso se deu a partir de indicações de amigos e conhecidos. O contato inicial foi feito pessoalmente ou por telefone. A receptividade das entrevistadas variou entre o estranhamento, a alegria e a indiferença.

As entrevistadas são residentes de uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Todas possuem no mínimo curso superior (algumas com pós-graduação) e residem em bairros de classe média e classe média alta da cidade. A cidade em que as entrevistadas moram possui uma população em torno de 260.000 habitantes de acordo com o censo do IBGE (2014) e tem o quarto maior número de divórcios do estado.

A coleta de dados ocorreu em local determinado pelas participantes, trabalho ou residência. Foi explicado que se tratava de uma pesquisa que investigava o relacionamento conjugal e a ausência de filhos em casais heterossexuais casados no mínimo há cinco anos. As entrevistas foram individuais e presenciais, marcadas de acordo com a conveniência de cada participante. Elas foram gravadas e, posteriormente, transcritas integralmente, visando à preservação do discurso das entrevistadas. Atribuímos nomes fictícios às participantes.

Nas entrevistas, utilizamos o formato semiestruturado para que houvesse a possibilidade de surgir novos temas que foram incluídos na pesquisa. A elaboração do roteiro foi feita a partir da revisão bibliográfica e das sugestões da banca do exame de qualificação. O roteiro foi baseado em quatro grandes eixos temáticos: Feminino, Relacionamento Conjugal, Ausência de Filhos, Trabalho X Filhos.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da PUC-Rio. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que explicava os objetivos da investigação, o procedimento das entrevistas e o caráter confidencial conferido à identidade das mesmas.

5.3

Análise e discussão dos resultados

A partir da análise do material, nos moldes propostos por Bardin (2010), emergiram dos discursos das entrevistadas as seguintes categorias: *o que é ser mulher; relacionamento conjugal; relacionamento dos pais; imagens de maternidades; relacionamento com a mãe; desejo de ter filhos e trabalho.*

5.3.1

O que é ser mulher

Todas as entrevistadas conferiram um sentido positivo à experiência de ser mulher. Nenhuma delas deu um valor negativo ou apontou as dificuldades inerentes à condição feminina. Vejamos, por exemplo, a resposta de Wanda:

Bem, bem nova já, eu já tinha comigo que era ser independente, desde novinha. Eu sou de uma família de muitas mulheres e todas casadas. Eu sempre achei que eu poderia ser feliz sem o casamento, isso lá trás. Eu sempre associei ser mulher, ser independente. Eram nove mulheres na família da minha mãe e três homens. Eu participei do casamento de quase todas as tias, porque minha mãe foi uma das primeiras que casou. Então eu fui dama de honra, então eu sempre me vesti igual aquelas bonequinhas para ir para o casamento. Eu sempre achei aquilo só bonito, eu nunca me vi casando, isso independente de ter ou não ter filhos, eu sempre achei que eu não casaria (WANDA, 54 anos).

Para Wanda, a primeira impressão acerca do ser mulher se remete às mulheres de sua família, todas casadas desde muito jovens e dependentes financeira e emocionalmente dos maridos. Na sua percepção, o casamento representava uma restrição à liberdade; a mulher seria uma coadjuvante, uma dama de honra. Por isso, associou independência à ausência de casamento e a qualquer tipo de dependência em relação a um marido. A independência seria decorrente de uma vida profissional bem sucedida.

Porque eu sempre quis ser independente, então eu sempre associei que primeiro minha vida profissional viria na frente, depois se sobrasse tempo eu teria um marido, e se eu ainda tivesse mais tempo eu teria filhos. Só que aconteceu o seguinte: trabalho desde os 19 anos e vou fazer 55 anos. Então como eu priorizei minha vida profissional, não deu tempo mais de eu ficar grávida, não deu tempo (WANDA, 54 anos).

Mais adiante, ela reforça que sempre quis filhos, mas não precisava de um marido para isso, poderia ter um filho só seu, pois não tinha problemas em ser mãe solteira. Ou seja, a ideia do filho também está atrelada à sua concepção de independência.

Rita corrobora o discurso entre ser mulher e ter independência, mas de outra forma. Ao falar acerca da independência, diz tomar a frente de muitas tarefas que seriam culturalmente tidas como masculinas.

Olha é... Mas como eu vou dizer isso pra você? Eu acho gostoso, eu não me vejo homem, é né... Mas eu também tenho muito de homem porque eu tenho iniciativa para as coisas. Eu não espero ninguém fazer pra mim, né? As minhas coisas de casa eu não espero pelo Pedro. Eu sei trocar gás, eu aprendi a trocar chuveiro. É coisa de homem, todo mundo fala que é coisa de homem. Qual mulher que em sua consciência fala... “ah, o meu chuveiro queimou, vou trocar”. Não, eu não preciso esperar o Pedro pra isso acontecer. Se ele não fizer, eu faço numa boa. Gás ele não troca, quem troca sou eu. As coisas, assim, que são tidas como pesadas, eu tomo frente, sem problema. Se tiver que fazer uma compra e ele não estiver disponível eu vou tomar atitude. Tá certo que quem organiza a casa é a mulher realmente, mas até no mercado quando a gente vai junto, ele tá sempre andando atrás de mim e eu na prateleira, eu quero isso, eu quero aquilo, né. Ah, e financeiramente eu não dependo dele (RITA, 50 anos).

Ser mulher é “não esperar” que as pessoas (principalmente o marido) façam as coisas por ela, é “ter iniciativa”. Curiosamente, isso é o que ela identifica como parte de um comportamento masculino, ao afirmar “ter muito de homem”. Mais adiante, quando Rita aponta o que a incomoda no marido, dirá que é a passividade. Ou seja, ela é feminina a partir do momento em que assume tarefas que, para ela, são culturalmente masculinas. Em suas palavras, o marido assume posições mais passivas, pertencentes ao que considera “lugar da mulher”. O fato de não depender financeiramente dele é entendido como uma condição de sua feminilidade. No entanto, quando afirma estar também à frente da organização da casa (em um papel ativo, o que na sua lógica seria um comportamento masculino), diz que “Tá certo que quem organiza a casa é a mulher realmente”. Percebemos, no discurso dessa entrevistada, uma definição clara dos papéis masculinos e femininos e em como ela subverte essa lógica interna ao estabelecer para si tarefas “masculinas” como determinantes da sua feminilidade.

Camila, inicialmente, sente dificuldade em responder à pergunta “o que é ser mulher”: “(risos) ai, meu Deus...o que é ser mulher...O que é ser mulher”? Depois continua: “Ser mulher é tudo, né? Eu acho, é o principal, é a base de todas

as coisas, é o meu pensamento”! A seguir, reitera esse pensamento ao ser indagada sobre a importância do casamento: “Põe isso que eu acho que a mulher é a base, porque eu acho que quem sustenta, quem releva mais, até, somos nós, as mulheres”. Sustentáculo e flexibilidade aparecem como a chave da feminilidade para Camila, pois, ao mesmo tempo em que a mulher é a base de tudo, é também quem releva os defeitos, os problemas e as eventuais desavenças.

Taís, a quarta entrevistada, profere um discurso oposto ao de Wanda. Ao ser indagada sobre a questão do feminino, relacionou-o rapidamente à maternidade. Na verdade, a maternidade foi a marca da sua entrevista. Casada há 25 anos, sempre quis ter filhos. Para Taís, ser mulher se mistura ao ser mãe.

Ser mulher é um conjunto que a gente aprende desde muito cedo que ser mulher está muito ligado à maternidade, às nossas brincadeiras, aos presentes que a gente ganha, é muito ligado a isso. Eu acho assim ser mulher é ser geradora, é ser a continuação. A gente tem isso, desde muito cedo (TAÍS, 50 anos).

Talvez por isso essa tenha sido uma das entrevistadas que mais demonstrou tristeza com o fato de nunca ter conseguido ser mãe, apesar da relação de mãe e filho que possui com os enteados. A questão da maternidade permeia a própria identidade do que é ser mulher para Taís. O fato de seu marido ter filhos pode ter influenciado a ausência de desejo por filhos com a segunda esposa. Taís, mesmo não morando com os enteados, concebeu o papel de uma segunda mãe. Eles também aceitaram bem esse lugar, assim é que mandam mensagens afetuosas e a presenteiam nos dias das mães. Ela funciona bem no papel de madrastra, e assume esse papel parental com os filhos do marido em sua narrativa.

Ao ser indagada sobre a mesma questão, Sueli responde da seguinte maneira:

Ser mulher pra mim é antes de tudo você ser um ser humano completo. Ser humano forte, corajoso, bonito que tem força pra viver, pra enfrentar tudo o que vem pela frente. Ser mulher pra mim é ter orgulho de pertencer ao sexo feminino. É se respeitar, é ver que você pode compartilhar a sociedade igualitária, você pode transformar a sua vida. Ser mulher pra mim é o significado maior da vida (SUELI, 47 anos).

Antevemos, nessa resposta, uma ideia de que a mulher já é completa, independentemente de ter ou não filhos. Completude vem associada à força, à

beleza, ao orgulho e ao respeito, características que não guardam relação entre si. Por fim, ser mulher corresponde ao “significado maior da vida”. Essa entrevistada foi a que apresentou o discurso mais contraditório, pois, ao mesmo tempo em que fala sobre a vontade de ter filhos, também relata a gravidez e perda do bebê, e tudo se apresenta de forma normal como veremos mais adiante.

Elisa também descreve a experiência de ser mulher com uma série de características positivas:

Pra mim ser mulher é gratificante. A gente entra numa sociedade onde há discriminação em termos de salário, mas mulher pra mim é batalhadora, corre atrás, tem muita vontade de conseguir algo mais, conseguir ser feliz com família entre trabalho e tudo. Então pra mim ser mulher pra mim é muito gratificante (ELISA, 42 anos).

A experiência de ser mulher é muito gratificante, mesmo com todos os problemas, com as desigualdades existentes, até mesmo em termos de salário. A palavra é repetida duas vezes em um trecho pequeno. Na mesma linha de argumentação - apresentando problemas, mas considerando o todo como algo positivo - responde Tatiana:

É ser importante, é fazer parte de tudo que diz respeito a qualquer ser humano. Não sou feminista. Não sou do tipo que acha que mulher é igual ao homem, mas acho que ser mulher é um privilégio apesar de tudo ser mais complicado pra mulher na parte orgânica, fisiológica até, esteticamente falando o homem tem mais facilidade... Acho que ser mulher é ser mais completa, mais capaz até de exercer... O homem não consegue fazer duas coisas ao mesmo tempo, não consegue fazer muitas coisas ao mesmo tempo (TATIANA, 53 anos).

Novamente, valores como importância, privilégio, completude parecem obliterar todas as possíveis dificuldades, inclusive, segundo essa entrevistada, nos aspectos orgânico e fisiológico. Para Ana Hilda, ser mulher é:

Difícil, né? Ser mulher é ser atenciosa, companheira, amiga, útil e solidária. Hoje tá faltando muito. Eu acho que a mulher tem que fazer este papel. Muitas vezes você que é casada, o marido quer uma companheira que cubra o que ele já teve. Entende? Um carinho, uma atenção. Acho que ser mulher é isso (ANA HILDA, 52 anos).

Para Lídia, “ser mulher é acima de tudo ser cidadã, né? (...) pelo lado feminino, eu acho que ser mulher é assim ser feminina. Não precisa ser aquela

mulherzinha. É um ser que vê o mundo com mais sensibilidade, com mais delicadeza, né?” A primeira definição - ser cidadã - em nada se distingue do que pode ser pensado sobre o “ser homem”. Em seguida, afirmar que ser mulher é ser feminina, ainda que não “mulherzinha”, também não vai além. Por fim, vemos uma definição mais próxima de uma singularidade ao marcar a experiência feminina como a de uma maior delicadeza.

As mulheres responderam apenas com conotações positivas à pergunta “o que significa ser mulher”. Nenhuma delas atribuiu um sentido negativo, desvantajoso ou mesmo difícil na tarefa de ser mulher. Todas definiram a condição feminina com palavras e expressões como independência, completude, continuação, geração, gratificação, significado da vida, todas com sentido positivo.

Segundo Engel (2004), no século XIX era disseminada a relação entre mulher e natureza e entre homem e cultura. A associação entre natureza e mulher revelava uma maior fragilidade do sexo feminino e, com isso, uma maior possibilidade de dominação. Esse discurso foi atualizado a partir das descobertas científicas novecentistas que confirmavam a oposição entre o masculino - cérebro, razão, decisão - e feminino - coração, sensibilidade e sentimento. A construção da imagem feminina a partir da natureza e das suas leis implicaria qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce. Aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Desse modo, o discurso permanece arraigado na fala de mulheres que só conseguem atribuir conceitos positivos à condição feminina, mesmo que nem sempre seja essa a realidade. Questionamos se isso não continua a ser uma forma de manter a mulher em uma posição submissa quando essas entrevistadas consideram que “ser mulher é tudo”, “é ser completa”.

No texto “Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos” (1924-25), Freud diferencia o desenvolvimento dos meninos e das meninas. Enquanto estas precisam abandonar o primeiro objeto de amor, aqueles buscam retê-lo. A descoberta nesse momento é que a menina vive uma longa pré-história do complexo de Édipo. Nesse período, ela desenvolverá fortes sentimentos de hostilidade contra a mãe, com violentas censuras por ela não ter lhe dado o pênis. Há o sentimento de ciúme em relação às outras crianças que, em

sua fantasia, receberam o órgão. Desse modo, o ser mulher para Freud é construído a partir da falta, ao contrário da visão da entrevistada Camila, para quem ser mulher é tudo.

Contraponto a fala de unidade e de completude da mulher, lembramos o quanto Rita, ao apontar traços de independência, elabora o seu relato a partir de qualidades ditas masculinas. Ela diz ter algo de homem quando afirma que sabe resolver as coisas e não precisa esperar por ninguém. De algum modo, o espaço reservado à mulher ainda é o da dependência.

Há uma construção midiática que estabelece uma forte relação entre os conceitos de feminino e de maternidade. Assim também Freud (1933) relaciona estes conceitos e os identifica como inseparáveis ou complementares. Para o autor, o Complexo de Édipo feminino seria solucionado com o nascimento de um filho. Acreditamos que a maternidade possui uma complexidade que não pode ser restrita a apenas um fator. Ela é fruto de uma construção cultural na qual os discursos biológicos, sociais e culturais precisam ser analisados. Taís foi a entrevistada que mais evidenciou tal fato. Para ela, ser mulher é ser mãe e, por isso, sente uma grande frustração por não ter conseguido ter filhos. O casamento, os enteados, os sobrinho, o trabalho com adolescentes a ajudam a encarar essa situação, mas Taís admite que precisa negociar consigo mesma todos os dias.

5.3.2

Relacionamento conjugal

A primeira entrevistada, Wanda, conheceu o atual marido, Heitor, ainda na adolescência. Ele morava em uma cidade de veraneio onde Wanda costumava passar as férias e os feriados. Aos 17 anos ficaram juntos pela primeira vez e, daí em diante, estabeleceram encontros ocasionais quando Wanda ia à cidade de Heitor. No entanto, não se tratava exatamente de um compromisso. Nesse intervalo, Wanda teve outros relacionamentos, chegando a coabitar com um homem por 10 meses, até o seu falecimento. Só muito tempo depois, Wanda e Heitor se encontraram e travaram um relacionamento mais duradouro. Wanda acredita que seu relacionamento só dá certo porque ambos moram em cidades

distintas e só se encontram nos fins de semana. De todas as entrevistadas, demonstrou ser a mais insatisfeita com seu atual parceiro, dizendo, inclusive, que só fica com ele por medo da solidão. Wanda destacou o seu constrangimento pela passividade, falta de atitude e timidez do marido, chegando a cogitar que ele poderia sofrer de fobia social. Além disso, destacou o baixo nível de escolaridade de Heitor como um problema e mais uma fonte de constrangimento, já que a maioria de seus amigos fez faculdade e ela tem duas graduações, ao passo que o marido é pintor, pedreiro e eletricista. Vejamos o trecho a seguir:

Eu percebo que o Heitor é muito sossegado, nada anda se eu não sacudir. Então esses vários anos que eu estou com o Heitor me fez ficar acostumada com ele. Ele é de uma passividade que... nossa!!! É um choque, porque eu não sei conviver com problema, sei pegar e resolver, ainda que eu não consiga, mas eu vou tentar. Ele deixa o problema crescer depois não consegue resolver (WANDA, 54 anos).

Sossegado, passivo, incapaz de resolver problemas, estas são algumas das características que Wanda usa para definir o marido. Wanda se queixa de que, apesar da ausência de compromissos e da boa situação econômica em que se encontram, não conseguem viajar em função da inércia do marido:

Estou deixando do jeito que está eu sou uma pessoa que sai sem ele. Ele não gosta de sair, não gosta de viajar, não gosta de fazer nada que não seja ficar descansando final de semana. Aparentemente, ele é muito calmo, ele não fala, ele é extremamente calado, não sabe falar nada que está machucando, vai só guardando (WANDA, 54 anos).

Assim como o pai de Wanda, Heitor também era alcoólico. No entanto, por determinação dela, que disse que nunca ficaria com alguém como o pai, ele parou de beber:

Ele era alcoólatra, parou de beber, parou de fumar pra ficar comigo. Esse homem me esperou quase 20 anos. Eu fiz tudo o que queria fazer na minha vida, tudo, ele ficou me esperando. Só que depois que ele me teve aqui, ele se mostrou tão egoísta e ninguém vê. Ninguém vê porque ele é extremamente bom. É um homem bom, trabalhador, de caráter, mas é extremamente egoísta. Ninguém vê, só eu, eu não posso falar que ninguém dá crédito (WANDA, 54 anos).

Um homem que conseguiu até mesmo domar os seus vícios é “extremamente bom”, mas, ao mesmo tempo, é extremamente egoísta. Não fica claro de que forma essa egoísmo aparece, a não ser pelo fato do marido não sair de casa, como ela relata. Essa passividade é também um ponto positivo indicado por Wanda no relacionamento de ambos: “Ele é uma pessoa extremamente

equilibrada, ele é mais cauteloso, é mais cuidadoso, eu não, eu sou um furacão e nesse ponto ele me equilibra. Eu com minha agitação ponho ele pra frente e ele me retrai um pouquinho”. Mas, ainda assim, o relacionamento do casal parece ser visto por ela mais como uma forma de não estar sozinha:

Pela idade que eu me encontro, por exemplo, eu tenho uma mãe de 78 anos, embora extremamente saudável, ativa, lúcida mais do que eu. Eu vejo que ela está caminhando para o fim da vida dela. Nossa, morro de medo de ficar sozinha. Então, de repente, muitas vezes eu não largo o Heitor porque eu tenho medo de ficar sozinha. Porque daí constituir um novo relacionamento. Eu já tenho um pronto há 30 anos, sabe? Eu não tenho mais essa disposição nem de pensar em um relacionamento com outro homem (WANDA, 54 anos).

Wanda se sente constrangida até na entrevista, quando fala sobre a escolaridade de seu marido. Esse constrangimento se remeteria a um homem menos másculo. Ela se queixa da passividade dele, ou seja, do que há de feminino nele.

Ah, tem um ponto bem divergente também, é bom que eu vou desabafando! A escolaridade também é um entrave, é uma barreira muito grande que eu tive que superar. Eu... pra ficar com o Heitor tive que fazer das tripas o coração. Ele não tem escolaridade nenhuma e isso talvez o iniba diante de amigos meus também. Porque os meus amigos são pessoas, não são ricas não, são pessoas que trabalharam, fizeram a faculdade com o próprio salário e atingiram uma escolaridade legal, entendeu (WANDA, 54 anos)?

Rita conheceu o marido, Pedro, há 22 anos, mas mora com ele há 13. Conheceram-se no local de trabalho, ele era o chefe dela. Decidiram morar juntos quando o pai de Rita faleceu:

As coisas foram acontecendo, ele não me convidou e eu não me ofereci. As coisas foram acontecendo, as coisas foram sendo feitas juntas. Fui ficando mais na casa dele, as coisas nossas eram mais feitas juntas, não tinha mais o que se fazer (RITA, 50 anos).

Quando indagada sobre a importância do casamento ela responde:

Eu acho que é uma coisa natural da vida. Não é que seja uma coisa importante, assim infalível e que seja necessária. Eu só vou respirar se eu for casada, não. Eu estou com o Pedro porque eu gosto, porque eu amo. E existe briga? Existe. Existem coisas que a gente diverge? Existe, mas existe a tolerância também de ambas as partes, você entendeu? “Eu quero isso, eu quero aquilo”. “Ah tá, então eu vou abrir mão de fazer o que eu quero porque você não quer, tá”? “Mas lá na

frente você vai abrir mão de uma coisa que eu não quero que você faça” (RITA, 50 anos).

O casal não formalizou a sua união. Rita destaca como ponto positivo da relação o fato de sempre poder contar com ele. Ela explica a sua relação conjugal através de fases. Diz que é bonito ver o resultado dessas fases como um amadurecimento. O casamento dela deu certo.

Olha eu já tive várias fases. A primeira fase minha com ele eu era a mãezona dele. Eu cuidava dele. A segunda fase foi a tranquilidade de ver que todo esforço que eu fiz para ajudá-lo deu resultado e ele também correspondia a isso. Porque eu falava, no início, ele não queria a minha ajuda. Eu falava assim: “Mas eu vou te ajudar”! E ele falava assim: “Mas, você não pode, ninguém pode”. Foi muito triste no início, mas depois veio assim a tranquilidade dele reconhecer que não teria outra forma de ter sido feito. A ajuda que eu dei foi importante. Ele também me ajudou porque foi na fase que perdi meu pai. Foi muito difícil pra mim, muito, só eu e a Lilian dentro de casa. Eu desempregada, né? Então foi a união de forças ali (voz de choro) (RITA, 50 anos).

Rita relata que nunca teve em mente o modelo tradicional do casamento. Ela se uniu a Pedro basicamente pelo amor. E para ela casamento é isso: duas pessoas que, por terem um alto grau de afetividade, se unem para uma vida a dois.

Ah, o lado afetivo mesmo, foi o que eu te falei, depender financeiramente eu não dependo, atitudes também de coisas eu não dependo, não espero, eu não preciso esperar, eu posso tomar atitude, decidir o que eu quero (RITA, 50 anos).

Quando indagada sobre pontos negativos, Rita também se mostra incomodada com a inércia, a passividade de Pedro, destacando que essa seria uma característica que o marido poderia mudar. Rita é a entrevistada que declarou que ser mulher é tomar atitudes e não esperar que façam as coisas por ela.

Eu acho que o Pedro é muito devagar. Quero fazer isso e fica parado. “Amor, você não vai fazer”? “Não, vou, amanhã”. É sempre o amanhã! Igual o imposto de renda dele. Era eu quem fazia. Até o dia que não aguentei mais e falei: “Não faço mais porque você não me dá os documentos. Eu não quero nunca mais fazer o imposto de renda, no dia 30 de abril. Meu prazo pra você é 30 de março. Se você me der o papel até 30 março eu vou fazer, mas se me der 1º de abril não vou fazer”. Aí ele: “mas por quê”? “Porque eu não gosto de coisa em cima da hora” (RITA, 50 anos).

Camila conheceu Sandro quando este ainda era casado e ela era adolescente, a diferença de idade entre os dois é de 16 anos. Ele dava plantão (Sandro é médico) em um hospital, no qual a tia da Camila também trabalhava. Certo dia, Camila foi atendida por Sandro e chamou-lhe a atenção a beleza do futuro marido. Porém, na ocasião ela apenas registrou o fato, comentou com a tia que trabalhava com Sandro e nada mais aconteceu. Anos se passaram e Sandro se separou. A tia de Camila, então, articulou o encontro entre ambos. Sandro já tinha sido casado duas vezes e tinha dois filhos. O processo todo, entre o primeiro encontro e o casamento, evoluiu relativamente rápido.

Ah, foi rápido, porque eu sou...Eu sou evangélica e eu sempre pedi a Deus uma pessoa pra cuidar de mim e que eu pudesse cuidar dessa pessoa, como eu te falei, eu queria estar próxima da pessoa, não pra sugar, não pra atropelar nada disso, mas estar junto em todos os momentos. Então, eu até tive um pouco de dúvida porque, na verdade, por eu ser evangélica eu queria uma pessoa, gostaria que fosse uma pessoa da minha igreja, que fosse aos mesmos lugares que eu frequento. Não tenho nada contra, mas eu não vou em baile. Não gosto de música alta, essas coisas. Então eu falei: Gente, eu queria uma pessoa assim, mais ou menos assim pelo menos. E quando eu encontrei o Sandro eu tive certeza que foi Deus quem tinha colocado ele na minha vida. Só que minha mãe, por exemplo, não aceitou de cara. Então foi um pouco difícil, mas com o tempo (CAMILA, 46 anos).

Quando indagada sobre como é o seu casamento, ela diz “Nossa, meu Deus...Eu sinto, eu vejo toda hora um carinho, uma atenção dele”. Aponta, ainda, como ponto positivo da relação, o fato do marido, assim como ela, não gostar tanto de vida noturna:

E uma coisa que eu sempre quis desde criança, desde mocinha: eu não gostava de namorar moleque da minha idade. Eu sempre quis... não é uma pessoa mais velha, mas mais velha com experiência. Eu pensava assim: Poxa, eu não gosto de baile... porque é o que a juventude faz, né? Se você não está dentro de uma igreja, como eu vou namorar uma pessoa dessas? Porque eu não vou lá ele não vem aqui, não vai dar certo (CAMILA, 46 anos).

Ao perguntarmos se isso seria um ponto positivo, ela confirma e reitera a afinidade de gostos do casal:

É eu acho. Porque não ia dar certo. Se ele gostasse... “Ah, eu adoro barzinho...” Eu tenho amigas que sexta feira já estão desesperadas. Mas elas também fazem

isso e eu falo “fulana, dá certo porque você também gosta de ficar na noite, até ficar lá, de madrugada”. Eu não gosto, sabe? O que eu gosto de fazer? De estar em casa, de pijama, assistindo filme. Eu amo filme! Eu gosto de estar em casa, não gosto de estar na rua (CAMILA, 46 anos).

Os elogios ao relacionamento continuam:

O meu relacionamento, graças a Deus é maravilhoso. Eu enxergo, eu vejo o cuidado dele comigo, às vezes tem dias que começa a chover eu saio lá na creche correndo. Chego lá, ele já está lá me esperando. Acho que isso compensa, a gente está sempre muito junto, eu sempre pensei nisso. Eu fui criada assim, casamento é para estar junto, eu fui criada assim, sei que agora está moderno cada um na sua casa, eu respeito, mas eu não sou assim. Eu sempre pedi a Deus uma pessoa pra estar comigo em todos os momentos, nos momentos alegres, nas festas, nos lugares e graças a Deus, Deus me deu essa pessoa (CAMILA, 46 anos).

Em relação aos aspectos negativos, Camila diz não ter nada que a incomode a ponto de ser mencionado. Quase ao final da entrevista, ela ainda complementa:

Eu acho que a base mesmo é o carinho é o amor. Sabe, deu certo, a gente se encaixou, graças a Deus. Foi bom pra mim, mas foi muito bom pra ele também porque ele também precisava, sabe? Ele também precisava se encaixar. Às vezes... Eu tenho cartão de Natal que ele escreveu da paz que eu trouxe, da serenidade, e pra mim também foi desse jeito (CAMILA, 46 anos).

Taís conheceu o marido em um momento de vida muito difícil para ambos. Ele estava separado há mais ou menos um ano, mas ainda não estava legalmente divorciado. Tinha dois filhos. Taís tinha emprego, mas estava com dificuldades financeiras. Morava sozinha, a sua família é de outra cidade. Conheceram-se na rodoviária de Barra Mansa, cidade vizinha de Volta Redonda. Taís se diferencia das entrevistadas ao explicar sobre o seu casamento. Para ela, foi uma construção ao longo da qual ela aprendeu a gostar do seu marido. Ela pontua o quanto os apelos românticos confundem a vida, principalmente a das mulheres.

Eu quando era adolescente brincava com umas colegas. Eu era a das mais velhas do grupo e eu brincava com elas. Eu falava assim: “Gente, primeiro a gente casa, amor vem depois, depois a gente se apaixona”. Porque aquelas paixões de adolescência, essas coisas, isso passa. E assim foi, na época, em que conheci meu marido, eu estava numa situação muito sofrida, muito difícil, financeiramente, era a época que a gente estava morando sozinho. Minha família não era daqui, estava morando sozinha e assim, meio desanimada mesmo. Então, a gente começou a conversar, eu morando sozinha, ele com o casamento muito ruim. Ele dizia que já estava separado. Não estava legalmente, mas que não tinha a menor condição... “Não, se a gente decidiu não tem como voltar atrás porque começa a ter agressão, essas coisas, então não dá mais!” E aí eu pensei: “Ah, vamos tentar, vamos ver o

que vai dar”. Eu morava em Barra Mansa estava pagando aluguel, situação muito difícil. Os dois muito desiludidos, muito desiludidos. Então foi o momento conveniente, no momento foi muito conveniente para os dois. E ao longo do tempo a gente vai conquistando, se apaixonando, com dedicação, vai se ajustando, acho que é mais ou menos assim (TAÍS, 51 anos).

Taís descreve seu relacionamento conjugal como bastante intenso:

Todas as nossas brigas - que todo casal tem briga - nossas desavenças, foram por uma questão de ciúmes, né? Já teve muito meu, antes, quando eu era jovem. Agora, hoje tem muita desavença por ciúme. Mas as nossas maiores brigas eram por falta de sexo. Se eu tivesse dois dias cansada, muita carga de trabalho, preocupação ou, as vezes não está afim mesmo...Tem dia que você quer estar com você e pronto. Então, assim, o meu relacionamento conjugal teve algumas situações, assim, nesse sentido porque ele sempre foi muito afoito o tempo todo, ainda brinco: Mas meu Deus com 60 anos. Eu casei com um homem mais velho que eu 10 anos na esperança de quando ele tivesse uns 40 ele ia sossegar, assanhou mais ainda. A gente vive um relacionamento conjugal muito intenso, muito bom(TAÍS, 51 anos).

Um ponto negativo destacado é a diferença de grau de instrução:

As vezes as pessoas não conseguem entender. Mas às vezes a diferença cultural pesa um pouco, sim. A gente às vezes fica afim, fica muito interessado, a gente vai fazendo vista grossa pra algumas coisas, mas às vezes é um pouco difícil esta questão. O meu marido, por exemplo, estudou pouco, não concluiu o Ensino Fundamental (TAÍS, 51 anos).

Outro ponto negativo destacado pela entrevistada é, também, a passividade do cônjuge:

Ah, eu gosto de sair, hoje mesmo eu estava almoçando: “André, a gente bem podia ir nesse show do Frejat, eu ia amar...” “Você quer ir vai com alguém, porque eu não sinto a menor vontade de ir!” Então é tudo isso, não é só uma diferença de idade, até uma diferença dele não ter estudado muito. Eu estava parada, mas entrei na faculdade, assim que eu entrei na prefeitura. Aí cansei, fiquei 10 anos fora da faculdade (TAÍS, 51 anos).

Taís tem duas graduações (Pedagogia e Letras) e duas pós-graduações. O marido aposentou-se em 96 e, desde então, cuida de casa.

Fiquei 10 anos parada, não aguentei e falei: “Não, agora vou fazer Letras”. Aí voltei e fiz Letras. Aí ele falou: “Taís você já está empregada, já tem casa, já tem carro, que tanto você quer estudar?” Aí, não contente com isso, voltei e me apaixonei por Orientação Educacional, fiz pós com Orientação Educacional. Não contente fiz pós em Orientação Pedagógica. Agora tem um ano e meio que eu não estou estudando, agora está mais tranquilo. Mas, então tudo isso é difícil porque por mim eu ainda estaria estudando. Ano que vem eu quero aposentar, quero fazer curso de Libras, mas essa diferença cultural é difícil porque eu tenho que

fazer um trabalho de convencimento a ele, porque eu quero estudar, porque eu quero fazer alguma coisa. Não é um peso pra mim, não porque eu contorno (TAÍS, 51 anos).

As três entrevistadas colocaram como ponto negativo do relacionamento (ainda que em graus diferentes) a passividade e acomodação de seus parceiros. Outro ponto que nos chamou a atenção foi a diferença de instrução de alguns casais, o que também estaria relacionado, de certa forma, a essa acomodação.

Outra entrevistada, Sueli, descreve o início do seu relacionamento:

Namoramos muito tempo, nos relacionamos muito tempo, mais de cinco anos. Ficamos juntos por mais de cinco anos antes da gente se casar. Na realidade nós já nos conhecíamos antes desse período, muito antes. Ele já era recém-separado e a gente já se conhecia só que não rolava nada entre a gente...Eu tinha outros namorados e depois de um tempo a gente começou a se interessar realmente um pelo outro, ficamos juntos, fizemos uma experiência de alguns anos (SUELI, 47 anos).

Ao ser indagada sobre o que seria o casamento, ela dá respostas genéricas:

Olha... O casamento pra mim, eu não sei pra outras mulheres né... Pra mim foi ótimo, meu marido é uma pessoa maravilhosa... Ele é meu amigo, meu parceiro, é meu confidente. Ele está sempre junto comigo, em qualquer momento, pra tudo que eu precisar. No meu casamento na minha vida com o meu marido tem o fato desse companheirismo, dessa comunhão de alma, de entendimento, a gente se entende no olhar. É como se a gente já se conhecesse de outras vidas, vamos dizer assim. Eu encontrei a pessoa certinha pra minha vida (SUELI, 47 anos).

Como ponto negativo ela destaca:

Agora de negativo claro que existe. Eu sou uma pessoa muito positiva. Não tenho medo de nada. Eu enfrento qualquer coisa. E o meu marido não, o meu marido é muito mais cauteloso. Cauteloso, às vezes, no momento que não exige cautela. Exige realmente que você tenha coragem pra fazer pra acontecer. E ele não. Isso é um ponto que eu realmente considero negativo mesmo. Cautela demais não deixa você andar porque te dá medo e o medo é uma barreira que você precisa vencer se não você não faz nada além daquilo. Por mim mesmo eu sou uma pessoa muito segura. Eu sou segura do que eu quero eu vou atrás do que eu quero. Eu posso esperar muito tempo, mas eu consigo o que eu quero. E o meu marido desiste muito fácil e eu não. Então ao mesmo tempo em que ele é minha força se eu acompanhá-lo eu paro. Então eu preciso impulsioná-lo, fazer ele ir (SUELI, 47 anos).

Elisa declara que “se casou velha”, aos 28 anos. Atualmente com 42 anos, diz que, naquela época, casar aos 28 anos era um tabu, pois as mulheres se casavam aos 18, 19, 20. Segundo ela, hoje em dia, por haver menos preconceito, as pessoas se casam aos 30, 40 anos. Curioso notar que as pessoas que estão se casando hoje, segundo Eliza, que está na faixa dos 40 anos, estavam com a mesma

idade dela quando se casou. Constatamos, portanto, que isso se deve a uma circunstância de vida da entrevistada, do seu meio. Isso se confirma quando Elisa diz que: “As mulheres da minha família casavam com menos de 20 anos... As minhas primas, né? As minhas tias, todas casaram cedo. Então quando a gente chega quase nos 30 anos a gente já acha que não vai conseguir mais nada...”

Elisa começou a namorar João quando ele estava em sua cidade fazendo um serviço, ele é de outro estado. Na época, João tinha 59 anos e Elisa 28 anos.

Ele já era separado. Em 5 meses eles foram morar juntos. Após 9 anos, resolveram se casar no civil, pois até então a ex-esposa de João não concedia o divórcio, mesmo estando eles separados há 14 anos. Elisa e João se casaram no civil há 6 anos.

Indagada sobre os pontos positivos, Elisa diz:

Ele é muito bom pra mim, a gente vive muito bem, tudo o que a gente vai fazer a gente faz junto em comum acordo. A gente não tem nenhum tipo de atrito, na minha casa não tem briga, graças a Deus, a gente vai à igreja...[...] A gente coloca Deus em primeiro lugar na vida da gente. Ele gosta de cozinhar (ELISA, 42 anos).

Sobre os pontos negativos, Elisa diz:

Às vezes um ponto negativo do meu casamento é que geralmente eu sou a base do relacionamento, porque tem hora que uma coisinha que não dá certo ele transforma num cavalo de batalha, pra ele aquilo é o fim da picada, mas aí conversando e tudo a gente leva. Então eu acho que a parte negativa do meu casamento mesmo é só essa dele ter esse atrito. Mas... não sei também se é por causa da idade e tudo, mas em relação a ciúme... ele é uma pessoa possessiva. Não em relação ao trabalho, pois eu sempre trabalhei, eu sempre tive minha vida independente. Mesmo assim, eu converso com todas as pessoas (ELISA, 42 anos).

Tatiana afirma que não sabe se ver de outra forma senão no casamento. Ela e o marido totalizam 30 anos de convivência. Conheceram-se quando ela tinha 15 anos e ele 18. Namoraram 6 anos e 8 meses até se casarem. Sobre como se conheceram, ela relata:

Nós tínhamos amigos em comum. Então como eu era muito alegre muito expansiva, ele também tinha esse tipo de temperamento e as pessoas achavam que a gente tinha que se conhecer. Cada vez que estavam comigo falava: “Tatiana, você tem que conhecer o Robertinho”! Então quando nós nos conhecemos, a gente já sabia muito um do outro. Antes de saber quem era como, já queria namorar ele (TATIANA, 53 anos).

Tatiana descreve o seu relacionamento como uma comunhão de ideias e desejos. Ela conta que, desde o início, a união foi sendo forjada de maneira livre e desprovida de regras convencionais:

Desde muito cedo a gente já cresceu nesse ritmo, então foi muito fácil. Porque a maioria dos casais não tem esse tipo de liberdade. Não cria por causa do namoro, do tempo que permanecem juntos... Então pra nós foi muito fácil, porque a gente tinha uma vida espontânea. Uma coisa não programada, a gente conseguiu ir criando isso aos poucos sem que isso viesse como uma imposição, uma regra... Eu acho que a gente é uma exceção (TATIANA, 53 anos).

O relacionamento é descrito como uma exceção, não só por Tatiana, mas por todos ao seu redor.

Ao ponto da gente viajar e as pessoas: “vocês são mesmo casados?” De a gente ir pra praia, ficar o dia todo lá, na beira da praia, deitado lá, namorando... Igual em Angra dos Reis, Mambucaba...um amigo passou e no dia seguinte encontrou com ele no trabalho e... “Nossa, Roberto, você estava traindo sua mulher lá na praia?” Aí, ele falou: “Está ficando maluco, era minha mulher!”. “Mas ninguém fica com a mulher igual você ficou, não!” Sabe, as pessoas, os homens, os amigos não conseguem viajar só com a mulher, não ter com quem compartilhar, entendeu? É muito difícil para os outros e pra gente é muito natural, a gente convive bem juntos. Nós não somos iguais, tá? As nossas diferenças são muito grandes. Ele não é minha metade da laranja não, acho que metade é a que encaixa. Ele é a metade do meu quebra-cabeça (TATIANA, 53 anos).

Tudo é compartilhado, mas também tudo é muito livre. Os adjetivos natural e espontâneo se repetem ao longo da fala da entrevistada.

Os cuidados com a casa funcionam como uma república de estudantes, onde cada um possui a sua tarefa. Não há nada estabelecido previamente como tarefa “de homem” ou “de mulher”. E atualmente, ela tem se dedicado menos as tarefas domésticas, pois está com problema na coluna.

Nós dois somos anticonvencionais. Nada que é convenção a gente costuma seguir. Não por ideologia, mas a gente acaba observando que não somos desse padrão. A gente leva uma vida muito... Minha mãe fala que a gente leva a vida na brincadeira. A gente brinca muito... A gente tem uma forma de ver a vida diferente (TATIANA, 52 anos).

Tatiana e o marido são considerados uma referência de casal em sua família e em seu círculo de amigos:

Graças a Deus. Na nossa família nós somos o modelo de casal pra todo mundo. Então eu até me sinto mal quando está todo mundo junto e as mulheres ficam cobrando dos maridos o comportamento igual do meu. E os homens ficam me criticando porque acham que eu sou uma influência negativa para as mulheres (TATIANA, 53 anos).

Os amigos do marido percebem o comportamento do casal como uma exceção.

Ele trabalhou em uma empresa muitos anos - 27 anos -, então os amigos dele... Tudo o que só os homens faziam... eu era a única mulher que poderia estar, exatamente pelo meu comportamento. Porque, assim... quando eles bebiam muito eu colocava os homens dentro do carro, eu levava em casa, era eu que entregava. Então as mulheres, até me conhecerem pessoalmente, não me viam com bons olhos. Achavam que era uma coisa diferente, mas os chefes... a gente encontra hoje. É uma festa porque é uma referência pra maioria (TATIANA, 53 anos).

Quando indagada sobre algum possível aspecto negativo no casamento, ela responde: “Não. A gente tem uma parceria. Nós somos uma equipe. A gente se vê como parceiros, como cúmplices”. Até mesmo a rotina é descrita como especial:

Engraçado, meu marido todo dia me fala alguma coisa, seja comprar uma bobeirinha, uma coisa que eu gosto de comer... “Eu já falei que te amo hoje?”, “nossa, seu cabelo está bonito!”. Então sempre tem, por exemplo, domingo eu cheguei a me arrepiar. Passei mal a noite inteira, tive uma crise de bursite e por conta dos remédios tive uma crise de gastrite, então não dormi bem à noite, até pela falta de posição, e fui dormir de manhã. Eu estava sonhando que eu estava em algum lugar com amigos e que alguém fez um macarrão com molho de camarão. Camarão é uma coisa que a gente não compra com frequência. Aí, eu acordei e falei com ele: “Nossa, benzinho eu sonhei que eu estava comendo macarrão com camarão!” Aí ele falou: “Então faz o macarrão!”. Aí eu falei “por quê?”. “Porque me deu vontade comprar camarão!”. Aí ele comprou. Então é muito comum isso acontecer... Uma vontade de comer alguma coisa, ele chega com aquela coisa. Ou então ele está dentro de casa, sai... “Aonde você vai?” “Eu já volto!” Aí ele volta com aquilo que eu queria comer. É muito comum isso acontecer (TATIANA, 53 anos).

Ana Hilda conheceu o marido por intermédio de uma amiga, uma ex-aluna da academia da qual é dona, que os apresentou. Naquela época, ele morava em São Paulo, assim como essa ex-aluna que a convidou para uma visita. A entrevistada destaca que gostou do futuro marido logo de cara e que, ao conversar com ele, identificou muitas coisas em comum.

O meu sonho era ter uma pessoa boa e ele era ótimo. Ele é amigo, é família. Eu nunca tive um amigo do meu lado. É como meu marido fala. Nossa, eu aprendo muito com ele, sabe? Eu sou explosiva. Ele falou: “Você tem que pensar antes de agir”. Eu penso, mas rá (faz um barulho). Você vai casar sem ser enganado. A primeira vez que eu pude ser eu, sabe? Eu pude ser eu. Ele passou todos os momentos ruins comigo. Meu pai faleceu. Ele cuidou do meu pai até morrer. Ele falou que é nestes momentos que a gente conhece o outro (ANA HILDA, 52 anos).

Indagada sobre a importância do casamento, ela diz:

Pra mim, é o complemento da vida, mas se você não tem uma pessoa que te complete, é preferível não ter. Eu tive pessoas que sugavam a minha energia. Vampiros. Eu chorava no banheiro por que meu irmão tinha uma pessoa. E eu nunca tinha uma pessoa normal. Sempre uma pessoa que sugava minhas coisas. Caía meu cabelo, eu não dormia direito. Eu dando atenção e a pessoa nunca sendo legal. Então, como eu estava falando dos vampiros...eles sugavam a minha vida. No momento da minha vida que eu não queria mais ninguém e pensei chega, estou cansada. Só sou eu dando, dando, dando e não tendo nada em troca, aí eu conheci o meu marido a partir de uma ex-amiga. Eu tinha 32 anos. Estamos 20 anos juntos. Ele tem 59 anos (ANA HILDA, 52 anos).

Quando indagada sobre algum ponto negativo ela diz não haver:

Meu marido é tranquilo. Eu é que sou explosiva. Eu sou estourada. Eu não tenho o que falar. Ele é sério, é trabalhador, ajuda a limpar a casa. Ele é engenheiro, mas eu adoro porque ele é simples. O mais gostoso na vida é o simples, sabe? O simples é o puro. Não tem frescura (ANA HILDA, 52 anos).

Lídia é casada há 7 anos, mas ela e o marido estão juntos há 25 anos. Conheceram-se por volta dos 15 anos. Ele era o coordenador do curso de crisma do qual Lídia participava. Na ocasião, ele era uma pessoa com quem Lídia não simpatizava e eles só se cumprimentavam. A simpatia só veio ao longo dos anos à medida que o contato entre os dois aumentou. Aos 18 anos eles passaram a se relacionar. Lídia conta que foi ela quem o chamou para sair. Quando indagada sobre a importância do casamento, ela diz que:

Apesar de eu ser casada de maneira tradicional - me casei na igreja e me casei no cartório - eu acho que casamento não precisa ser de forma tradicional. O casamento é a união de duas pessoas, de duas almas. O companheirismo que é super importante (LÍDIA, 45 anos).

Na adolescência, Lídia não pensava muito sobre o casamento, chegando a achar que isso era “uma bobeira”. Porém, “Com o passar dos anos e com o meu companheiro, eu passei a ter vontade de me casar. Foi a convivência que fez eu querer casar. Eu querer esta união”.

A fala das entrevistadas está cercada de fantasia acerca da conjugalidade. No início da entrevista, o casamento é colocado como algo que se remete à completude e à felicidade. Entretanto, ao longo da entrevista, fica claro o quanto a convivência implica equacionar conjugalidade e individualidade, tal como proposto por Féres-Carneiro (1998). A contemporaneidade impõe aos cônjuges a tarefa de construir uma relação de menos dependência e maior autonomia. É

necessário o que a autora chama de zona em comum. É um confronto cotidiano entre forças paradoxais: a individualidade e a autonomia de cada sujeito, mas também a necessidade da conjugalidade, isto é, de um espaço em comum em que os desejos e projetos do casal apareçam. Ana Hilda, Lídia e Tatiana relatam terem criado dentro da relação afetiva um espaço para a individualidade e para a autonomia.

As entrevistadas Wanda, Rita e Taís se queixaram da passividade de seus cônjuges. Wanda e Taís contam que se sentem frustradas em relação ao grau de instrução de seus parceiros. Isso causa constrangimentos diante de amigos. As entrevistadas citadas possuem trabalhos mais bem remunerados e se queixam da passividade dos cônjuges. Isso confirma o que Jablonski (2003) salientou, que os avanços femininos - profissionais e sexuais - não foram acompanhados pelos avanços domésticos. A mulher que até os anos de 1950 transitava apenas no universo doméstico, agora acumula funções de dona de casa, de sustentáculo da casa ou mesmo de maior provedora.

Taís conta que seu casamento foi um somatório de forças à medida que ela e o futuro marido se encontravam em uma difícil fase de suas vidas. Ao conversar com as amigas, ela aplicava a máxima “primeiro vem o casamento, depois o amor chega”. Esse pensamento se coaduna com o de Costa (1998) sobre o quanto o amor é construído. O autor explica o amor como invenção social a ser modelada a partir das referências infantis e dos jogos culturais do sujeito. Parece-nos que a entrevistada Taís bem cedo entendeu que, na vida adulta, os pares românticos narrados nas histórias não existem.

Ana Hilda conta, em sua entrevista, que procurava um amor que cuidasse dela da mesma maneira como o pai dela cuidava dela e de sua mãe. Freud (1914) apresenta como uma das formas de amar os traços de igualdade ou de diferença advindas das referências infantis. No amor, há uma reedição dos primórdios das relações infantis que o sujeito vivenciou com seus pais ou substitutos. Ao afirmar que sentiu pelo seu marido amor à primeira vista, Ana Hilda nos diz que houve o reconhecimento de algo já vivido. O objeto da paixão aparece a partir de novos ângulos que confirmam uma experiência prévia. O encontro amoroso é uma busca para restaurar o narcisismo primário e o encontro com a completude.

5.3.3

Relacionamento dos pais

Wanda tem uma lembrança muito negativa sobre o casamento de seus pais e atribuiu a isso o fato de não querer casar durante muito tempo. Ela conta que o pai era alcoólico e que ela demorou a entender que isso era uma doença. Em função disso, achou que não se casaria. Viveu em um ambiente de muita agressão verbal e mesmo física, por parte da mãe, que agredia o pai:

Meu pai faleceu em decorrência da bebida, mas, coitado, era um homem tão generoso, um homem tão bom, mas eu não via isso. Eu achava que casamento era aquilo, de convivência ele era melhor do que minha mãe, mas o alcoolismo acabou com ele. Ele nunca agrediu a gente. Nunca foi de bater mesmo alcoolizado não batia, mas são cenas que a gente via dentro de casa que marca, com 4 anos com 5 anos, marca muito. [...] Minha mãe agredia porque ela trabalhava o dia inteiro para cuidar de 3 crianças. Aí chegava final de mês, não tinha dinheiro porque ele gastava. Ela agredia verbalmente, fisicamente, quando ele reagia era para se defender, por ser muito grande acabava machucando a mãe, mas não porque ele avançava, quem avançava primeiro era minha mãe (WANDA, 54 anos).

Em outro momento, ela complementa: “Sim, meu pai era extremamente carinhoso, extremamente carinhoso com a gente e com ela também. Era doença mesmo. Mas eu achava que era vergonha, eu achava, não tinha como não ser”.

Quando adulta, Wanda tinha para si que aguentaria qualquer coisa de um homem, menos o alcoolismo, doença que seu futuro marido, Heitor, teria, mas que conseguiria, pelo menos até o momento, se reabilitar para ficar ao seu lado. Impossível não perceber as semelhanças entre o relacionamento de Wanda e Heitor e o de seu pai e sua mãe. Assim como seu pai, Wanda também considera Heitor um homem extremamente bom, ainda que também o considere egoísta. Ao contrário do pai, apesar do egoísmo destacado por Wanda, Heitor conseguiu manter-se longe do álcool para que o relacionamento dos dois tivesse alguma chance. Ele esperou Wanda por décadas até que tivesse uma oportunidade concreta para se relacionar com ela.

Rita nos conta que viu dois modelos de relacionamento quando era criança: dos pais e da sua irmã mais nova, grávida aos 17 anos. Sua irmã mais velha se casou quando Rita era pequena, porém não quis engravidar. O relacionamento dos pais era tradicionalíssimo, nas palavras de Rita:

Eu perdi minha mãe muito nova, mas eu lembro que minha mãe era a mãezona e meu pai era muito carinhoso, mas ele era muito rígido, eu lembro disso. Todos tinham que se sentar à mesa no mesmo horário junto, cada um que se virasse, que ficasse pronto, que na hora que colocasse o almoço todo mundo tinha que almoçar junto, por que era a refeição que todo mundo fazia junto, porque de manhã cada um tinha um horário (RITA, 50 anos).

Sobre as demonstrações de afeto e carinho entre o casal, Rita conta que:

Eles não eram de brigar na nossa frente, sempre conversavam dentro do quarto. Até eu lembro um dia minha mãe foi dar um beijo no meu pai e ele: “Olha a menina olhando”! Ele era muito recatado, demais da conta, demais (RITA, 50 anos).

Segundo Rita, havia demonstrações de carinho entre ambos, mas nunca na frente dos filhos.

Meu pai era assim, minha mãe era resultado dele, porque se deixasse minha mãe ia ser mais aberta, entendeu? Tanto que o diálogo era com a minha mãe, qualquer coisa que a gente quisesse passava primeiro por ela para depois chegar nele. Aí, se a gente passasse direto para ele, ele pedia para a gente falar com a mãe, aí parecia que era a mãe quem ia tomar a decisão, se vai ou se não vai, vai viajar ou vai ficar. Qualquer coisa que a gente quisesse fazer tinha que pedir primeiro pra ela, porque tendo o consentimento dela não era nem 50% de chance, era 90% de chance de conseguir (RITA, 50 anos).

Rita afirma que não teve muita admiração pela instituição do casamento, não em função do exemplo dos pais ou da irmã mais velha, mas sim da experiência vivida com a irmã que engravidou na adolescência.

Eu via minha irmã Luana parada no tempo, ela não podia ir ao cinema, não podia ir numa Domingueira, num clube. A gente passeava, a gente viajava, a gente ia em festinha de aniversário dos colegas e tudo pra ela era muito difícil, tinha que pensar 500 mil vezes antes de sair de casa (RITA, 50 anos).

Muitas das responsabilidades maternas da irmã foram assumidas pela mãe de Rita:

Ela, assim... com 18 anos, sem experiência nenhuma, era a minha mãe que carregava, era a minha mãe que tomava iniciativa: “Tem que levar no médico, tem que vacinar, tem que fazer, tem que acontecer”. Minha mãe distribuía as funções dentro de casa, então eu fiquei assim: “Eu não quero isso pra minha vida, filho não, não era o casamento que eu não queria, eu não queria o resultado do casamento que eram os filhos (RITA, 50 anos).

A mãe de Rita era quem cuidava de tudo. Dona de casa, nunca trabalhou fora. Segundo Rita, “a minha casa era um brinco. Antigamente a casa era de taco e

encerava, toda semana era encerada aquela casa, entendeu”? A mãe era responsável por tudo que envolvia a vida familiar: roupas, horários, limpeza da casa, comida, médicos.

Camila descreve o relacionamento dos pais como harmonioso, apesar de alguns problemas que enfrentaram na sua infância em função do alcoolismo do pai. No entanto, não havia agressões de nenhuma parte e o pai conseguiu se tratar e está sóbrio há 30 anos. Eles ainda são vivos e mantêm o relacionamento. Camila diz amar o pai, a mãe, a família como um todo e também percebe esse amor da parte deles.

Elisa não fala muito sobre o casamento dos pais, mas qualifica a mãe como muito carinhosa, mas muito doente, vindo a falecer aos 44 anos. O pai é descrito como uma pessoa muito difícil. Ela diz ter sido ele o motivo de tê-la feito casar para sair de casa e para ficar livre da sua companhia. Pareceu-nos que Elisa tem dificuldade de se lembrar de ou falar sobre o casamento dos pais.

Tatiana nos conta que a mãe sofreu muito, pois não queria casar-se. Ela se casou com o pai contra a vontade dela:

Ela casou pra agradar meu avô. Então, ela tinha uma vocação religiosa muito grande, ela queria ser freira na época. Aí não pôde por conta da pobreza que eles viviam, tinha que trabalhar pra ajudar. E meu pai se encantou por ela e meu avô se encantou por ele. Aí meu avô queria ele, ela não tinha ninguém, não era apaixonada por outro. Casou pra não desagradar meu avô. Ele era mais velho (TATIANA, 53 anos).

Apesar disso, o relacionamento transcorreu sem grandes problemas:

Sempre deixou bem claro. Eles viveram uma relação. Não tinha discussões, a gente até queria saber como meu pai ficava sabendo tudo da gente, porque não escutava. Não tinha alteração de voz, de nada, mas eles tiveram uma vida meio que separada. Mas era um relacionamento aparentemente normal (TATIANA, 53 anos).

Ana Hilda parece ter tido nos pais uma inspiração para o seu próprio casamento. A admiração pelo pai é muito grande. Ao falar dele, que já é falecido, ela se emociona e quase chora:

O casamento dos pais era muito bom. Era o que eu queria. Meu pai e minha mãe foram sempre exemplos. Eu queria uma pessoa como o meu pai. Meu pai era dez. É claro que eles discutiam. Tivemos problemas, mas milhões de coisas enfrentamos juntos. O que eu via é que todo mundo que queria resolver problemas aparecia lá em casa. Minha mãe namorou meu pai e disse que só ia casar-se quando tivesse uma casa. Eles fizeram tudo direitinho (ANA HILDA, 53 anos).

Lídia apenas descreve o casamento dos pais como “normal” e afirma não ter tido “nenhum estresse”. Féres-Carneiro e Magalhães (2003) analisam que a conjugalidade possui um papel estruturante à medida que auxilia na aquisição da identidade, ou seja, o sujeito utiliza o outro como recriação do seu próprio eu. O encontro de duas pessoas é um entrelaçamento de “eus” que remonta à história pregressa de cada um. As autoras ressaltam, a partir do conceito psicanalítico de identificação, a apropriação de um elemento inconsciente que permanece comum na forma de uma fantasia e auxilia na construção subjetiva do indivíduo na conjugalidade. É possível que acentue as consequências vividas pelo sujeito na relação edípica. É sublinhado que, quando o objeto de amor é tomado como modelo pelo ideal do eu, ocorre uma identificação bem sucedida à medida que propicia um processo de estruturação interna do sujeito na nova relação.

Freud (1914) diferencia dois tipos de amor: o anaclítico e o narcísico. No tipo analítico, o sujeito ama a partir dos referenciais da mulher que o alimentou ou do homem que o protegeu. No segundo tipo, a escolha ocorrerá a partir do que se é, do que se foi, do que se queria ser e do que foi parte do seu ser. As escolhas são feitas a partir das referências e das identificações vivenciadas pelo sujeito, na fase edípica, que é marcada pela ambivalência. Das entrevistadas, apenas Ana Hilda admirava o casamento dos pais e buscava como modelo de homem o pai. Ela diz que o pai era dez. Ela gostaria de um homem que cuidasse dela. Ana Hilda fala várias vezes sobre o quanto sofreu em outros relacionamentos. Ela diz que vivia relacionamentos vampiros. Com o marido, ela vive uma união que lembra a de seus pais.

Wanda repete o modelo dos pais, mas não percebe. Todo projeto dela era o da independência diante de um pai alcoólico. Entretanto, ela casou-se com um homem alcoólico, mas em recuperação. Os desejos acerca da maternidade ela não conseguiu viver. Não viaja e nem sai com o marido. Ele não gosta de sair de casa. Ou ela sai sozinha ou fica em casa com ele. A marca da passividade que Wanda se queixava no pai, ela percebe no marido e também é percebido nela mesma. Numa determinada parte da entrevista, ela diz claramente que não se separa por comodidade. Ela reflete que já possui um relacionamento pronto e que não teria forças para iniciar um novo.

As entrevistadas se contrapõem ao modelo de casamento dos pais, no que se refere aos quesitos liberdade e independência. Todas as entrevistadas trabalham fora e se dizem independentes financeiramente do marido. Wanda, Taís e Ana Hilda ganham mais do que os cônjuges. Rita, Sueli, Lídia e Tatiana demonstram ganhar o correspondente aos seus maridos. Apenas Camila e Elisa ganham menos do que seus respectivos esposos, mesmo assim são responsáveis pelas suas contas. Bauman (2004) coloca como um valor na contemporaneidade a liberdade e a independência.

5.3.4

Imagem de maternidade

Observamos que o apelo social da maternidade chega a quase todas, em maior ou menor grau, em algum momento de suas vidas. O filho pode ser o complemento do casal, mas desviaria, de alguma forma, o cuidado que as mulheres teriam consigo mesmas, com o marido ou com a relação do casal.

Wanda enfatiza o aspecto desagregador que pode ocorrer na relação diante do nascimento de um filho:

Eu tenho amigas que depois da maternidade elas, não sei o que acontece, elas ficam tão encantadas com a maternidade que não cuidam mais delas. Eu tenho aparência de 53 anos, 54 anos, mas assim, eu não tenho mentalidade, sei lá, de doméstica, de mãe [...] Nunca pensei que eu não tive filho por causa dessa vaidade mais eu vejo que eu sei as mulheres se descuidam demais. A mulher se volta tanto para o bebê, o amor que é devotado pra criança é tão grande que o marido fica de lado. Eu tenho uma vida com o Heitor que é de namorado (WANDA, 54 anos).

Particularmente, chamou-nos a atenção o que Rita falou acerca da maternidade. Há uma total desvinculação entre maternidade e completude. A maternidade é percebida como uma privação do mundo, em função do que ela viu a irmã perder:

Honestamente, acho que eu só fui pensar em casamento bem tarde na minha vida, mas bem tarde mesmo, eu nunca parei... “ah, eu quero casar na igreja com vestido”. Isso não fez parte da minha vida! Eu tive uma irmã que se casou muito cedo. Ela teve filho aos 18 anos. Acho que isso contribuiu muito pra eu decidir que não queria ter filhos. Eu via minha irmã com 18 anos amamentando, presa dentro de casa, sem fazer as coisas. Eu ainda não sabia o porquê, pois era muito nova, eu tinha 7, 8 anos. Havia um incômodo em ver a minha irmã jovem tendo tantos filhos. Isso foi traumático para mim (RITA, 50 anos).

Enquanto Rita vivenciava um mal-estar no que dizia respeito à maternidade da irmã, esta vibrava. A irmã engravidou aos 17 anos e, aos 20 anos, já tinha três filhos. Rita diz que a irmã era entusiasmada em relação ao casamento e à maternidade, entretanto isso ganhou aspectos traumáticos para a entrevistada:

A minha irmã teve que interromper os estudos. Ela é a única que não tem nível superior da minha família, dos 7 filhos. Quando a Luana (irmã da entrevistada) engravidou ela parou de estudar. Ela não queria voltar. Ela voltou e terminou o ginásio, porque meu pai forçou. Não quis fazer o vestibular, não quis faculdade, não quis nada. Ela quis ser dona de casa, esposa do João Pedro. Essa foi a intenção dela, o sonho dela. Se ela pudesse e se meu pai tivesse deixado, ela teria 11 filhos, porque ela falava que queria ter um time de futebol. Ela parou porque meu pai a fez parar, porque na realidade era ele que sustentava o casal e os filhos (RITA, 50 anos).

Talvez muito do desejo de independência de Rita, de resolver as coisas e de tomar a atitude em tarefas nas quais o marido se apresenta mais passivo, venha daí, dessa relação de dependência, inclusive financeira, que a irmã tinha não só com o pai, mas também com a mãe.

Camila não faz muitas referências às imagens de maternidade que recebeu ao longo da vida. Desde muito cedo, sempre teve medo de cirurgia. Quando era criança, ela e um primo diziam que nunca se casariam e nunca teriam filhos. Hoje em dia, esse primo não é casado, mas teve um filho:

Foi sempre assim. Na minha família eram duas pessoas, eu e um primo meu que falava assim: Eu tenho uma tia solteirona... Eu falava: Ai meu Deus eu não quero ficar solteirona, mas filho eu não quero! E um tio também por parte de pai, solteirão também, mas nenhum dos dois tiveram filhos, né? Então na minha família quem falava que não ia casar era eu e meu primo Michael, que morava perto, mas ele não casou, mas tem uma filhinha e eu casei, mas não tive filhos (CAMILA, 46 anos).

Ao mesmo tempo se diz fascinada pelo universo infantil e acha que realiza muito em seu trabalho na creche, com bebês de até um ano.

Taís, apesar de ser uma das entrevistadas que mais quis ter filhos, não relata muitas imagens de maternidade. A mãe teve 7 filhos, mas ela não fornece muitos detalhes sobre essa fase de sua vida.

Sueli acha que nem todas as mulheres nasceram para serem mães, mas que isso não é percebido por todas:

Tem pessoas que acreditam que mãe é aquela que gera que coloca no mundo, não, mãe pra mim é quem cria, é quem educa. Mas na minha infância não, na minha adolescência eu achava bonito aqueles barrigões, aquelas fotos, lindo aquilo. Mas depois, conforme eu fui amadurecendo, eu fui percebendo que não é bem isso que é ser mãe. Ser mãe não basta você engravidar, por isso que eu nunca fiz assim...ser feminino com a feminilidade, não. Porque ser mãe, você pegou, você adotou você é mãe. Não gerou um ser biologicamente, mas é seu do coração, é seu da alma, é seu da vida, é sua responsabilidade, não vai tornar menor nem maior sua responsabilidade (SUELI, 47 anos).

Elisa conta que a mãe faleceu quando ela tinha apenas 12 anos, deixando um irmão de 2, com quem Elisa exerceu as funções de mãe:

Então pra mim isso já é um aprendizado porque na realidade você tem uma criança pra você cuidar, pra você olhar. Então eu só não tive assim, só não conseguir ter o filho de uma maneira natural, mas ele praticamente foi meu filho (ELISA, 42 anos).

Tatiana acredita que tenha exercido a maternidade com o seu trabalho na creche.

Eu sou mãezona, eu tenho um instinto maternal muito grande, mas se o neném nascesse com 1 aninho, com 2... Acho que aquele processo de gestação, de bebezinho... [...] eu tenho dificuldade porque eu acho que eu não sei lidar com isso... Brinquei de boneca a vida inteira, tinha tudo... Não tive nada diferente na minha infância. Minha família foi sempre muito próxima porque meus avós tiveram 14 filhos e a maioria morava perto. Então no quintal às vezes tinha 15, 20 crianças, tudo primo (TATIANA, 53 anos).

Lídia diz ter um certo distanciamento da maternidade desde muito cedo:

Durante a minha adolescência, nunca fui aquela pessoa que gostava de cuidar das crianças, nem da minha sobrinha. Nunca tive esse *feeling* apurado. E com o passar dos anos, eu percebo que não é uma coisa que vai me fazer falta. Tem gente que chega pra mim e diz que quando eu ficar mais velha, eu vou precisar de um filho pra cuidar de mim. Aí eu penso que filho não é pra cuidar de pai e mãe. Filho é outra coisa. É outra realização. Eu não vejo isso como uma coisa que eu necessite pra me realizar. Não vejo por que eu preciso ter um filho só para falar que eu tenho um filho (LÍDIA, 45 anos).

Quais são os significados da maternidade para as mulheres que não tiveram filhos? Quais as imagens que elas carregam sobre a maternidade? Qual a cobrança que a sociedade faz em relação a essas mulheres sem filhos?

A identidade feminina, por um longo período, foi construída a partir da maternidade (ARIÈS, 1981; COSTA, 1999). Esse modelo foi criado para

demarcar o espaço de atuação da mulher, que se limitaria aos ambientes doméstico e privado, o que acabava por estimular a maternidade e os cuidados com as crianças. De alguma forma, as entrevistadas apontam para uma nova realidade uma vez que a delas não está presa ao nascimento de filhos.

Tubert (1996), ao analisar o discurso social da maternidade, percebe que mulheres que se submetem à fertilização *in vitro* perseguem o estereótipo que define a mulher ideal como maternal. Taís enfatiza bem essa ideia. Tentou diversos tratamentos e a sua fala é imersa na relação maternidade e feminilidade.

As nove mulheres entrevistadas não relataram problemas biológicos que inviabilizassem a maternidade. Poderíamos questionar se a demanda por filhos de Tais e Wanda (que fizeram tratamento) não significou mais do que isso: uma demanda. Quinet (2000) explica a demanda como um pedido do sujeito em relação a um estado anterior que julga ter tido. A demanda é um apelo ao outro e não visa a um objeto. Wanda diz em um momento da entrevista que um filho era a coisa que ela mais queria na vida, entretanto ela engravidou, fez o aborto e aguardou a tão sonhada independência. Hoje, possui uma condição financeira estável e diz que, se tivesse um filho, esse seria dela apenas, pois o marido não saberia educá-lo. Tubert (1996) demarca a procriação como um processo biológico no qual todas as mulheres teoricamente estariam aptas, no entanto o desejo de ter o filho e as suas possíveis ações em relação a isso seriam construídos. Dentre os muitos significados que a maternidade carrega, a ausência de filhos pode ser concebida como um castigo. Desse modo, também a mulher que se casou e não deseja filhos pode ser qualificada como má e capaz de fazer mal às crianças. Lídia conta que quando ela diz que gosta de crianças, mas que nunca quis ter filhos, as pessoas se assustam, pois a maternidade deveria ser o complemento do amor entre ela e seu marido.

A ideia de que o filho deva ser o complemento do amor ou da mulher é vista por vários teóricos, incluindo Freud, como uma saída sadia para qualquer mulher. Rita explica que a maternidade da irmã foi vivida por ela como uma privação. Embora a irmã não sentisse isso, Rita construiu a fantasia de que filho seria sinônimo de privação e que ela queria viver a vida dela. Só por volta dos 40 anos, quando se uniu ao seu cônjuge, é que pensou na possibilidade de ter um filho caso o marido o quisesse.

As entrevistadas Camila, Lúcia e Ana Hilda são irredutíveis em relação a filhos, pois nunca tentaram engravidar. Lúcia diz que poderá se arrepender de não ter tido filhos quando chegar à velhice. Ela diz que não há o que fazer, pois como poderia ter um filho como resposta ao medo e não ao desejo?

Wanda também corrobora a tese freudiana do filho ser o complemento da mulher a ponto das mulheres se esquecerem da sua aparência e até das suas motivações. Para elas, a aparência pode ser substituída pelo filho e, muitas vezes, o relacionamento com o marido também se torna distante.

A discussão acerca da maternidade incita reações apaixonadas e se revela como um tema sagrado. É difícil questionar, pois a mãe ainda permanece identificada à figura de Maria, que simboliza o amor voluntário e desprovido de falhas. Entretanto, a defesa que fazemos é da normalidade da mulher sendo ou não mãe à medida que não existe o desejo nato feminino em ocupar-se com o filho. A maternagem pode ser exercida por outras pessoas: pai, tia, avó. Um segundo ponto que destacaremos é que não é só o amor que faz as mães cumprirem o seu papel de cuidadoras, há também a moral e toda uma gama de valores sociais que educam e modelam a mulher em relação aos desejos maternos.

5.3.5

Relacionamento com a mãe

Algumas entrevistadas relacionam o fato de terem casado mais velhas à percepção de que o casamento dos seus pais não era muito interessante e que a mãe tinha uma posição passiva dentro dessa relação.

Wanda, por exemplo, diz que, das filhas, é a que mais deu problemas à mãe, mas, ao mesmo tempo, é a mais próxima: “fui uma filha odiosa, porque eu nunca aceitei muitas regras, entendeu, por conta do casamento dela, achava que ela não tinha que se sujeitar aquilo, cansei de mandar separar”. O vínculo de dependência que criou com a mãe foi muito grande, tanto que, quando passou para um concurso cujo posto seria em outra cidade, a possibilidade de ficar longe dela dificultou muito a sua adaptação. Wanda tinha 45 anos e conta que o marido e a mãe tiveram que se revezar até que ela conseguisse a transferência para uma

cidade mais próxima. Ainda assim, o casal se encontra todos os finais de semana na casa da mãe de Wanda, onde ela planeja construir mais um cômodo, no andar de cima, para dar maior liberdade ao marido. Discorrendo sobre a mãe, diz que:

Sempre foi doméstica, sempre foi muito rígida, muito rigorosa com a gente, e por conta do alcoolismo do meu pai, foi uma das primeiras coisas que eu coloquei na minha cabeça que eu não me sujeitaria ao casamento. Muito foi disso. Nunca sai de casa, nunca, nunca tive coragem de largar a casa. [...] eu e o Heitor nos relacionamos dentro da casa da mãe, porque eu era muito dividida, só tenho eu e minha mãe dentro de casa, eu tinha que me dividir, ou ficava na casa do Heitor, ou eu ficava com a minha mãe. Eu não consigo largar a mãe, não consigo. O que é que eu fiz? A gente fica na casa da mãe, agora que eu estou construindo uma casinha pra mim em cima da casa dela para ter um espaço para o Heitor, mas ele aceita tudo, Viviane (WANDA, 54 anos).

Rita perdeu a mãe quando era ainda muito jovem. Antes disso, a mãe teve diabetes e perdeu a visão. Durante cerca de cinco anos ficou bastante dependente dos outros. Sobre o relacionamento das duas, ela nos conta da proximidade de ambas: “Eu era muito ligada, muito grudada, eu era o bebezinho, bebezinho mesmo, eu não fazia nada sem ela, qualquer coisa que minha mãe fosse fazer na rua ela tinha coragem de deixar os outros filhos em casa, mas eu estava sempre junto”. Quando ela ficou doente, os irmãos estudavam no turno da manhã e ela no da tarde, então se lembra de ficar o período inteiro da manhã sozinha com ela. Apesar da cegueira, diz que a mãe, dentro de casa, não precisava de ninguém para carregar ou pegar qualquer coisa:

Ela conhecia cada canto da casa, né? Fazia tudo. Logo que ela ficou doente ela não cozinhava, tanto que eu aprendi a cozinhar com 12 anos, praticamente, porque ela precisou me ensinar pra eu fazer, porque quando meus irmãos voltassem do colégio o almoço tinha que estar pronto, aí depois eu tomava banho e ia pra escola. E ela me ensinou tudo, mas teve uma época que ela não aguentou, era muito peso pra ela ficar parada e a gente fazendo, e ela ia para o fogão e cozinhava sem enxergar e a gente ficava só de olho: “Mãe vai queimar!” Mas ela fazia, mesmo sem enxergar ela fazia almoço (RITA, 50 anos).

Camila descreve o seu relacionamento com a mãe como muito harmônico. Como mencionado, o pai teve problemas com o álcool, mas está em recuperação há 30 anos. Ambos estão vivos. A mãe, como ela, é evangélica, e, a princípio, não quis o relacionamento com Sandro, pois ele havia sido casado duas vezes.

Taís é uma das entrevistadas que relata que a relação com a mãe nunca foi muito íntima, sendo essa uma característica da família como um todo.

Nós somos muito próximas entre nós, irmãos, mas assim com a nossa mãe sempre foi uma relação de respeito. Até naquele tempo muito passado, antigo. Mas a minha relação direta com ela não era muito de maternidade não. Mas as lembranças que eu tenho era dela sempre contando de gravidez, que teve um filho, contando... as mulheres de antigamente tinham muito filho em casa. Então, eu tenho muitas lembranças dela contando como foi o nascimento de Fulano, como foi ganhar, essas coisas assim. Eu tenho muita lembrança disso (TAÍS, 51 anos).

Sueli descreve a relação com a mãe como ótima. Ela não poupa elogios à mãe:

Minha mãe já é falecida e assim, foi a minha melhor amiga. Com a minha mãe eu sempre pude contar pra tudo, falar tudo. E o incrível é que a minha mãe não tinha estudo nenhum. Ela mal sabia ler escrever, mas, no entanto minha mãe era uma mulher completa. Existem pessoas que admiram vários artistas, várias celebridades, personalidades, a minha maior admiração é pela minha mãe. Minha mãe pra mim é a maior personalidade que existiu porque tudo o que sou hoje eu devo. Ela me ajudou, me criou (SUELI, 47 anos).

A mãe de Sueli faleceu há 3 anos. Mesmo na cama, doente, Sueli a tinha como a sua força. Sua mãe sempre acreditou nela e sempre a colocava para cima.

A mãe de Elisa era muito doente, sofria de muita bronquite. Ela e os irmãos ajudavam nas tarefas de casa, pois a mãe logo de cansava. Estudavam, mas também arrumavam a cozinha, limpavam a casa, dentre outras atividades domésticas. Sobre a sua relação:

A minha relação com ela sempre foi muito boa. Ela era uma mãe muito carinhosa com a gente, muito cuidadosa, a gente sempre arrumava bem arrumadinho, bem limpinho, comida era sempre na hora certa. Ela tinha esse cuidado todo... Ela com a gente e a gente com ela por ela ter esse problema de saúde. Sempre tivemos muito cuidado em relação a ela por causa disso, porque ela as vezes ficava muito fatigada na hora de fazer o serviço e tudo. Então deixava mais pra ela cozinhar. O restante da casa, serviço de jardim, eu quem limpava o jardim, cuidava das flores, porque ela gostava muito de flores, das plantas dela. Então cada um era designado com um serviço e fazia as coisas em casa (ELISA, 42 anos).

Tatiana não fala muito sobre a mãe. Entretanto, conta que o casamento dela foi arranjado por ordem de seu pai. Na verdade, sua mãe desejava ter sido freira. Tatiana considera negativa a falta de emoção, de amor entre os pais. Parece que ela precisou viver bem essa diferença com a mãe. Diz que o casamento dela ocorreu na igreja, embora ela não fizesse questão, pois o mais importante era a pessoa com a qual estava se unindo.

Minha mãe sempre deixou bem claro que o casamento dela não tinha o amor como base, mas o respeito. Eles viveram uma relação sem discussões, a gente até queria saber como meu pai ficava sabendo tudo da gente porque não escutava. Não tinha alteração de voz de nada, mas eles tiveram uma vida meio que separada e sem graça. Era um relacionamento aparentemente normal (TATIANA, 53 anos).

Ana Hilda fala bastante sobre o pai, mesmo quando fala sobre a mãe. Diz que a relação com a mãe:

É legal! Mas estou vendo a minha mãe envelhecendo. [...] Ela está bem. Ela tem 77 anos. O que eu percebo é quem está por perto é mais difícil. Quem está longe é só ter uma conversinha e está ótimo! Eu sempre levo pedrada. Mas tem hora que eu brigo porque eu não posso ser massacrada. Ela fica muito em casa. [...] Hoje ela tem uma carência imensa: falta do meu pai, os netos que nunca aparecem. Meu irmão mora longe. Não dá assistência (ANA HILDA, 52 anos).

Como essas mulheres viveram ou vivem a relação com as suas mães? Houve alguma influência para que não quisessem ser mães? Hurstel (2006) ressalta que os pais transmitem a vida aos filhos de duas formas: biológica e simbolicamente. Nesse segundo tipo, ocorre a transmissão de uma “dívida de vida” que os pais sentem ter com a criança. É quando acontece um segundo nascimento, no qual a criança é inscrita na linguagem. Como operou a transmissão da dívida simbólica entre essas mães e as entrevistadas à medida que nenhuma delas possuía problemas biológicos e, mesmo assim, não se tornaram mães?

Outro ponto a ser observado é que algumas dessas mulheres fizeram tentativas de engravidar, seja de forma natural, seja com auxílio de recursos médicos. A opção da adoção continua a ser considerada por algumas delas, ainda que com menos convicção. Entende-se, portanto, que a ausência de filhos não é uma questão fechada para todas. Apenas duas das entrevistadas mostraram firmeza ao declararem que nunca quiseram ter filhos e nunca tentaram. Outras fizeram tentativas e sofreram com as sucessivas perdas. Há ainda casos que, embora a mulher tenha declarado não querer ter filhos, em algum momento da entrevista demonstrou o contrário. Observamos, portanto, como a maternidade é uma questão complexa e que não está resolvida para muitas das entrevistadas.

Apesar de muitas afirmarem não sofrer pressões sociais por não terem tido filhos, elas possuem um discurso contraditório em alguns casos.

5.3.6

Ausência de filhos

Essa categoria se entrelaça àquela sobre a maternidade, quando analisamos o que é ser mulher e a sua relação com a maternidade. A análise das entrevistas aponta para o que foi visto na revisão da literatura: o desejo acerca da maternidade não ocorre de forma contínua. Em suas falas, algumas das entrevistadas demonstram desejo pela maternidade, ao passo que outras nunca quiseram ter filhos. Taís foi a única que revelou que ainda sente uma dor muito grande por não ter tido filhos.

A escolha de entrevistar mulheres sem filhos - não importando se foi por opção ou porque não vieram - oportunizou uma perspectiva interessante. Podemos separar as mulheres em grupos. Algumas entrevistadas estão em mais de um grupo, o que mais uma vez confirma a não linearidade do desejo materno.

O primeiro é composto por mulheres que nunca tentaram engravidar: Rita, Camila, Ana Hilda e Lídia. Camila e Lídia são as mais radicais: nunca quiseram e nunca tentaram. Ana Hilda quis, mas quando se casou o marido perdeu o emprego. Ela era a dona de uma academia e a única professora. O trabalho dela era o sustento da família. Ela já havia, em outra época, tentado colocar outras professoras, mas sem sucesso. Ela diz que precisava estar presente. Ela e o marido conversaram e decidiram que não teriam filhos. Ela disse que, pensando no hoje, com a idade de 52 anos, gostaria de ter tido um filho, pois seu marido é muito especial. Um filho dele seria algo bacana, entretanto não se percebeu nenhuma tentativa de negociar uma possível gravidez.

O segundo grupo é formado por mulheres que precisavam ter primeiramente sua independência financeira e, caso conseguissem, teriam filhos: Wanda, Rita e Ana Hilda. Wanda tentou mais velha, quando já tinha alcançado certa estabilidade financeira, mas não conseguiu. Após tentar alguns tratamentos, desistiu quando, aos 45 anos, passou em um concurso.

O terceiro grupo é composto por mulheres que se casaram e que, por volta dos 40 anos, tentaram engravidar, perderam e não quiseram tentar mais: Wanda, Sueli, Elisa e Tatiana.

O quarto grupo é formado por três mulheres que merecem destaque pelo tom de oposição identificado em seus discursos: Camila, Taís e Lídia. Camila e Lídia nunca quiseram filhos. O marido de Camila já tivera duas filhas e Camila trazia consigo a convicção de não ser mãe. Lídia pareceu-nos mais radical nesse desejo, pois o marido gostaria de ter e ela explicou para ele que não queria. Ela diz que ele aparentemente aceitou. Taís deseja até hoje ter filhos. Ela diz que sente uma dor por não ter tido filhos e que precisa negociar esse sentimento com ela mesma cotidianamente.

A percepção do desejo como algo difuso apareceu de forma marcante. De alguma maneira, pensamos que as nove mulheres escolheram não ter filhos uma vez que não havia nenhum problema de ordem orgânica. A explicação que permeia a ausência de filhos é que o desejo do casal não era grande. As mulheres aparecem com mais poder de decisão do que seus maridos.

A decisão final foi sempre minha. A decisão de ter, a decisão de adotar, a decisão de voltar a querer adotar. Sempre sou eu quem decido. Sempre em questões assim do relacionamento sempre sou eu. Mas eu percebia que, ele desejaria o que eu desejo. É engraçado, mas é isso (WANDA, 54 anos).

Wanda diz várias vezes durante a entrevista que queria muito ter tido um filho, porém foi sempre adiando essa decisão para um futuro no qual tivesse resolvido outras questões como a carreira. No entanto, o aborto que fez quando se envolveu com um homem casado causa grande arrependimento. Chegou, por volta dos 40 anos, a tentar tratamentos e fertilizações, mas classificou o processo todo como muito desgastante, não só em função dos exames invasivos, mas também em razão da pressão de relacionamentos sexuais na hora certa, além de medição de ovulação e de temperatura.

Eu sempre quis ter filhos, sempre quis, mas do meu jeito, eu não precisava de marido, você está entendendo? Eu não precisava de marido, eu só queria ter o meu filho, porque eu não teria com ele nenhuma divisão de educação. O filho ia ser meu porque eu ia continuar morando separado (WANDA, 54 anos).

Nota-se, nessa fala, que o ideal de independência que sempre norteou as condutas de Wanda pode ser visto até mesmo em um projeto a dois, como é a maternidade.

E estava com uns 38 anos quando eu decidi mesmo ter filhos. Aí já ficou mais difícil, aí tive que usar de intervenção mesmo, fazer tratamento, estimulava a ovulação, trazia o material para o doutor Joaquim ver. Já tinha uma defesa no meu organismo muito desenvolvida em relação a isso. Então eu chegava, mostrava o material para o médico e já não tinha esperma nenhum, nenhum, os poucos que tinha agonizava, morria. Nessa luta de fazer esse tratamento, eu passei num concurso público e aí tive que abandonar, abandonei de vez. Eu era bancária, saí do banco e fui ser advogada, advoguei por 2 anos, passei neste concurso e fui embora, passei no concurso há 10 anos, tomei posse aos 45 anos e já tinha decidido que por mim não seria (WANDA, 54 anos).

Antes de tentar com o atual marido, Wanda conta ter engravidado de outra pessoa, mas não pode suportar. Ela ainda não atinha atingido a independência que tanto almejava:

Eu engravidei de um cara casado, aí não deu pra assumir de jeito nenhum. Não tive coragem de assumir, o rapaz ainda tentou, tentou fazer minha cabeça pra segurar. Eu não consegui, não consegui, eu priorizava a minha carreira (WANDA, 54 anos).

Perguntada sobre possíveis arrependimentos de não ter tido filhos, ela responde:

Me arrependo, me arrependo, me arrependo, porque [silêncio] eu já fiquei grávida entendeu, porque eu tive a oportunidade mas não tive coragem de assumir. Isso aos 23 anos [voz baixa], então isso me cobrei muito, a minha parte religiosa foi afetada, porque eu era ativa na igreja, participava ativamente. Depois que aconteceu o aborto eu abandonei de vez não digo minha vida religiosa, mas a prática que eu tinha, eu gostava. Eu trabalhava na igreja, não consegui conviver com isso mais. E fui me policiando, me punindo, me punindo, me punindo, até que eu me perdoei, Viviane. Me perdoei porque se não eu não conseguiria viver com a culpa (WANDA, 54 anos).

Vemos um misto de arrependimento por não ter tido o filho e por ter feito um aborto. O discurso é permeado de culpa, arrependimento e remorso. No caso de Wanda, a questão religiosa teve bastante peso, a tal ponto que em nenhum momento Wanda se coloca como sujeito desse aborto: “aconteceu o aborto”. Em outro momento da entrevista ela diz: “tive um aborto que foi praticado”. Em outra ocasião, ainda, apesar de não fazer referência expressa ao aborto, afirma:

eu sou muito reta, eu não gosto de nada errado, e a minha vida foi sempre permeada de coisa errada, inclusive eu praticando coisa errada, até que eu me perdoei, se eu não me perdoasse eu não ia conseguir viver, não tem pior julgamento do que o que você faz de você mesmo (WANDA, 54 anos).

Wanda relata ainda ter medo do futuro sem filhos, quando a mãe morrer:

Agora um filho não me faz falta mais, mas eu acho que eu vou sentir essa falta na minha velhice, vai me fazer muita falta um filho, muita falta, mas hoje não porque acho que ainda tenho minha mãe. Tenho o Heitor, já me perdoei, já estou vivendo minha vida linda maravilhosa, fui atrás dos meus sonhos, quis ser independente, consegui ser (WANDA, 54 anos).

Da mesma forma, quando indagada sobre como seria um filho no relacionamento dos dois ela novamente frisa a sua determinação e a passividade de seu companheiro:

Eu quem iria manter, eu que ia educar. Ele não tem tino para educar filho porque eu vejo como ele é com os outros sobrinhos. Não sabe. Não existe a palavra “não” na vida dele. Tudo pode, criança quebrar aquilo ali, quebrar aquilo ai. Tudo pode, porque ele não gosta de magoar ninguém, de magoar ninguém, então a minha vida com o Heitor é... Eu tive que fazer muita concessão. Daí a ter filhos foi para desistir, para desistir foi muito tempo não viu, foi muito tempo não porque pra ser mãe solteira eu podia ter sido aos 17 anos. Agora depois que eu constituir uma família com ele, eu casei com ele, eu ia ser mãe solteira do mesmo jeito porque a criança ia ser educada por mim, ia morar longe dele, aí tudo isso pesou. Aí já desisti, desisti do tratamento, abri mão da adoção, abri mão de tudo (WANDA, 54 anos).

Muitas vezes, a mulher diz não querer ter filhos, mas por volta dos 40 anos resolve testar a possibilidade. Elas citaram que, devido à passagem do tempo e talvez do medo de se arrependem, como é o caso de Rita:

Até meus 30 anos era tipo assim, não vou ter filhos, era fechada, não vou ter filhos. Ai quando eu fiz 38 anos eu me casei com Pedro. Ele tinha acabado de se separar. Eu tive um pouco de vontade e quis tentar, mas havia aquela confusão toda, e aí a filha dele ficou grávida. Mãe solteira e ele falava que não podia ter filhos de modo algum. Dizia nunca mais querer filhos. Ai, eu falei fechou, casal ideal eu e ele. Aí quando as coisas começaram a entrar nos trilhos começamos a pensar enfim como um casal: o casal Rita e Pedro. A Juliana (a filha mais velha dele) pega e fica grávida de novo. Ele quase morreu, ele quase morreu. Ele falou: “Eu não acredito, não acredito que eu estou passando por isso de novo”. Foi uma avalanche em cima, aí quando eu tinha por volta de 43, 44 anos e ele pensou em ter filhos. Aí, eu falei: Não, se fosse quando eu tinha 38, quando eu casei com você talvez eu aceitasse, agora aos 44 eu acho arriscado, arriscado pra saúde e pra minha paciência (RITA, 50 anos).

Camila diz ter medo de operação. O ato de ter filhos a impressiona. Ela questiona por que precisaria fazer algo que não quer, pois pode se arrepender no futuro. Ela frisa as coisas bacanas que ela tem na vida como o seu relacionamento.

Taís é a entrevistada que mais demonstrou tristeza por não ter filhos: “Não é muito fácil, não. Você leva quase que uma vida inteira pra se acostumar com a ideia. E quando você pensa que está mais ou menos bem estabelecida, vez por

outra, incomoda bastante”. Também foi a entrevistadas que demonstrou uma maior constância no desejo de ter filhos. Ela fica emocionada ao falar sobre esse assunto, ela se sente mal no dia das mães e revela um desejo continuo acerca da maternidade:

Sempre, sempre tive. E eu cheguei a ter uma gravidez interrompida, assim, talvez até por ingenuidade, estava grávida de uns dois ou três meses não sabia por que não tinha o compromisso de engravidar ou não engravidar E aí aconteceu. Eu não sabia, e aí no período de menstruação atrasada eu fui ao médico e o feto estava morto tive que fazer uma curetagem. E desde então, passa o tempo porque na vida da gente quando a gente está com 24, 25 anos você não está desesperada para ser mãe ainda. Aos 24, 25 anos você está começando uma vida profissional, você está jovem, bonita, interessante, você não tá interessada. É legal, é bonito, mas você não está desesperada ainda pela maternidade. E aí quando foi passando o tempo que eu comecei a querer... Aí, espera aí... Tanto tempo que eu não tomo anticoncepcional e nada? Tem alguma coisa de errado (TAÍS, 51 anos).

Taís passou por uma série de exames e tentativas e diz ainda ter sofrido muito preconceito, pois como o marido já tinha dois filhos, ele achava que não poderia ter problemas para ter outros. Os próprios médicos corroboravam esse preconceito quando afirmava que o problema não era do homem. O marido de Taís fez nenhum exame, ao passo que Taís passou por toda sorte de exames invasivos e dolorosos. Chegou a ir a diversos médicos.

Na verdade você quer que tenha algum problema no exame, aí vem o resultado do exame, você não tem nada, não tem problema nenhum e assim vai passando o tempo, vai passando, eu tinha 24 pra 25 anos aí chegou aos 30... Também, tá, não está... Então o pessoal começa a dizer: 35 anos tem que ter! Então foram 20 e poucos anos de muitas tentativas mesmo (TAÍS, 51 anos).

No final da entrevista, ela atribuiu um sentimento místico para a ausência de filhos, pois o desejo era imenso, não havia nenhum problema de saúde, tinha um marido que não queria tanto filhos, mas aceitaria caso ela quisesse. No final da entrevista, quando perguntamos sobre sua relação conjugal e sobre as possíveis mudanças com a presença de um filho, ela responde algo significativo.

Se eu for falar a verdade a verdade, o meu marido é o típico brasileiro, gosta de muito sexo e eu acho que se a gente tivesse filho eu acho que ia ser um pouco mais complicado, em alguns momentos eu acho que ele ia até achar que estava atrapalhando um pouco (TAÍS, 51 anos).

Sueli é uma entrevistada que mantém um discurso permeado por contradições. Quer ter filhos, mas quando perde um bebê com quatro meses de gestação diz que foi normal.

Sempre me cuidei muito, mas eu descobri que eu tinha um mioma, mas era muito pequenininho que o médico falava que não me atrapalhava em nada. Então segui a minha vida. Engravidei e depois que eu já estava grávida já tinha ouvido o coração do bebê. E aí, é muito complicado quando você escuta o coração de uma criança dentro de você, uma outra vida. Eu continuei trabalhando e o bebezinho eu perdi, eu percebi. Quando eu fui fazer um exame o médico disse que estava morto que não tinha mais jeito, desse jeito mesmo. E naquele momento o médico ficou muito preocupado porque ele achou que eu ia ter uma relação de me desesperar, mas não eu reagi normal (SUELI, 47 anos).

Quando perguntada sobre o que seria “normal”, responde:

Normal pra mim é assim, eu não chorei, não me apavorei, eu sai normal no consultório e vim embora, entrei no carro e vim embora. Eu só fui cair à ficha mesmo na hora que eu estava no trânsito que lembrei que eu tinha realmente perdido a criança, fui embora pra minha casa (SUELI, 47 anos).

Até mesmo os desejos de ter ou não filhos são “normais”: “Os nossos desejos eram iguais, do mesmo tamanho”. E o relato sobre a normalidade continua:

Aí fui embora pra minha casa normal, cheguei em casa sozinha. Eu não tinha com quem dividir isso, minha mãe estava doente, meu pai já bem idoso. Tava todo mundo trabalhando dos dois lados da família minha e do meu marido e eu liguei pra um cunhado, que ele nem é um cunhado. Ele é um pai mesmo. E ele foi à minha casa, me levou no hospital, combinamos com o médico, ainda fiquei em casa com a criança falecida já no meu útero mais uma semana pra eu fazer uma curetagem, que é o momento mais difícil. É o momento que você sabe que você vai pra lá, que você vai entrar no momento cirúrgico e você vai ficar com os braços vazios. Então isso é muito mais dolorido. Só naquele momento que eu realmente sofri, que eu senti, mas fora isso não (SUELI, 47 anos).

Lídia enfatizou bem a ausência total do desejo de filhos. Na verdade, ela não tinha pretensão de se casar. Só conseguiu pensar em casamento quando conviveu com seu marido. No seu relacionamento definitivamente não cabem filhos. Conheceu Miguel há 30 anos e se relaciona com ele há 25 anos. Namoraram, moraram juntos e casaram no civil e no religioso. Na época que oficializaram a relação, ela teve uma conversa com Miguel na qual explicitou a radicalidade de seu desejo de não ter filhos. Ele gostaria, porém aceitou a proposta

dela. Ao falar de seu relacionamento, ela se emociona e diz se tratar de um encontro especial.

Para mim, casamento é a união de duas pessoas e duas almas. Nunca tive o sonho de me casar. Na adolescência principalmente achava uma bobeira. Foi a convivência com o meu marido que fez eu querer casar. Temos um relacionamento de 25 anos e... casados oficialmente estamos há 7 anos. Eu vejo o companheirismo. Meu marido, o Miguel, é companheiro. Parece clichê...(voz de choro) me emociona. Mas é um encontro de almas. Ele é a pessoa. Eu não casaria com outra pessoa. Por mais que pareça clichê... É um encontro de almas. Não dá pra explicar racionalmente. Então é assim, ele é a pessoa que eu precisava (LÍDIA, 45 anos).

Essa categoria surgiu ao longo de algumas entrevistas. Caso o desejo por um filho fosse realmente forte, é possível pensar na adoção. Duas entrevistadas relataram ter pensado em adoção. Wanda e Taís iniciaram o processo, entretanto perceberam pouco entusiasmo de seus cônjuges. Taís revela que o processo de adoção é do casal. Ela nos conta que se fosse solteira adotaria.

As pessoas riem quando eu falo isso, mas um dia isso vai virar frase em algum lugar. Adoção pra mim é uma paixão dos dois. Eu conheço casais que adotaram e deu muito certo. Mas maternidade pra mim, um filho é uma responsabilidade, é uma coisa tão séria, tão séria que não pode ser assim. Vou adotar porque ela quer! Eu nunca vi isso no meu marido. Meu marido é uma pessoa simples. Não é que ele seja uma pessoa qualquer, mas ele é uma pessoa simples. Ele se contenta com poucas coisas. Então pra ele a partir do momento que ele trabalhou, aposentou, teve dois filhos e tem a mim, tá tudo bem. Parece que é um prêmio, que está tudo completo. Toda vez que eu falava que queria um filho ele ficava solidário a mim. Mas não era o que ele queria. Já viu quando você sai com seu namorado e vocês batem o olho em um terreno e fala: Nossa é esse aqui que eu quero! Os dois se apaixonaram por aquilo ali... Pra mim filho adotivo não pode ser que a gente faz pra agradecer o outro ou porque o outro aceitou. Então eu sempre pensei comigo o seguinte: Não é uma paixão dele, é minha, não é dele. Quando eu falo, as pessoas não entendem...Eu falo que se eu fosse solteira, eu adotaria. Hoje se eu fosse solteira eu adotaria, porque sabia assim, sou eu que quero...é uma paixão minha, vou levar adiante. Mas dentro de um casamento você não é sozinha (TAÍS, 52 anos).

Como é a dinâmica do casal sem filhos? Percebemos que as mulheres entrevistadas valorizam o casamento que têm. Pareceu-nos que, entre o desejo de ser mãe ou ter um relacionamento, todas ficaram com a segunda possibilidade. Mesmo Taís, que foi a entrevistada que mais nos pareceu ter sofrido por não ter conseguido ter filhos, também analisou que o seu casamento possuía qualidades que não valeria a pena optar pela maternidade de qualquer maneira. Ela reforçou que um filho é uma paixão compartilhada por dois. Isso reporta ao que Lacan

anunciou sobre as diferenças entre as mulheres que valorizam a maternidade e as que valorizam os relacionamentos. É o que ele chamou da verdadeira mulher em toda a sua inteireza.

Hoje a gente tem toda uma história juntos... talvez se tivesse acontecido e eu tivesse que abrir mão seria diferente, mas não foi assim. Temos uma história, uma vida inteira juntos. E se não deu a gente começa a pensar nas questões espirituais, foi à vontade de Deus e não deu porque até as tentativas que eu fiz foram frustradas. E aí eu começo a pensar: Não é aquele desespero, pra mim um filho seria a paixão dos dois, não é um desespero maior que eu quero ter um filho custe o que custar não (TAÍS, 52 anos).

Duas entrevistadas - Camila e Tatiana - contaram-nos que comungavam com seus cônjuges da posição relativa à ausência de filhos. Ambas contaram que combinaram previamente com seus respectivos cônjuges que não queriam ter filhos. Camila foi fiel até hoje. Aos 47 anos, Tatiana fez uma pequena tentativa, mas logo colocou esse pensamento de lado. O marido de Camila teve dois casamentos e duas filhas. Quando eles namoravam e pensavam em casamento, ele foi claro ao dizer que na verdade nunca quisera ter filhos, mas os tivera. Coincidentemente, Camila tinha uma forte posição a esse respeito como ela nos conta.

Então foi muito engraçado porque eu sempre tive muito medo de cirurgia, eu tinha muito medo, então desde criança de mocinha eu falava: ah, eu não vou ter filho... E quando me relacionei com meu cônjuge ele já tinha dois filhos e também, quando a gente se encontrou foi meio que ah,... Eu não quero filhos e ele puxa eu também não quero, já tive duas filhas, então foi uma coisa que nós acertamos, deu certo... E eu não sinto essa falta. Quer dizer, as vezes agora, eu até, tem hora que a gente para pra pensar, né? Mas eu vejo tanta gente falando assim Vivi: Eu tenho filho porque quando eu envelhecer... Eu acho isso tão ridículo porque você não pode ter um filho para ele tomar conta de você e isso às vezes isso não vai acontece, eu não acho correto também isso. E foi uma coisa que deu certo por conta disso também, porque nesse ponto a gente acertou eu não queria e ele também já tinha, não queria mais. Então foi bom (CAMILA, 47 anos).

Apesar de toda a certeza, Camila tem medo de um arrependimento no futuro. É o que anunciamos ao longo dessa pesquisa: o desejo não ocorre de forma linear. Nesse caso, parece que ela faz a reflexão acerca da maternidade quando há uma cobrança social sobre esse fato.

É importante que se desvincule a universalidade, pois na espécie humana existe a contingência e o particular. Na atualidade, a mulher que não deseja filhos é aquela que está exercendo a sua liberdade e não necessariamente os valores

ditados pelo social. A ideia de natureza feminina representa uma limitação à mulher, gera culpa e implica na imposição de valores muitas vezes ultrapassados, assim como evita o encontro e a multiplicidade.

5.3.7

Trabalho

A primeira entrevistada, Wanda, colocou como objetivo central da sua vida o trabalho. O trabalho garantiria a sua independência. Ela pontua que gostaria de ter tido filhos, porém, devido à dedicação à carreira, quando pôde tentar foi difícil. Wanda iniciou a entrevista dizendo que se casou aos 38 anos e que não queria filhos, pois trabalhava em outra cidade. Quando passou a morar na mesma cidade do marido, tentou engravidar, porém sem êxito. Após exames foi verificado que não havia nenhum problema fisiológico, mesmo assim não conseguia engravidar. Ela buscou alguns tratamentos oferecidos na cidade, mas os achou cansativos e, finalmente, desistiu quando passou em um concurso cujo posto ficava em uma cidade próxima a sua cidade natal. Wanda foi a entrevistada que mais reforçou a questão da vida profissional vir em primeiro lugar.

Porque eu sempre quis ser independente, então eu sempre associei que primeiro minha vida profissional viria na frente, depois se sobrasse tempo eu teria um marido. E se eu ainda tivesse mais tempo eu teria filhos, só que aconteceu o seguinte: trabalho desde os 19 anos e vou fazer 55. Então como eu priorizei minha vida profissional não deu tempo mais de eu ficar grávida, não deu tempo (WANDA, 54 anos).

O discurso social atual delinea o casamento de forma democrática, no qual os cônjuges dividem as tarefas e investem em suas carreiras. Entretanto, percebemos o quanto as mulheres continuam como as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pela sua prole, de modo que acumulam jornadas profissionais e domésticas. Rocha-Coutinho (2005) ressalta que o acúmulo de tarefas ocorre devido à identificação entre maternidade e feminilidade, o que é reforçado pelo fato da gravidez se desenvolver no corpo feminino. A realidade das entrevistadas aponta a carreira como um projeto interessante, mas que relegou a

maternidade ao segundo plano. Como visto, foram poucas as vezes em que a incompatibilidade entre trabalho e maternidade ficou evidenciada, entretanto, na prática, o que acontece é que o trabalho de alguma maneira impossibilitou a maternidade. Wanda reforça que teria tido filhos caso tivesse alcançado a estabilidade profissional e financeira mais cedo em sua vida.

Se eu tivesse conseguido esse trabalho lá aos 28, 25 anos (o trabalho que tenho) quando comecei com o banco, fatalmente eu teria meus filhos. Quando me formei em Biologia eu passei no concurso público do banco que era estatal, na época o Meridional. Aí trabalhei 13 anos lá, aí nesses 13 anos veio esse negócio de automação bancária. Eu via que esse negócio não estava bom pra pessoa porque a máquina fazia o serviço de 10,12 pessoas. Eu comecei a buscar outra profissão, mas pela qual eu pudesse ser remunerada, pois Biologia eu não fui por isso eu abri mão. Eu precisava trabalhar e ia ser bióloga aqui em Volta Redonda? Eu tinha que ser bióloga, no Rio não dava porque meus pais não conseguiam me manter lá. O que eu fiz... Quando apareceu o concurso do banco eu abri mão de ser bióloga (WANDA, 54 anos).

Rita não vê relação entre a ausência de filhos e o trabalho. Ela estava desempregada quando se uniu a Pedro. Ela acha que a impossibilidade de ter filhos foi resultado de uma soma de fatores como a falta de trabalho, a prioridade dada à estabilidade financeira, o momento delicado pelo qual Pedro estava passando. Sua filha mais velha teve dois filhos quando solteira.

Não a gente não teve porque a gente não teve mesmo. Na época que eu casei eu não trabalhava, só ele trabalhava, mas ele estava num momento terrível na vida dele, surgindo 2 netos de pára-quadras sem pais, sem compromisso. A própria filha dele sem compromisso nenhum com o filho e ele e a ex-esposa que foram os pais verdadeiros dessas crianças. E quando tudo sossegou e entrou no eixo eu não quis mais, não dava mais tempo (RITA, 50 anos).

Outras entrevistadas revelaram que não tiveram filhos devido ao trabalho, entretanto percebem o trabalho como aliado para não se sentirem tristes por não terem tido filhos. Camila diz que o trabalho ajudou a viver a maternidade, já que não pretende ser mãe. Ela diz que “Foi até bom pra mim o trabalho porque eu passei a ter essa convivência com criança”.

Taís também percebe o trabalho como um alento já que não teve filhos. Ela diz que seu sofrimento seria triplo se não tivesse o trabalho que tem. Ela gosta muito do que faz. Ela trabalha com ensino religioso em uma escola do Estado do Rio de Janeiro.

É tudo que eu gosto, de estar o tempo todo com adolescente, estar conversando da vida, essa coisa toda. E fora disso, eu era de anos iniciais, depois vim pra esta escola como orientadora educacional. Fiquei oito, sete anos com orientação educacional, agora estou na direção. Nós somos três, a Rute é diretora geral e tem eu e a Ema. Eu gosto tanto de orientação educacional que se deixar eu fico por conta disso. Então, foi uma coisa que me ajudou bastante, o trabalho em escola, o trabalho com adolescente, uma coisa que dá uma sustentação (TAÍS, 51 anos).

Sueli também corrobora esta posição. O trabalho exerceu um apoio ao longo desses anos.

Olha o que acontece, eu acredito que uma das melhores coisas da vida é quando você faz aquilo que você gosta, por exemplo, eu sei que educação a gente ganha muito pouco, mas eu gosto do que eu faço. Eu amo o que eu faço. Se eu tivesse que escolher daqui a trinta anos eu seria professora. Eu gosto, apesar do retorno ser pequeno. Eu gosto de educação. Eu gosto dessa área. E o trabalho me ajudou a recuperar tudo isso. Às vezes a minha irmã falava assim: “Ah, você trabalha muito porque você está fugindo do fato de você não ter tido filho”... Não, se eu tivesse tido um filho eu teria continuado trabalhando do mesmo jeito (...) Então pra mim o trabalho foi assim uma terapia pra recuperar tudo isso que também não foi fácil (SUELI, 47 anos).

Elisa também não acha que o trabalho a tenha influenciado a não ter filhos. O trabalho foi um aliado contra o pai que não dava dinheiro para ela, o que fez com que ela precisasse se virar desde muito cedo.

Trabalho desde 14 anos. Porque meu pai é um a pessoa muito pão dura. Ele nunca gostou de dar nada pra gente. Na época que minha mãe era viva era um sofrimento pra conseguir comprar roupa, calçado pra gente. Então eu sempre trabalhei pra ter minhas coisas (ELISA, 42 anos).

Tatiana diz gostar do seu trabalho e afirma que a convivência com as crianças – os filhos de seus amigos e no trabalho – confirmou o não desejo por filhos. Embora ela caia em contradição quando repete a todo o momento que não quis ter filhos, mas, caso viesse, seria amado.

A gente tinha certeza que se viesse ia ser amado, isso a gente tinha certeza, querido, bem vindo, mas que a gente não iria fazer nenhum sacrifício assim...que fosse comprometer até o próprio relacionamento. Porque ele via a angústia que os amigos dele tinham também e ele não queria sentir aquela angústia. A gente não queria um relacionamento que tivesse uma angústia por trás. Então a gente tem tudo muito claro, muita franqueza um com o outro (TATIANA, 53 anos).

Ana Hilda relata que queria filhos, mas, quando conheceu o seu atual marido, segundo ela o amor de sua vida, ele estava desempregado. Ainda faltavam alguns anos para ele se aposentar. Ela tinha um negócio que dependia dela. Se ela parasse de trabalhar, como eles viveriam? Ela optou pelo trabalho e não teve filhos. Ela diz que às vezes as pessoas pensam mais em ter filhos do que em serem felizes.

Eu queria ter filhos, mas eu precisava fazer uma opção. Eu queria ter um filho dele porque ele é maravilhoso. Um filho na nossa vida seria algo difícil. Eu não queria ter um filho só na internet. Você não pode ser o que você quer. As pessoas se transformam de acordo com o momento. O que seria um filho hoje? Não cheguei a tentar. Sempre tomei remédio. A decisão de não ter filhos foi devido ao meu trabalho. Meu marido veio morar aqui e eu me vi na responsabilidade. Mas isso, não me incomoda. O que me importa é o meu marido. Ele (o filho) teria que se enquadrar na nossa vida (ANA HILDA, 52 anos).

Lídia diz que, de fato, não quis ter filhos, mas consegue fazer uma relação entre a ausência de filhos e o trabalho. Ela se pergunta como conseguiria cuidar de uma criança trabalhando em uma cidade próxima a que mora e com o marido também trabalhando muito.

Às vezes eu penso que uma criança precisa de atenção. Eu trabalho muito, ele trabalha muito. Onde que essa criança ficaria? Porque eu também acho muito estranho você delegar a educação do seu filho para outras pessoas. Eu acho isso muito estranho. Eu acho que precisa ter uma disposição para estar se doando. E eu não tenho esta disposição (LÍDIA, 45 anos).

Outro dado interessante a ser destacado é o fato de que todas, ou pelo menos dentro das que tentaram engravidar em algum momento, privilegiaram a vida profissional em detrimento da pessoal. O filho viria como um bônus, um prêmio, algo a ser acrescentado na vida e não o centro das suas existências.

5.3.8

O contraste dos desejos

O desejo acerca da maternidade ocorreu para a maioria das entrevistadas em alguns momentos de suas vidas. Vamos contrapor a visão de duas entrevistadas sobre o desejo acerca da maternidade. Taís e Lídia convivem com

seus cônjuges há 30 anos. Taís foi a única entrevistada que expressou o desejo contínuo de ser mãe. No dia a dia ela trabalha e diz esquecer-se desse fato, mas quando pensa é algo dolorido.

Com certeza, claro não posso nem falar muito se não eu vou chorar, até hoje no domingo passado foi dia das mães, incomodou bastante, bastante. Eu fui pra igreja de manhã porque eu sou professora de classe de Catecúmenos, na igreja evangélica. Trabalho com pessoas que estão se preparando pra batizar, pra fazer em público a confissão de fé. Então de vez em quando me dão uma classe lá. Eu não queria, mas me deram. E aí eu levantei normalmente e fui, é tudo muito rápido. Eu fui pra igreja, preparei a aula e fui. Só que chegou lá começou todo aquele clima de Dia das Mães. Eu penso: ‘Como que a sociedade, a igreja ainda vacila de vez em quando, quer agradar muitos, mas acaba dando um baque’. E aí, eu fui pra igreja e combinei com meu marido: ‘Você vai no seu carro e eu vou no meu porque na hora que o culto acabar vou no mercado’. E mal nós sentamos, nessa igreja começou... Hoje a gente vai fazer um culto diferente, o pessoal vai sentar aqui, as mães vão sentar com seus filhos. Isso começou a me incomodar. Na hora que encerrou eu chamei o outro professor e falei: ‘Aqui, hoje não dá pra ficar’... Aconteceu alguma coisa? Não, é só o dia mesmo. A essa altura eu já estava em prantos, às circunstâncias. No dia a dia eu sou isso daqui que você está vendo. Digamos assim até bem resolvida, mas algumas situações ainda machucam muito, incomodam muito (TAÍS, 51 anos).

Lídia relata o contrário, o marido até gostaria de ter filhos, mas aceitou o fato dela não querer. Nesses 30 anos de convivência, ela nunca hesitou nessa questão.

E eu acho que a maternidade, todo mundo fala que é instintivo, mas eu acho que tem um quê de cultural. Eu acho que é cultural. É cultural esta família de pai, mãe e filho. Se é cultural é algo que pode ser mudado ao longo do tempo (LÍDIA, 45 anos).

Taís relata que os filhos do primeiro casamento do seu marido são como filhos dela. Eles já são adultos, mas estão sempre presentes em sua vida. Por exemplo, mandam mensagens para ela no dia das mães.

Os filhos do meu marido são como filhos. Quando é aniversário, Dia das Mães, chego em casa já estão ligando, mandando mensagem, Dia das Mães. Então, o nosso relacionamento é muito próximo. A mãe deles deve ter uns 4, 5 anos que morreu, mas desde antes a gente era muito próximos. Sempre tiveram muito carinho comigo. Tenho meus sobrinhos também porque a família cresceu bastante. São 11 sobrinhos. Já tenho sobrinho que é pai. Então já tem filho de sobrinho. Então, isso é muito bom, mas vou ser sincera, é barra, tá? É uma coisa assim muito, muito difícil. A gente tem os mecanismos de defesa da gente, tem o

jogo do contente e você vai levando, equilibrando, se enganando, vai se adaptando, se adequando para o sofrimento não ser maior, mas que não é uma coisa fácil não é não. Vez por outra bate aquela tristeza, uma coisa assim, você percebe, sabe do que se trata (TAÍS, 52 anos).

Taís diz que sempre houve a cobrança social, mas não a ponto de incomodá-la. Ela diz que a maior cobrança é interna. Ela é de uma família de seis filhos. Todos tiveram filhos. Ela brinca que o irmão dela teve mais filhos do que deveria. Ele casou-se três vezes e tem 7 filhos. Há os sobrinhos que já estão tendo filhos. Ela afirma que sente essa ausência.

A cobrança ocorre mais no começo, mas aquela coisa muito tradicional, não fugia da regra do que é comum. Aquela situação, você começa a namorar querem saber quando vai ser o casamento. Casa quer saber quando vai ser o primeiro filho. Então foram as cobranças normais, mas fora disso não. As cobranças, as angústias são mais da gente mesmo. Não é nem uma cobrança é uma falta (TAÍS, 52 anos).

Lídia diz que, ao longo da vida, sofreu de maneira normal a cobrança social acerca da maternidade. Ela morou muitos anos com seu atual marido e, há 8, oficializou a união. Nesse momento, foram feitas diversas brincadeiras acerca de futuros filhos. Lídia, contudo, parece bem certa do que quer para a sua vida.

Isso é muito engraçado por que existe uma cobrança social muito grande. Primeiro por conta, quando você se casa, as pessoas já começam a questionar por que você não vai ter filho e por conta da idade também. Quando você vai adquirindo uma certa idade, quando você vai passando dos 30 as pessoas começam a pressionar e a questionar muito. (LÍDIA, 45 anos).

A cobrança social aparece também na forma de espanto quando percebem que Lídia não quis ter filhos. Há uma associação entre maternidade e afetividade, de modo que uma pessoa não possuidora desse desejo seria má ou que, talvez, não gostasse de crianças, o que é desmentido na entrevista.

As pessoas vêm com maus olhos o fato de eu não querer ser mãe. As pessoas associam mãe com carinho. Então se eu não quero ser mãe eu não tenho carinho pra dar. O que é falso. Sou carinhosa, mas tenho outros objetivos e desejos na minha vida (LÍDIA, 45 anos).

Perguntamos a Lídia como seria a entrada de um filho na dinâmica matrimonial.

As vezes eu penso que uma criança precisa de atenção. Eu trabalho muito, ele trabalha muito. Aonde que essa criança ficaria. Porque eu também acho muito estranho você delegar a educação do seu filho para outras pessoas. Eu acho isso muito estranho. Eu acho que precisa ter uma disposição para estar se doando. E eu não sei se tenho esta disposição (LÍDIA, 45 anos).

A insistência de Taís por filhos é grande. Os sobrinhos, os enteados ou os seus alunos não preenchem tal desejo. Perguntamos o que ela achava que o filho daria ou se ele preencheria a sua vida. Parece que é a possibilidade de ter algo que é seu.

Ah, acho que é só aquela coisa mesmo do amor, do contato, eu gosto muito de gente, tanto que eu não abro mão, estou cansada, arrebatada de trabalhar, mas eu não abro mão de estar dentro de uma escola com adolescente, essa coisa viva (TAÍS, 52 anos).

Em todas as entrevistadas ficou claro que a decisão final foi delas ou de engravidarem ou de adotarem. A citação de Wanda que colocamos a seguir exemplifica bem isso.

Ah, ficou, a decisão final foi sempre minha. A decisão de ter, a decisão de adotar, a decisão de voltar a querer adotar. Sempre sou eu quem decido (WANDA, 54 anos).

A decisão de ter filhos passa pela mulher, e os olhares da sociedade se voltam para ela. Como Taís disse, se o casal não consegue ter filhos cabe à mulher, e não ao homem, se empenhar mais para resolver essa situação, submetendo-se a procedimentos doloridos. Wanda também cita o preconceito que sofria quando era solteira. Para ela, ser solteira e não ter filhos era terrível. Atualmente, pelo menos é casada.

Parece que você tem uma doença ou se você ficou solteiro foi porque ninguém te quis. Tudo isso você enfrenta. Aí você está na rua, aí tem um colega casado na mesa de um bar com você, é você quem é a safada... ah, está com um homem casado... Sendo que é ele quem é casado e está sentado com você. Tudo isso a gente enfrenta por ser solteira, não ter filho (WANDA, 54 anos).

No caso de uma entrevistada, ficou difícil entender se havia o desejo ou não de ter filhos. Elisa nos conta que, se ocorresse, seria bom. Ficou grávida e perdeu logo no início. Não demonstra angústia em não ter tido filhos. Ela diz que

cuidou do irmão após o falecimento da mãe. Ela tinha 12 e ele 2 anos. Podemos concluir que Elisa exerceu a parentalidade. Junto com o seu pai, ela criou o seu irmão. Houzel (2004) explica o quanto a parentalidade inclui, além dos cuidados materiais, os cuidados psicológicos.

No início acho que eu até gostaria de ter tido um filho, mas pra mim o que acontece... Eu me casei mais tarde... já tinha 28 anos e meu marido já tinha uma certa idade. Ele é 31 anos mais velho do que eu, já tem 3 filhos do primeiro casamento. Então, ter ou não ter filhos era indiferente. Eu já tive uma gravidez, mas eu perdi o bebê. Já tínhamos 10 anos de casados...depois disso não consegui mais engravidar, mas... em termos de frustração não... Quando a minha mãe faleceu eu tinha 12 anos meu irmão tinha 2 anos. Então praticamente fui mãe dele aos 12 anos. Então pra mim isso já foi um aprendizado porque na realidade você tem uma criança pra você cuidar, pra você olhar. Então eu só não tive assim, só não consegui ter o filho de uma maneira natural, mas ele praticamente foi meu filho (ELISA, 42 anos).

Muito avançou na vida das mulheres, mas percebemos nos discursos das entrevistadas que ainda há um caminho longo a percorrer. As mulheres vivem as diferenças no dia a dia, no trabalho, na vida conjugal e na sociedade, entretanto nos seus discursos há um constante elogio à condição feminina.

6

Considerações Finais

Nosso estudo buscou investigar as vivências de mulheres casadas que não tiveram filhos e como isso influenciou em suas vidas. Para isso, utilizamos alguns conceitos teóricos relacionados à família, ao amor, ao feminino e à representação psíquica de filhos para as mulheres. A partir do campo teórico desenvolvido, foi possível analisar e discutir os dados coletados e compor as reflexões que seguem.

Não almejamos tecer um modelo de ser mulher, mas sim indicar caminhos possíveis de serem trilhados de diferentes formas e nuances. Acreditamos que a subjetividade é construída a partir de diversas questões internas e externas e que caberá ao sujeito a escolha do modo como vivenciará tais questões. Nos extremos temos, de um lado, a possibilidade de exercitar a potencialidade de fazer diferente e de fazer diferença e, de outro, a repetição de modelos. A proposta foi desmistificar a ideia de uma sociedade que prega a experiência da maternidade como constituinte da subjetividade feminina. Já no final da tese, deparamo-nos com a Geração *Not Mothers*⁵, que apenas reivindica experimentar uma vida sem filhos, seja porque o tempo passou rápido para estas mulheres, seja por não terem desejado, ou ainda porque não conseguiram ser mães.

Nas entrevistas, surpreendeu-nos a resposta dada a pergunta: “o que é ser mulher?” Algumas entrevistadas se fixaram em palavras excessivamente valorativas para responder a essa pergunta. Constatamos que a mulher ainda está atrelada à imagem de pureza, bondade e maternidade. Não foi destacada a pressão sob a qual a mulher vive hoje.

Investigamos as configurações familiares como elemento histórico e estruturante do ser humano. Pesquisar os arranjos familiares é acompanhar as mudanças que estão ocorrendo na sociedade em geral. O amor romântico aparece como elemento fundamental, embora seja idealizado e buscado como um direito

⁵http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/23/sociedad/1408813287_310188.html

de todos os viventes. May (2012) analisa as transformações ocorridas nos relacionamento e constata o paradoxo: a liberdade sexual entre os parceiros, os casamentos e as novas configurações de famílias são acompanhados pela calcificação do amor. É interessante o uso desse vocábulo, pois calcificar significa tornar rígido pelo acúmulo de sais. O amor romântico reina como um ideal que talvez inexista, mas que aparece como condição de felicidade.

Ao longo do século XX, observa-se uma maior liberdade - divórcio, amor gay, pílula anticoncepcional -, entretanto o culto ao amor romântico prevalece irreparável. O ideal do amor é buscado, no cenário atual, com as premissas do século XIX, mas inserido na lógica consumista: rápida satisfação, quantidade de parceiros no mundo real e/ou virtual, pouca tolerância e possível exclusão a partir de um click. May (2012) explica que uma pessoa do século XIX, visitando o século XXI, seria incapaz de reconhecer os novos modelos que regem a nossa atual vida social, familiar e profissional, assim como as atitudes habituais acerca da moral, da educação e dos costumes. Entretanto, ela se sentiria confortavelmente identificada com o sentimento amoroso pós-moderno que permanece inalterado. O amor se manifesta como uma religião: “Uma religião ainda mais notável por ser autoimposta por seus devotos em vez de supervisionada por uma Igreja” (p. 11).

É digno de nota o quanto as entrevistadas seguiram predominantemente o padrão do casamento formal (civil e, algumas, na igreja). Apenas duas entrevistadas coabitam sem nenhuma regulamentação formal. Não obstante, nenhuma delas tinha como sonho de vida a realização do matrimônio. Ele ocorreu devido ao resultado do encontro de duas pessoas que quiseram ficar juntas.

Em relação a ter ou não filhos, percebemos que, embora haja diversas técnicas de promoção da natalidade à disposição, essas ainda são caras e de difícil acesso às mulheres. Ter filhos tornou-se uma receita delicada, na qual todos os fatores – tempo, dinheiro, trabalho - devem ser cuidadosamente equilibrados. Nessa alquimia de ingredientes, muitas vezes, a idade fértil da mulher fica em segundo plano, portanto a dificuldade é grande quando ela tenta engravidar.

A mulher precisa conviver com alguns paradoxos. A medicina oferece técnicas modernas de inseminação artificial, tratamento de fertilidade e outras

opções para mulheres que desejam ter filhos em uma idade avançada, mas também considera a mulher que tem a primeira gravidez acima dos 35 como primípara idosa. Profissionalmente, há o incentivo para que a mulher tenha seu espaço profissional e independência, mas, quando faz a opção por não querer ter filhos, depara-se com a estranheza da sociedade.

A pressão social acerca da maternidade se apoia na crença de que a mulher sadia, jovem e sem filhos sofreria de alguma anomalia psíquica ou seria uma pessoa desprovida de sentimentos. Algumas entrevistadas relataram que repetidamente são interrogadas sobre a ausência de filhos, enquanto observam que a mulher que opta por ter filhos seria considerada normal.

A inserção feminina no mercado de trabalho, a busca por salários iguais e o maior respeito entre os seus pares são uma realidade, no entanto isso acarreta o adiamento da maternidade para um momento de maior estabilidade profissional e financeira. Foi o que aconteceu com algumas entrevistadas. Diante da proximidade dos 40 anos, elas se confrontaram com a diminuição das possibilidades biológicas devido ao envelhecimento dos óvulos: já era tarde demais.

Em nenhum outro momento da história da humanidade houve tanta liberdade em relação à opção pela maternidade e, ao mesmo tempo, pareceu-nos que isso não resultou em menos angústias na tomada de decisão por ter, ou não, filhos. Observamos que, quando a maternidade era o único caminho de toda mulher sexualmente ativa e de preferência casada, não havia o questionamento sobre o melhor momento para engravidar ou sobre o número de filhos mais adequado. Há um século, o casal sem filhos era visto como detentor de algum problema fisiológico. Hoje, a realidade é outra, pois inúmeras questões podem estar envolvidas na ausência de filhos, mas a pressão social ainda permanece.

Buscamos debater ao longo da tese o quanto ter, ou não, filhos se atrela a aspectos de diferentes ordens, que tomam parte nos processos de formação e modulação das subjetividades, tais como o profissional, o financeiro, a identificação com a maternidade, a insegurança no modo de educar. Nas entrevistas feitas, três discursos nos parecem dignos de destaque: a independência feminina, a preocupação quanto ao arrependimento futuro de não ter tido filhos e a influência do parceiro na escolha de ter, ou não, filhos. Esses discursos se

misturam, muitas vezes, devido ao modo como as mulheres tentam explicar as suas histórias de vida.

O discurso da independência aparece como grande predicado da vida pós-moderna. Como foi dito por uma entrevistada: “Eu sempre associei ser mulher a ser independente”. Essa entrevistada especificamente participou como dama de honra em muitos casamentos da família, mas nunca quis protagonizar o papel de noiva. Ela se uniu ao seu cônjuge sem nenhuma cerimônia. A convivência desse casal se limita aos finais de semana, pois trabalham em cidades diferentes.

O casamento tradicional como meio de ascensão financeira ou social ainda existe, mas não surgiu nas entrevistas, provavelmente em virtude da principal característica do público selecionado: mulheres sem filhos. O filho pode representar uma garantia financeira no caso de separação. As mulheres entrevistadas não demonstraram precisar dessa garantia, pois nenhuma se mostrou dependente financeiramente do seu cônjuge.

Contrapondo ao discurso de independência da mulher, muitas relataram a passividade de seus cônjuges. Algumas entrevistadas percebem a passividade em seus maridos, mas elas também não conseguem realizar nenhum movimento para ajudar a mudar essa situação. Mesmo insatisfeitas, dizem que o medo da solidão faz com que permaneçam casadas.

O segundo discurso, repetido por todas as entrevistadas, é o medo do arrependimento por não ter tido filhos. Isso ocorre por se sentirem influenciadas pela noção de que precisam ter filhos para garantir uma companhia na velhice ou para coroar o amor do casal. O que essas entrevistadas mostraram é mais complexo do que parece, pois nem sempre se trata de uma decisão própria ou de uma questão biológica. Há uma rede de acontecimentos relativos à vivência do casal, sem falar do fator tempo, que restringe a opção pela maternidade.

O terceiro ponto é a influência dos parceiros na decisão de ter, ou não, filhos. Embora a decisão pareça ser da mulher, o grupo analisado levou em conta o desejo dos parceiros. Em alguns casos, os companheiros já tinham filhos de casamento anteriores ou não tinham o desejo da paternidade. Algumas entrevistadas, ao serem inquiridas sobre a adoção, disseram que só optariam caso os maridos também concordassem com a adoção com a mesma intensidade. Uma das entrevistadas concluiu que “a adoção precisa ser uma decisão do casal” e, para

ela, o marido não tinha o mesmo desejo. Constatou-se que as mulheres entrevistadas levavam em conta a fala de seus cônjuges em relação a terem, ou não, filhos. A cumplicidade e o respeito aparecem de maneira mais premente do que o desejo por filhos.

Nenhuma das entrevistadas disse não ter tido filhos devido a problemas fisiológicos. É possível interrogar por que a gravidez não foi possível? Taís, em especial, queria filhos, fez várias tentativas quando ainda era jovem, nunca apresentou problemas fisiológicos (nem o cônjuge), mas não conseguiu engravidar. Quando perguntada sobre o que mudaria na sua vida caso tivessem um filho, ela respondeu que seu marido era um “típico brasileiro, pois gosta muito de sexo”, e acrescentou que a vinda de uma criança provavelmente acabaria com o seu casamento. O marido de Taís já havia sido casado e tivera dois filhos. Segundo ele, o principal motivo da separação foi o fato de a mulher ter parado de gostar de fazer sexo após o nascimento dos filhos. A pergunta - O que mudaria na sua vida se você tivesse um filho? - foi feita às outras entrevistadas e a resposta predominante foi a de que não havia lugar para filhos em seu casamento. Ao se depararem com essa pergunta, houve perplexidade, pois muitas relataram não terem pensado nisso.

O trabalho se mostrou como elemento estruturante na vida dessas mulheres. Ele preenche a vida da mulher que não conseguiu ter filhos, mas o preço pago pode ter sido alto. Talvez tenham ficado tão preenchidas com a vida profissional que, quando perceberam o desejo de ter filhos, já não havia mais tempo. Uma entrevistada disse que o trabalho a distrai dos pensamentos acerca da maternidade. Outra disse que, ao conviver com crianças e adolescentes, percebeu a sua total inabilidade para ser mãe: não dispõe de tempo necessário para a educação e para a formação de uma criança.

A influência social exerce um papel importante no desejo, ou no não desejo, por filhos. Uma entrevistada disse que suas amigas não tiveram filhos. Rapidamente, fez uma lista de mais de cinco, sem filhos e, por fim, lembrou-se de uma mulher que teve filhos. Essa mesma entrevistada relatou que muito cedo relacionou ter filhos a estar aprisionada. A presença da irmã que se casou grávida, foi morar em sua casa e teve três filhos seguidos, foi algo brutal e avassalador em sua decisão futura. Curiosamente, a entrevistada relata que a irmã gostava da vida

que tinha e que talvez com os filhos ela tenha encontrado um motivo para não estudar mais e nem sair tanto. Para a entrevistada, isso ganhou cores traumáticas e criou uma relação entre liberdade e ausência de filhos.

Embora nossa conclusão seja que ter filhos é uma decisão predominante feminina, percebemos que, segundo as entrevistadas, nenhum dos cônjuges demonstrou também o desejo de ser pai. Os motivos variam, mas pudemos constatar que alguns já tinham filhos de casamentos anteriores e outros possuíam menor poder de decisão no casamento.

O desenvolvimento de futuras pesquisas sobre a ausência de filhos e sua relação com o feminino e a conjugalidade poderá, sem dúvida, aportar elementos importantes para a discussão teórica sobre este tema, assim como proporcionar subsídios relevantes para a prática clínica individual e conjugal.

7

Referências bibliográficas

ANDRÉ, Serge. **O que quer uma mulher?** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1987

ARIÈS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AUERBACH, Eric. **Introdução aos Estudos Literários.** São Paulo: Cultrix, 1972

BABO, T. e JABLONSKI, Bernardo. **Folheando o amor contemporâneo nas revistas femininas e masculinas.** Alceu, 2(4), (2002), 36-53.

BABINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor conquistado.** 10 ed. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 1993.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2010.

BARTHES, Roland. Fragmentos de um **discurso amoroso.** 2a ed.. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____ **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BIRMAN, Joel. **Gramática do Erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BONINI-VIEIRA, A. **Definidas pela negação, construídas na afirmação: a perspectiva de mulheres não mães sobre a maternidade e seu projeto de vida**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cutrix, 1991.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2005.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Sem Fraude e sem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DEL PRIORI, Mary e FREIRE, Dirce de Sá. **O Corpo Feminino e o preço da inclusão na cultura contemporânea**. In: Revista Mnemosine: Rio de Janeiro, 2005.

D'INCAO, Maria Ângela. "Mulher e família burguesa". In: DEL PRIORI, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo, Contexto, 2004.

ENGEL, Magali. "Psiquiatria e feminilidade". In: DEL PRIORI, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo, Contexto, 2004.

FÉRES-CARNEIRO, T.. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. Psicologia Reflexão e Crítica, v. 11, n. 2, p.379-394, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, T., ZIVIANI, C. "Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade". In: Féres-Carneiro, Terezinha (org). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FREUD, S. (1912) **Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor - Contribuições à psicologia do amor II**. ESB. Volume XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1914) **Sobre o narcisismo: uma introdução**. ESB. Volume. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1921) **Psicologia das Massas e Análise do Eu**. ESB. Volume. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1926) ***Inibições, Sintomas e Angústia***. ESB. V. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1929-30) **O Mal-Estar na Civilização**. ESB. V. XXI Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1931) **Sexualidade Feminina**. ESB. V. XXI. ESB. Rio de Janeiro: Editora Imago.1996.

_____. (1933) **Feminilidade**. ESB. Volume XXII. Rio de Janeiro: Editora Imago.1996.

_____. (1938) **Análise Terminável e Interminável**. ESB Volume XXIII. ESB. Rio de Janeiro: Editora Imago.1996

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes. 1986.

GIDDENS, Anthony. **As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

HORNBY, Nick. **Alta Fidelidade**. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1995.

Houzel, D. "As implicações da parentalidade". In: Solis-Ponton, L. (Org.). **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo. (2004).

HURSTEL, Françoise. **Autoridade e transmissão da "dívida de vida": Uma função fundamental dos pais**. *Epistemo-somática*, 3(2), 2006, 163-173.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>

IBGE, Censo Demográfico 2012. Disponível em: <<http://censo2012.ibge.gov.br/resultados.html>>

JABLONSKI, Bernardo. "Afiml, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca". In: Terezinha Féres-Carneiro (org). **Família e Casal: Arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Loyola, 2003.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1998.

KEHL, Maria Rita. "Lugares do feminino e do masculino na família". In: COMPARATO, Maria Cecília Mazzili e MONTEIRO, Denise de Souza Feliciano (org.). **A criança na contemporaneidade e a psicanálise: família e sociedade: diálogos interdisciplinares**. Ed. Casa do psicólogo, São Paulo, 2001.

KEHL, Maria Rita. "A psicanálise e o domínio das paixões". In: NOVAES, Aauto. **Os Sentidos da Paixão**. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

LACAN, Jacques. "O estádio do espelho como formador da função do eu". In: LACAN, Jacques **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____ (1953-54) **O Seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.

_____ (1972-73). **O Seminário, Livro 20: Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____ (1974 - 1975). **O Seminário, livro 22: R.S.I.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEVY, Lidia e GOMES, Isabel Cristina. **Relações amorosas: rupturas e elaborações**. Tempo psicanal. [online]. vol.43, n.1, pp. 45-57, 2011.

LEVY, Lídia. "O casal contemporâneo e o dilema da monogamia". In: GOMES, Isabel C., FERNANDES, Maria Inês A., LEVISKY, Ruth B. **Diálogos psicanalíticos sobre família e casal**. Editora Zagodoni, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher - permanência e revolução do feminino** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Leila Domingues. **Subjetividades Contemporâneas**. In: HECKERT, Analúcia C....[et al.]; **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES. 1999.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na idade média**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. A.. **Conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do eu**. Pulsional – Revista de Psicanálise, 16(176), 41-50, 2003.

MALDONADO, M. **Psicologia da Gravidez: Parto e Puérperio**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MAY, Simon. **Amor: uma história**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2012.

NICOLÓ, Anna. “O modelo psicanalítico de funcionamento do casal” In: ANDOLFI, Maurizio, ANGELO, Cláudio, SACCU Carmine (Organizadores) **O casal em crise**. Editora Sumus, 1995.

PEREIRA, Viviane Andrade. **Corpo Ideal, Peso Normal: transformações na subjetividade feminina**. Editora Juruá, Curitiba, 2010.

PEREIRA, Viviane Andrade. **Construção da feminilidade**. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2006.

PEREIRA, Viviane Andrade. **Imagens de feminilidade nos anos 1950**. CONPSI, Salvador, BA, 2005.

PERROT, M. “Os atores”. In: M. PERROT, **História da Vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. (p. 77 a 168). São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

PLATÃO. **Diálogos: O Banquete**. Tradução: José Cavalcante de Souza (O Banquete); Jorge Paleikat e João Cruz Costa (Fédon, Sofista, Político). São Paulo: Abril Cultural, 1973.

QUINET, Antonio. **A descoberta do Inconsciente: do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. “De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. retrocesso ou um ‘novo’ modelo de família”. In: Terezinha Feres-Carneiro (org). **Casal e Família: permanência e rupturas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2010.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. “Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira”. In: Terezinha Feres-Carneiro (org). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio, 2005.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. “Problematizando a Diferença: mulher e cidadania no Brasil”. *Série documenta/EICOS*, 7, 27- 37: 1996.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **O mito nosso de cada dia: ser mulher nos anúncios de revistas femininas**. *Série documenta/EICOS*, 6, 51-62: 1995.

RAGO, M. “Trabalho Feminino e sexualidade”. In: DEL PRIORI, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo, Contexto, 2004.

RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar. a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1985.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

ROUGEMONT, Denis de. **História do amor no Ocidente.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SENNETT, Richard. **O declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SINGER, Ben. "Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular". In: CHAREY, Leo e SCHWARTZ, Vanessa. (Orgs) **O cinema e a invenção da vida moderna.**São Paulo: Cosac &Naify Edições, 2001.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea.** Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOARES, Cristiane. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005 /** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.

SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres.** Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2005.

TUBERT, Silvia. **Mulheres sem sombra: maternidade e novas tecnologias reprodutivas.** Rio de Janeiro: Ed. Record. 1996.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa.**Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, June 2005.

WILLI, I. **La pareja humana: Relación y conflicto.** Madrid edicionsMorata. 1985.

ANEXO I: Roteiro para as Entrevistas

Feminino

- O que é ser mulher para você?
- Qual é a importância do casamento para a mulher? E para você?
- Você vê relação entre maternidade e feminilidade?

Relacionamento conjugal

- Como você conheceu o seu marido?
- O que a levou a se casar?
- Como você percebe o seu relacionamento conjugal?
- Quais são os pontos positivos do seu casamento? O que você gostaria de mudar? Por quê?
- Você acha que se tivesse filhos o seu casamento seria diferente? Como? Por quê?

Ausência de filhos

- Vocês não tiveram filhos por opção ou porque os filhos não vieram? Você associa algum motivo a este fato?
- De quem foi a opção? Por quê?
- Está satisfeito assim ou sente falta de ter filhos?
- Quando era mais nova queria ter filhos?
- Como é para você o fato de não ter tido filhos?
- Há alguma cobrança: familiar, pessoal, social?

Trabalho X filhos

- Você trabalha?
- Gosta do que faz?
- Acha que o trabalho influenciou na sua opção para não ter filhos? Como?
- E o seu marido trabalha? Você acha que há alguma relação entre a ausência de filhos e o trabalho de vocês?

Relação mãe X filha

- Como foi a sua relação com a sua mãe?
- O que você achava da maternidade na infância?

ANEXO II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Título da pesquisa: Ausência de filhos: desejo ou destino?

Doutoranda: Viviane Andrade Pereira- E-mail:vivianexandrade@gmail.com

Orientadora: Professora Terezinha Féres-Carneiro - E-mail: teferca@puc-rio.br

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo investigar a vivência de mulheres nos relacionamentos amorosos na contemporaneidade e a ausência de filhos. A justificativa deste tema se deve ao aumento de casais na atualidade, sem filhos.

A pesquisa será realizada a partir de uma entrevista gravada e, posteriormente, transcrita, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora todo e qualquer dado de identificação. Todas as informações têm caráter confidencial, portanto sua identidade será mantida em sigilo.

Sua participação é voluntária, estando livre para interromper a entrevista quando assim desejar; fazer as perguntas que julgar necessárias; recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento. A participação na pesquisa não trará nenhum dano à sua saúde física e emocional. Com sua adesão, você está contribuindo para conhecermos mais sobre a vivência de mulheres que não possuem filhos.

Eu, tendo lido os esclarecimentos sobre a pesquisa acima mencionada, autorizo a pesquisadora a realizar a entrevista e a utilizar os dados da mesma em ensino, pesquisa e publicação, sendo preservada a minha identidade e a do meu cônjuge.

Assinatura da Entrevistada

Assinatura da Entrevistadora

Volta Redonda, / / 2015